

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Reunião ordinária	Nº: 0044/00	DATA: 27/01/00
DURAÇÃO: 6h43min	PÁGINAS : 195	QUARTOS: 83
REVISORES: ANNA AUGUSTA, MADALENA, PATRÍCIA		
SUPERVISORES: LETÍCIA, ANA MARIA, J. CARLOS, LÍVIA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
NEY PAULETTO JÚNIOR - Gerente de Promoção Médica do Laboratório Janssen-Cilag		
NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ex-empregado do Laboratório Janssen-Cilag		
SUMÁRIO: Oitiva dos depoentes acima citados.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Há oradores não identificados. Há intervenções paralelas ininteligíveis. Há termos e intervenções inaudíveis e ininteligíveis. Não foi possível checar a grafia correta dos nomes abaixo relacionados: Hoting Marion - pág. 79 Hecsting Marion - pág. 79 Farmagos - pág. 80 Bemar - pág. 154 Lourivar Stanger/ Stange - págs. 158 e 185.		

SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 16ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 15ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, já que já foi distribuída a ata, eu peço a V.Exa. permissão para que ela não seja lida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dispensada a leitura, a ata está em discussão. Como ninguém deseja discuti-la, a ata está em votação. Os que querem aprová-la permaneçam como se encontram. Aprovada. Ordem do Dia. Nós estamos reunidos aqui pra três itens; primeiro, ouvir o relatório da diligência que encaminhamos a Uberlândia; segundo, para ouvir o Sr. Ney Pauletto Júnior, Gerente de Promoção Médica do Laboratório Janssem-Cilag, e o Sr. Nilson Ribeiro da Silva, ex-empregado daquele mesmo laboratório; terceiro, para fazermos uma reunião interna dos trabalhos. Nós começaremos inicialmente por ouvir o relatório dos Srs. Deputados Luiz Bittencourt, Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Robson Tuma, Sub-Relator, e Deputado Mosconi. Peço ao Relator desta Comissão que venha à mesa e proceda o relatório daquele... da investigação feita na cidade de Uberlândia, onde haveria... estaria em funcionamento um laboratório clandestino de produção de medicamentos. Também convido o Deputado Tuma e o Deputado Mosconi e convido, evidentemente, o Sr. Relator, que estava à mesa e que se retirou. Tem a palavra o Deputado Luiz Bittencourt, para, em nome da Comissão, proceder ao relato.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o objetivo da presença do Deputado Robson Tuma e do Deputado Carlos Mosconi e a minha na cidade de Uberlândia na quinta-feira passada, na quinta e sexta-feira passada, foi de fazer uma diligência **in loco** a respeito de uma denúncia vinculada... veiculada na Rede Globo, no **Jornal Nacional**, sobre o fechamento de uma fábrica clandestina de medicamentos naquela cidade. Nós estivemos lá em Uberlândia, e, rapidamente, até porque nós vamos dividir aqui as informações entre os Deputados que participaram dessa viagem, rapidamente eu vou fazer aqui uma síntese do que ocorreu naquele Município. É... numa propriedade rural, numa chácara distante a cerca de aproximadamente dez

quilômetros do centro de Uberlândia, uma fábrica, uma instalação com características bem definidas, um ponto comercial, do ponto de vista de operacionalização, com vários cômodos, funcionava já ali há quase dois anos uma fábrica clandestina de medicamentos, sem atender nenhuma exigência da Vigilância Sanitária, nenhuma exigência legal do ponto de vista de controle da produção dos medicamentos e sem nenhum controle também, no nosso entendimento, já apurado, fiscal. Quer dizer, um processo de sonegação, do ponto de vista tributário, um processo de descumprimento das normas vigentes com relação à questão sanitária, à produção de medicamentos, à técnica recomendada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e também na questão do tratamento relacionado aos servidores, até porque a maioria deles que ali trabalhavam não tinham registro legal assegurado. Então, dessa forma, nós fomos, acompanhados da Polícia Civil, da Polícia Federal e de representantes do Governo Municipal, da Agência Municipal de Vigilância Sanitária, até o local dessa fábrica e pudemos constatar as condições incipientes ali existentes, de total falta de condições de trabalho, de higiene, de condições adequadas, do ponto de vista de avaliação física de funcionamento da fábrica, e posteriormente fomos ao depósito de Polícia Civil, aonde estavam lá... onde foram depositados os produtos apreendidos: mais de 50 mil cápsulas de medicamentos prontos para serem distribuídos, da maior variedade de produtos, e milhares de embalagens e produtos importados com rotulagem... com produtos importados com rotulagem de outros países: Xangai, na China, Malavasi, na Colômbia, produtos da Turquia. Quer dizer, um volume grande de produtos importados e também de embalagem de laboratórios legalmente registrado no Ministério da Saúde. A representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária naquela cidade também nos disse que, consultando o **site** da Internet do Ministério da Saúde, nenhum dos laboratórios registrados nas embalagens dos remédios ali encontrados também estavam regularmente inscritos. E além disso o registro dos medicamentos também não foram encontrados no acervo da... do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O que nós pudemos perceber também é... é a possibilidade de existir um esquema de importação de produtos químicos controlados... sem o menor controle por parte do Governo e por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Também notamos que em todos os produtos importados um detalhe interessante é que o nome do importador, ele foi cuidadosamente retirado do rótulo de embalagem. Quer

dizer, cuidadosamente, no rótulo da embalagem desses produtos, um corte ali, com gilete ou com algum outro instrumento. O nome, só naquele pedacinho do rótulo, foi retirado, demonstrando já a prática de ato ilícito ou até a disposição de estar realizando alguma coisa irregular. Outra coisa também que nos chamou bastante atenção é que esses produtos ali comercializados, através de documentos apreendidos pela Polícia Civil e a Polícia Federal, eram distribuídos para todo o Brasil. Nós encontramos lá conhecimentos de carga de várias transportadoras, produtos que eram dirigidos a praticamente todos os Estados do País: São Paulo, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco e etc, e com registro inclusive de cidades aonde esses produtos... para onde esses produtos eram enviados. Nós encontramos também listas de cadernos de fornece... de prováveis vendedores desse produtos, de distribuidores regionais: nomes, telefones, códigos e um volume farto de uma documentação relacionada a pedidos desses produtos. Os produtos que nós encontramos lá foram produtos... dietéticos, de emagrecimento, produtos de embelezamento e produtos energéticos — dito energéticos —, e além de termos encontrado também uma grande quantidade, tanto **in natura** como já processado, de tetraciclina 500 miligrama, ampicilina 500 miligrama, e dipirona, também em embalagens já prontas para serem comercializadas, como também o produto **in natura**, com rótulo de importação, destinado ao envasamento e à fabricação. Além disso, várias máquinas também foram apreendidas nesse local: máquinas de rotulagem, de envasamento, de encolhimento de PVC, de drageamento, de enchimento de drágeas e etc, um equipamento que, distribuído dum fluxograma organizado, provavelmente servia para proceder o funcionamento dessa... dessa fábrica clandestina. Bom, nesse processo todo, foram levantados indícios de que existia o envolvimento de dois laboratórios com fachada legal que funcionam hoje na cidade de Uberlândia: o laboratório Quimioterápica e o laboratório Sidone. Registrando que nós encontramos nas embalagens lá na fábrica clandestina, apreendidas na fábrica clandestina, mais de dez outros nomes de laboratórios, nenhum deles com registro — reafirmo aqui —, com registro do Ministério da Saúde. Mas o laboratório Sidone e o laboratório Quimioterápica aparentemente tinham um certo envolvimento com essa fábrica clandestina, e nós, posteriormente, através de contatos com a Polícia Civil, uma nova diligência foi feita, um mandato de... o cumprimento de um mandato de busca e apreensão pela Polícia local, na segunda-feira dessa semana, aonde,

no laboratório Quimioterápica e no laboratório Sidone, foram encontrados também um volume de produtos que eram oriundos da fábrica clandestina e embalagens e rotulagens semelhantes às mesmas que nós encontramos lá no depósito da Polícia com relação a material apreendido na fábrica clandestina. Então houve aí nesse momento a percepção clara do envolvimento, a fachada legal desses dois laboratórios, que inclusive pertecem à mesma pessoa, com o processo de envolvimento tanto do ponto de vista de produção dos medicamentos, como de comercialização e distribuição com a fábrica clandestina. Além disso, nós percebemos também um farto material de propaganda: folhetos, panfletos coloridos, pastinhas, rótulos bem detalhados, além de encontrarmos ali a orientação segura de que essas propagandas eram realizadas no rádio, pela televisão, pelos jornais e em **outdoors** esparramados inclusive na própria cidade de Uberlândia, aonde em vários pontos nós pudemos perceber ali a propaganda explícita desses medicamentos que eram comercializados. Nós reunimos todo esse material, cópia do material encontrado na fábrica, materiais contábeis, nomes, os relatórios já elaborados pela Polícia, e vamos encaminhar ao Relator, o Deputado Ney Lopes. Mas é importante registrar aqui a participação nesta diligência do Deputado Robson Tuma, que, pela sua experiência, pelo conhecimento que ele tem principalmente desse setor relacionado à fiscalização, ao controle e à necessidade de fazer uma parceria com organismos da Polícia Federal e da Polícia Civil para apurar essas responsabilidades, o Deputado Robson Tuma teve uma presença de espírito, teve uma presença parlamentar extremamente decisiva na obtenção dessas informações, inclusive no sentido de ampliar aqui no trabalho da nossa equipe, do grupo de Deputados que foi até lá, providências que eventualmente nós teremos que, através da Comissão, encaminhar. E eu gostaria que o Deputado Robson Tuma também fizesse aqui um apanhado do levantamento do material que ele obteve, a relação dos laboratórios ali envolvidos, os medicamentos apreendidos. Foram mais de 25 medicamentos diferentes. E também nós conseguimos obter da Polícia local autorização pra trazer um volume desse material apreendido, para que a Comissão possa tomar conhecimento exato do tipo de material que foi encontrado lá. O material já está chegando aqui. Daqui a alguns minutos deve estar aqui na Comissão, e eu peço licença ao nosso Presidente para solicitar ao Deputado Robson Tuma que faça também colocações relacionadas a esse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Concluído o depoimento do Deputado Luiz Bittencourt, tem a palavra o nobre Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando nós ficamos sabendo, na manhã da sexta... da quinta-feira, através... na noite de quarta-feira, se não me engano, através do **Jornal Nacional**... e imediato, conversando com alguns Deputados, inclusive o Deputado Bittencourt apresentou o requerimento para que nós fôssemos a Uberlândia. Tentar contar rapidamente, sem ser repetitivo, tudo o que aconteceu, pra que os senhores possam ter um raciocínio pessoal, cada um, daquilo que realmente tá acontecendo. Nós conversamos de imediato — tem dias que poderia ser a ida da Comissão na sexta-feira — e naquele momento nós decidimos que tínhamos que ir fazer uma visita imediata a Uberlândia. Saímos correndo da Comissão. Fomos praticamente direto para o aeroporto, pegando o voo de uma hora da tarde. Chegamos lá, nós tínhamos já conversado nesse caminho com a autoridade policial que tinha feito a apreensão, com as autoridades da Polícia Federal, que inclusive provavelmente será antecipada até a inauguração de uma delegacia da Polícia Federal em Uberlândia, provavelmente será inaugurada agora, dia 4 de fevereiro, a fim de que essas investigações também possam ser feitas com a Polícia Federal, apesar de que este crime é uma... de autonomia estadual, porém, como se trata de medicamentos, e hoje há no Congresso Nacional, de âmbito federal, nós estamos pedindo também um acompanhamento da Polícia Federal em relação a esse assunto. Chegamos lá, encontramos a autoridade policial civil, que, obviamente, com absoluta boa vontade... Aliás fica aqui o elogio às autoridades da Polícia Civil daquele Município, que tiveram um trabalho absolutamente exemplar, porém um trabalho absolutamente novo. Eles ainda nunca tinham encontrado algo parecido de falsificação de medicamento e nenhum tipo de laboratório ou qualquer tipo de laboratório, mesmo não sendo de falsificação de remédio, até mesmo de entorpecente, pelo que nós pudemos constatar em conversas com a autoridade policial. Naquele momento, nós tivemos uma preocupação: ir atrás e fazer o reconhecimento das áreas aonde tinham sido apreendidas, para que nós pudéssemos, nós Deputados, fazer uma imagem do que realmente tava acontecendo, não desmerecendo a autoridade policial do que estava nos explicando, mas obviamente o nosso convencimento seria muito melhor na

presença nos lugares. Estivemos nos lugares e conseguimos examinar alguns documentos. E, naqueles documentos que ainda não tinham sido examinado amplamente, nós conseguimos fazer um exame completo dos documentos, aonde nós conseguimos localizar, já com as investigações, mais de quinhentas farmácias no Brasil que recebem esses medicamentos, mais de quinhentas farmácias que recebem esses medicamentos. E a idéia deste Sub-Relator, obviamente depois de uma conversa numa reunião formal, é dar aos Deputados da Comissão as farmácias que correspondem a seus respectivos Estados, para que eles, junto com as autoridades policiais locais e junto com a Secretaria responsável no seu Estado a respeito disso, possam fazer uma busca nessas farmácias e saber se é comprado de má-fé, essa comercialização dessas farmácias. Se essas farmácias estão comercializando esses produtos de má-fé ou se essas farmácias compraram o produto de boa-fé. E, obviamente, vão localizar medicamentos nessas farmácias que nos darão a possibilidade de ter esse convencimento. Hoje, no Brasil, se não me engano, existem cerca de 50 mil farmácias. Se cada autoridade policial pegasse uma autoridade da Secretaria competente e fizesse uma busca numa farmácia, eu tenho certeza absoluta que, no prazo máximo de dez dias, nós teríamos feito uma fiscalização em todas as farmácias do Brasil. Depois nós tivemos o cuidado de analisar, junto com as autoridades policiais, minuciosamente, os depoimentos, e conseguimos colher depoimentos de uma pessoa extremamente importante no esquema, que era um motorista que fazia o transporte entre os laboratórios, que pegava os insumos que eram usados e que levava para o sítio aonde existia a fábrica clandestina, e que depois fazia a distribuição, inclusive entregas ao laboratório oficial, Quimioterápica, que foi um depoimento que nós tivemos, que nós pegamos com ele inclusive a fita. Mandaremos à Taquigrafia. Naquele momento, nós, de imediato, tivemos uma preocupação: fazer uma busca e apreensão no laboratório Quimioterápica. Era um laboratório que... a informação que era um laboratório regular, ou seja, era um laboratório tradicional do Brasil em fabricação de remédio, considerado um dos bons laboratórios que tinham no Brasil, que tem no Brasil, mas naquele momento nós, pra constataremos as informações que tínhamos, precisávamos de fazer uma busca e apreensão naquele laboratório. Mas nós, Deputados, não tínhamos aquela autonomia, porque nós não tínhamos **quorum** para votar uma busca e apreensão, apesar de termos esse direito resguardado constitucional e pela lei das CPIs. Mas nós tínhamos que ter uma

votação. Então nós tivemos uma preocupação. Chamamos os membros das Secretarias responsáveis pela averiguação dos produtos, autoridades policiais. E naquele momento nós tentamos procurar uma maneira de convencer a autoridade judicial de dar uma busca e apreensão naquele laboratório regular. E isso ocorreu na segunda-feira, e foi feita a busca e apreensão no laboratório Quimioterápica e no laboratório Sidone. Então, Sr. Presidente, em cima dessas investigações que nós estamos fazendo, eu gostaria de pedir licença a V.Exa. pra ler alguns requerimentos de extrema importância. Nós sabemos que, a respeito de quebra de sigilo bancário, há uma grande polêmica. Nós entendemos a preocupação desta polêmica, principalmente quando se trata de um laboratório regular, inclusive inscrito com todos os seus registros, em tese, e com todos os seus registros perfeitamente em ordem. Porém neste caso nós não poderíamos deixar de começar as quebras de sigilo bancário e fiscal, começando do laboratório Quimioterápica. E eu gostaria de pedir licença, porque, como se trata de quebras de sigilo bancário e fiscal, e provavelmente poderá haver no Supremo tentativas de coibirem com que esses sigilos sejam quebrados, então eu precisaria de pelos menos um minuto em cada um, para fazer uma fundamentação. Depois as cópias taquigráficas seriam usadas como fundamentação para a quebra do sigilo bancário. Então nós solicitamos a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Helvécio Miranda Rangel. Esse indivíduo, Sr. Helvécio, nos consta, é irmão do Sr. Eduardo Brasileiro Rangel, e vamos tratar deste outro senhor mais à frente. O Sr. Helvécio Miranda Rangel é tido como proprietário do laboratório falso. Ele que seria o proprietário, conforme depoimentos prestados por alguns que foram presos em flagrante, e, mais do que isso, ele, em tese, seria também um dos proprietários da empresa. Como disse o Deputado Bittencourt, os produtos e insumos que eram usados tinham nas suas caixas retirados os nomes da importadora. Só que, com uma minuciosa averiguação de tudo aquilo que estava lá, nós conseguimos localizar o nome de um importador e de um distribuidor de medicamentos, e a informação que temos é que o Sr. Helvécio é proprietário dessa distribuidora de medicamentos, que, em tese, seria a distribuidora que recebe os produtos importados ou legalmente ou contrabandeados, como nós provavelmente iremos conseguir investigar, através da Polícia Federal. Por isso a importância de um assessoramento na Comissão da Polícia Federal. Outra proposta de quebra de sigilo é da Sra. Roseli Moraes Ferreira Goulart. Entre os documentos apreendidos... E foram constatados que haviam

algumas coisas em nome dessa Sra. Roseli Moraes Ferreira Goulart, como inclusive uma conta telefônica do telefone usado pelo laboratório falso. Ou seja, se nós fizéssemos uma quebra de sigilo somente dos proprietários do laboratório, talvez nós não conseguíssemos fazer uma investigação profunda a respeito daquilo que estava realmente acontecendo, pois um dos telefones usados, que provavelmente pode ser um dos telefones principais, estava em nome de terceiros, que nós também conseguimos constatar depois de uma investigação. Nós solicitamos a quebra de sigilo bancário de uma conta corrente, que também achamos documentos entre os documentos, que é a Conta Corrente nº 36.128-8, do Banco Itaú. Esta conta foi encontrada papeletes de depósito de transação bancária com o número desta conta. Foram encontrados os números dessa conta entre os documentos que nós conseguimos observar, e nesta conta provavelmente possa haver algum tipo de transação da compra e venda... compra dos insumos e a venda dos remédios falsificados. É importante dizer, Sr. Presidente, que, quando falamos de remédios falsificados, nós estamos aqui jogando na tese de que esse laboratório faça os remédios sem autorização dos laboratórios dos remédios. Mas, em pelo menos um caso, já comprovado até pela ligação dos proprietários do laboratório em tese falsificador e do laboratório regular, que é o Quimioterápica, esse laboratório fazia remédio para o laboratório com autorização do laboratório Quimioterápica. Então, em tese, nós estamos dizendo falsificados, mas esses remédios podem estar sendo feitos por encomenda dos próprios laboratórios. Nós pedimos também para vir depor aqui à Comissão o Sr. Marcelo Correa da Silva. Ele é sobrinho da Sra. Genilda Pereira Rangel— que nós vamos tratar dessa senhora logo à frente — e que foi de todos os presos um que mais nos chamou atenção, porque ele confirma que os remédios eram "falsificados" — entre aspas — e, mais do que isso, que ele sabia que é estrategicamente colocado o laboratório em um sítio retirado, para ser um laboratório clandestino e difícil de ser localizado. Chamamos para depor também o Sr. Eduardo Brasileiro Miranda Rangel. Pela informação que temos, este indivíduo seria o dono do laboratório Quimioterápica e irmão do Sr. Helvécio, proprietário do laboratório falsificado, foi encontrado. Convocamos para... pedimos também a convocação para depor da Sra. Genilda Pereira Rangel. Esta senhora, ela é esposa do Sr. Eduardo, dono do laboratório Quimioterápica, portanto cunhada do Sr. Helvécio, ou seja, sócia do Sr. Helvécio no laboratório falsificado, que fazia produtos do laboratório Quimioterápica, e portanto nos dá a certeza

absoluta de que... a convicção absoluta de que os remédios feitos pelo laboratório "frio" da Quimioterápica, pelo menos, eram autorizados pelo laboratório Quimioterápica, remédios eles de insumos controlados e altamente perigosos de serem comprados e tomados sem nenhum controle, sem nenhum registro. Inclusive essa Sra. Genilda era a administradora do laboratório e da distribuição dos remédios "falsificados" — entre aspas. Pedimos também a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal do Sr. Elcio Pereira Martins. Este sujeito era o motorista que fazia o transporte das cargas. Mas pedir a quebra do sigilo bancário e fiscal e telefônico do Sr. Elcio apenas por ele ser o motorista? Não. Por quê? Porque existiam coisas em nome do Sr. Elcio compradas pelos proprietários dos laboratórios, ou seja, ele era usado. Inclusive a própria Kombi, como ele mesmo revela em seu depoimento a esta Subcomissão que esteve lá, que a Kombi estava em seu nome, mas teria sido paga por pessoas do laboratório, e que tinham pedido a autorização. Se não me engano a Sra. Genilda pediu a autorização para colocar em seu nome. Ou seja, também seria provavelmente um dos indivíduos aonde era usado o seu nome para fazer não só as transações financeiras, mas compra de bens usados para se fazer os remédios, em tese, falsificados, e às vezes colocar até o produto do lucro em seu nome, que chamaríamos então de um receptor da lavagem do dinheiro. Também pedimos a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do Sr. Marcos Borges de Miranda. Esse Sr. Marcos também foi o seu nome encontrado em documentos da mesma forma do Sr. Elcio e do outro que nós já dissemos. Portanto poderia estar sendo usados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero adverti-lo que já ocupa a tribuna por 16 minutos. O Deputado Luiz Bittencourt já ocupou por dez, e nós temos uma reunião convocada. Eu pediria se pudesse sintetizar um pouco, com o devido respeito ao tempo que precisa o Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu posso até encerrar de imediato. A única diferença é que, se nós pedirmos a quebra do sigilo bancário sem as devidas fundamentações, o Supremo Tribunal Federal vai, obviamente, negar essa quebra. Então é importante pedir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tenho... Não, não, Deputado. Nós não vamos decidir essa quebra neste momento e nesta hora,

compreende, nobre Deputado? Mas tem V.Exa. a palavra, pra concluir. Quanto tempo? Cinco minutos? Chega?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Acredito que em 5 minutos eu termino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Agradeço. Então o Sr. Marcos, pelos mesmos motivos. Quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal da Sra. Genilda Pereira Rangel, que eu já coloquei no arrazoado anteriormente, esposa do Sr. Eduardo Brasileiro, dono do laboratório Quimioterápica, conforme informações. E ela, nos depoimentos, ela é citada como administradora, que paga os salários dos funcionários e que comandava administrativamente o laboratório e a distribuição dos remédios falsificados. Pedimos a quebra do sigilo telefônico, bancário e fiscal da Empresa Quimioterápica Brasileira Ltda. Esta empresa é a empresa que, além de ter os seus remédios feitos nesse laboratório falsificado, ou parte desses remédios, é de propriedade do marido e do irmão da Sra. Genilda, que administrava o laboratório falsificado. Várias coisas, como rótulos e produtos para fazer o remédio, além dos medicamentos já prontos da Empresa Quimioterápica, foram encontrados neste laboratório, que inclusive motivou a segunda determinação judicial de busca e apreensão da autoridade judicial, aonde foram inclusive localizados outros produtos, outras, nessa Empresa Quimioterápica, outros problemas graves em relação à elaboração de medicamentos. A outra empresa que também estava na busca e apreensão, nós tivemos a preocupação de ainda não pedir a quebra do sigilo bancário ou fiscal nem dele nem de seus proprietários, a fim de que nós possamos conversar com a autoridade judicial e saber o que foi encontrado, para que nós não corramos o risco de fazer quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas que não há necessidade, mesmo porque esses nomes, obviamente, serão amplamente divulgados, e aí suas imagens poderão ser manchadas. Nós solicitamos também a quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal da empresa Mirabile Ltda. Esta é a empresa que nós conseguimos localizar nome nos galões de medicamentos e insumos de medicamentos para elaborar os remédios, que, pela informação, são dos mesmos proprietários. Ou seja, seria do Sr. Helvécio, irmão do Sr. Eduardo, dono do laboratório Quimioterápica. Portanto a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico desta empresa Mirabile Ltda., que em tese seria uma empresa que parou de funcionar com a distribuição, já há algum

tempo, por problemas fiscais, continua sendo usado apenas para a compra e a distribuição dos remédios, em tese, falsificados. Nós solicitamos que seja convocado para depor o Sr. Helvécio Miranda Rangel também, que é o dono, pela informação, da empresa Mirabile, irmão do Sr. Eduardo e sócio do Sr. Agenílson no laboratório frio. Nós solicitamos também a convocação para depor do Sr. Elcio Pereira Martins, o motorista na qual a Comissão já conversou com ele por algum instante e que seria importante trazer para o convencimento dos Srs. Deputados do que realmente acontece lá. Nós solicitamos esclarecimentos técnicos do Departamento de Polícia Federal. Então requeremos, nos termos regimentais — que seja ouvida a Comissão —, solicitar à Polícia Federal a abertura de inquérito policial e exame pericial para consultar ou não a falsidade dos selos anexos. Esses selos foram apreendidos no laboratório clandestino da cidade de Uberlândia. Esses selos são aqueles famosos selos usados como garantia de que o medicamento é regular. Então isso é gravíssimo, porque é o mecanismo que se comprova o produto como um produto regular, um produto fiscalizado, que na verdade se encontravam esses selos dentro do laboratório que fazia medicamentos falsificados. Nós pedimos também uma análise das amostras dos remédios apreendidos pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, o INCQS. Então nós requeremos. Esses produtos são o Supri Diet, Laboratório Medwil Ltda.; Juvex, energético vitamínico, Laboratório Pronatur Ltda.; o Panaxan, extrato de ginseng, da Dover Farmacêutica; Erba Plus cápsula, emagrecedor, Labornatus Indústria e Comércio Ltda. Esses laboratórios... fizemos uma análise rápida, muito rápida. Portanto não pode ser considerado como um trabalho definitivo, por isso nós estamos pedindo às autoridades competentes que o façam. Mas quase todos, se não todos os laboratórios, pelo menos na amostragem que fizemos até o momento, só o laboratório Quimioterápica contém registro regular no Ministério e nos órgãos competentes. O Magrinatus, composto emagrecedor, Natureza, Produtos Naturais Ltda. Ou melhor, os registros dos medicamentos não constavam. Isso foi feito rapidamente, inclusive pela empresa, pelo órgão competente em Uberlândia. O Silhouette, da Adic Indústria e Comércio Ltda.; tetraciclina, Quimioterápica Brasileira Ltda.; sulfadiazina, Laboratório Shallon Ltda.; solução de dipirona a 50% de dipirona sódica, seria o analgésico antitérmico da Quimioterápica Brasileira Ltda.; ampicilina do Laboratório Shallon Ltda.; Diet Plus, extrato vegetal emagrecedor, Laboratório Pronatur Ltda.; o Slim Diet, composto vegetal de fibras dietéticas, da Axel Indústria

e Comércio Ltda.; Derm'Attive 10, creme anticelulite redutor, produto importado da Itália e distribuído pela Sidone Indústria e Comércio Ltda., motivo que levou a autoridade judicial mandar a busca e apreensão, da Bluderm Quimioterápica Brasileira Ltda. A informação que temos é que poderia ser das duas, ou uma distribuía o produto da outra. Erba Plus emagrecedor, do Labornatus Indústria e Comércio Ltda.; Composto Emagrecedor Shallon, produto natural, do Laboratório Shallon Indústria Farmacêutica Ltda.; Derm'Attive Solare 25, produto italiano distribuído e importado pela Sidone Indústria e Comércio Ltda.; Magrinol, da Nativus Indústria de Produtos Naturais Ltda.; Magrinol cápsula, também da Nativus Indústria de Produtos Naturais; solução de dipirona a 50% de dipirona, DCB 0439-01, da Quimioterápica Brasileira Ltda.; Normalip, Bezafibrate, composto antilipêmico da Dover Farmacêutica. Já estou concluindo, Sr. Presidente. Neuflorea, sabonete líquido, também da Sidone Indústria; Tubarão (Cartilagem 750), produzido por MTD, Indústria de Los Angeles, Califórnia, é importado pela ADIC Ltda.; Composto Fitoterápico, extratos vegetais fabricados pela MTD, de Los Angeles também; como outros medicamentos, que eu vou encurtar. Além de pedir também um outro requerimento ao Conselho Federal de Farmácia, que informe a veracidade ou não dos CRFs de vários farmacêuticos responsáveis que encontravam nas embalagens dos produtos que foram encontrados. Além de solicitar à Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, constante ou não o registro dos medicamentos que foram encontrados. Todos os medicamentos têm um número de registro na sua... no seu rótulo. Então é para verificar se estes medicamentos, esses registros, são regulares. Esses são, então, os requerimentos que serão apresentados pelo Deputado Robson Tuma, Sub-Relator desta Comissão, pelo Deputado Carlos Mosconi, que esteve também na viagem de Uberlândia, e pelo Deputado Luiz Bittencourt, que também esteve presente na viagem. Então, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade e deixo aqui... me coloco à disposição dos Parlamentares que tiverem alguma dúvida a respeito de todos os pedidos de quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal que foram pedidos, bem como de qualquer explicações que ficou a dúvida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agradeço a V.Exa. O Deputado Luiz Bittencourt pediu pra entregar uns documentos rapidamente. Vou dar a palavra a S.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, o que mais nos deixa preocupados com a gravidade dessa denúncia apurada é a possibilidade de uma cadeia completa. Primeiro, na importação de produtos químicos controlados; segundo, a fabricação de remédios não autorizados pelo Ministério da Saúde; e, terceiro, a distribuição desses medicamentos por todo o País; e, quarto, a comercialização pelas farmácias sem o devido controle das autoridades de vigilância sanitária também do País, implicando aí em fraude, falsificação de remédios, crime contra a saúde pública e sonegação fiscal. Eu quero aqui passar a V.Exa. os documentos que nós conseguimos levantar também nessa viagem. São documentos aqui de distribuição por aviões, ônibus, veículos de aluguel; a relação de telefones feitos desse laboratório, dessa fábrica, para praticamente todos os Estados do Brasil; endereços importantes de compradores, revendedores, distribuidores, farmácias; a relação de produtos prontos, distribuídos, o quantitativo; e a relação de pedidos e encomendas distribuídos também para todo o Brasil. Então eu passo... e a relação, aliás, o inquérito já... parte do inquérito já elaborado pela Polícia Civil do Município de Uberlândia, com os depoimentos e a relação de todo o material apreendido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, só pra explicar, para que não haja mistura, mesmo porque eles terão os seus dados no arrazoadado ...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É amostra grátis aí, Deputado Mosconi?

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Eu quero aqui, cumprindo o Regimento, passar às mãos do nosso Presidente, zeloso com o cumprimento do Regimento, toda a documentação obtida lá na cidade de Uberlândia, e também passar ao Presidente todos os remédios que foram apreendidos, pedindo ao Deputado Carlos Mosconi, que é médico, que conhece o efeito terapêutico de cada produto desse encontrado lá, que possa fazer também uma pequena explanação, e também já aqui passar às mãos do Presidente cada medicamento apreendido lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Mosconi, para que, como integrante desta diligência, também use da palavra, pedindo e ponderando aos Srs. Deputados que nós temos que ouvir ainda os nobres depoentes, para a qual foi inicialmente convocada esta reunião, e que já se encontram aqui. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, Sr. Relator, componentes da Mesa, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria dizer o seguinte. O que nós vimos lá em Uberlândia realmente é estarrecedor. Nós vimos uma indústria funcionando já há algum tempo, já há algum tempo, funcionando nas imediações da cidade de Uberlândia, numa chácara, numa casa bastante ampla, com inúmeros funcionários trabalhando lá dentro, e fabricando esses medicamentos que vocês estão vendo aqui, uma série enorme de medicamento como vocês estão vendo aqui. Por exemplo, este aqui é um antibiótico muito usado no Brasil, o tetraciclina. Aqui tem outro antibiótico largamente utilizado no Brasil, que é a ampicilina. Aqui tem outro medicamento, que é dipirona, que é fartamente usado no País inteiro. E medicamentos... acho que o maior número deles é nessa área de dieta, medicamentos dietéticos. São inúmeros os medicamentos dietéticos sendo utilizados, e alguns até proibidos, como está dizendo aqui o Deputado Luiz Bittencourt, que é esse Derm'Active. Bom, então nós vimos ali uma indústria fabricando esses medicamentos; nós vimos uma distribuidora distribuindo esses medicamentos; e nós vimos, mais do que isso, nós vimos, na cidade de Uberlândia, inúmeros **outdoors** com propagandas desses medicamentos. A Silhouette, Silhouette... cheio de Silhouette lá na cidade de Uberlândia, como deve estar no Brasil inteiro, medicamento feito nesse local aqui. E além do mais o que nós vimos? A propaganda desses medicamentos, muitos deles, sendo feitos através do 0800, com a maior facilidade. Liga, propaganda na televisão, no Brasil inteiro. Tal medicamento... Diet Plus, Diet Plus. Está aqui, Diet Plus. Esse outro aqui, Supri Diet. Isso tudo no 0800, no Brasil inteiro. O sujeito liga, paga uma fortuna e recebe isso aqui na casa dele, com a maior tranquilidade, e vai usar um veneno. Então, quer dizer, o que nós vimos lá, Sr. Presidente, é exatamente isso que nós estamos relatando aqui. E, felizmente, o Deputado Robson Tuma tem experiência nessa questão, juntamente com o Deputado Luiz Bittencourt, e as providências já foram tomadas no sentido de que a gente possa desbaratar uma quadrilha que age no Brasil inteiro. Ninguém vai pensar que uma coisa dessa funciona só em Uberlândia. O que nós entendemos é que tem uma indústria ali, e tem aqui medicamentos de falsificação, que eu chamo falsificação encomendada. Por quê? Porque a empresa que tem a fachada da legalidade, como nós vimos lá em Uberlândia — tá lá a empresa lá, pseudolegal, tá lá funcionando —, ela manda pra esta fábrica clandestina, ela manda lá o produto, vamos dizer, a matéria-prima, matéria-prima

que sabe lá que matéria-prima é essa, e manda o rótulo. Então o remédio sai dali prontinho, sai com a distribuidora lá dentro pra distribuir pro Brasil inteiro. Com o rótulo de quem? Não é com o rótulo da empresa clandestina, é com o rótulo da empresa pseudolegal. Então é uma coisa gravíssima, é uma articulação muito grande, poderosa, que deve estar agindo no Brasil inteiro, em muitas outras cidades do Brasil. Então essas providências que o Deputado Robson Tuma e o Deputado Luiz Bittencourt anunciaram aqui são fundamentais para que a gente possa chegar aqui no cerne da questão e desbaratar uma quadrilha que, sem dúvida alguma, tá agindo no Brasil inteiro, lesando a nossa população e ludibriando Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária e tudo mais. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa., nobre Deputado Mosconi. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a diligência dos nobre Deputados e felicitá-los pelo trabalho extraordinário e pela contribuição que trouxeram a esta Comissão. Não há a menor dúvida de que foi um trabalho excepcionalmente bom e subsídios valiosos para a análise desta Comissão. Os requerimentos que acabam de ser anunciados eu determino à Secretaria que distribua cópia aos Srs. Deputados e os remeta imediatamente ao Sr. Relator. E acho que, sobre esses requerimentos, nós, ouvido o Relator, com parecer do Relator, cujos elementos eu encaminho também esses documentos que acabo de receber, convocaremos uma reunião no começo da semana que vem, especial, para decidirmos sobre esta matéria. Creio que a gravidade das denúncias, a importância e a responsabilidade das decisões que são propostas requerem um exame avaliado do Sr. Relator e dos Srs. Membros desta Comissão. Portanto, se ninguém quiser fazer uso da palavra, coloco em votação esta decisão. (Pausa.) Aprovada a decisão. Dou por encerrada esta primeira parte da reunião, felicitando. Determino à Secretaria que recolha os medicamentos que o Deputado Mosconi acaba de entregar e que estão à mesa. Que recolha e relacione e os tenha guardado como, evidentemente, prova do processo que se está abrindo, do crime ou não, mas como elementos comprovantes. Está decidida a questão e encerrado o assunto. Tem a palavra V.Exa., pela ordem.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Essa reunião para decidir esses requerimentos, Sr. Presidente...

Nós — hoje a maioria dos Srs. Deputados vão para as suas bases —, nós gostaríamos de saber antecipadamente, pra que, na terça-feira, o horário mais previsível a gente pudesse estar presente aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Terça-feira nós devemos ter aqui o Dr. Arminio Fraga. Nós podemos convocar uma reunião posteriormente à visita do Dr. Arminio, ou então quarta-feira, quando nós ouviremos, pela manhã, o Dr. Paulo de Tarso, da Secretaria de Direito Econômico. Como temos amanhã e a tarde, talvez nós tivéssemos mais tempo pra fazer uma reunião quarta-feira à tarde, às 14h. Eu coloco... quarta-feira. Acho que quarta-feira seria melhor. Quer dizer, nós ouviríamos pela manhã, até uma ou duas horas, o doutor... e aí, imediatamente, finda essa reunião, nós convocaríamos, com espaço para almoço ou prum lanche ou não, uma reunião especial para decidir. Este prazo...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - *(Inaudível)* Estou de regime, hein? *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu proíbo realmente o uso desses remédios, porque eu zelo muito pelos membros da Comissão e eu tenho... Entendeu? Eu não tenho segurança, depois do que ouvi dos Srs. Deputados, falando que... Por isso o zelo que pedi para a Secretaria que ninguém possa usar esses medicamentos. Mas eu consulto: o Sr. Relator estará em condições, quarta-feira, de emitir um parecer sobre esta matéria? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mais uma vez, renovo o agradecimento aos Deputados Luiz Bittencourt, Robson Tuma e Mosconi, pelo excelente trabalho que fizeram. Muito agradecido. E passamos, então, à segunda parte desta reunião. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Para um breve registro, Sr. Presidente, apenas para destacar, certamente em nome da Comissão, o trabalho feito pelos três companheiros, trabalho de muito esforço, muita dedicação, muito espírito público, e que naturalmente só engrandece os trabalhos dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agradeço o registro do Relator, que corrobora com o depoimento que havia feito o Presidente, registrando esses agradecimentos. Srs. e Sras. Deputados, nós convidamos para tomar assento à mesa o Sr. Ney Pauletto Júnior, Gerente de Promoção Médica do

Laboratório Janssen-Cilag. E também convido para assisti-lo e sentar à mesa o seu advogado, o Dr. Antônio Carlos Gonçalves. Srs. Deputados, eu vou fazer antes uma consulta. Nós havíamos, originariamente, convocado esta reunião para que ela fosse de caráter reservado. Todavia, ouvindo o Sr. Relator e tendo em vista as interpretações que podiam suscitar, nós achamos por bem propor que a sessão seja aberta, a menos que os Srs. Deputados tenham alguma questão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente. A não ser que os depoentes...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... quiserem fazer em reservada porque querem falar algo que não queiram fazer em público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu já consultei o advogado, e ele — não é? —, creio que representou o Pauletto... Não há problema nenhum. Pela ordem o Deputado Magela, Geraldo Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Presidente, eu considero que deva ser aberto e eu quero fazer uma consulta a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Até agora nós temos ouvido pessoas que foram convidadas pela Comissão. Então há todo um rito, processo em que o convidado expõe, depois os Deputados têm um tempo limitado. Hoje nós mudamos, porque os... as duas pessoas que comparecem à Comissão hoje são convocados, são depoentes. Eu gostaria de saber a V.Exa. qual que será o rito da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria... Foi muito bom V.Exa. ter levantado, porque era o segundo ponto que eu ia propor. Nós realmente fizemos a convocação pra assegurar a presença. A convocação assegura a obrigatoriedade da presença do Sr. Ney Pauletto, e depois vamos ouvir também o segundo depoente, que é o Sr. Nilson Ribeiro da Silva. A idéia da Presidência era propor aos Srs. Deputados que, como esta Comissão está em fase de buscar esclarecimentos, que nós tomássemos o depoimento do Sr. Ney Pauletto como esclarecimentos, como esclarecimentos, apesar de estar aqui como convocado — consultei o Sr. Relator. E, na medida em que o Sr. Ney Pauletto viesse a não prestar os esclarecimentos... Porque o Dr. Ney Pauletto está indiciado pela Polícia Federal, ou em processo de indiciamento, como nós ouvimos o

Delegado Zubcov(?), e, portanto, seguramente, na condição de depoente como testemunha, ele poderia ter mais reserva nos esclarecimentos. Como nos interessa aprofundar os esclarecimentos, a idéia seria que nós ouvíssemos como um depoente prestando esclarecimentos pra elucidar os fatos daquela reunião que teria acontecido — que teria não —, que aconteceu em 27 de 7 de 99. Por isso eu consulto também — consultado o Relator — de nós ouvirmos como um depoente prestando esclarecimento, sem as formalidades de tomar o depoimento sob juramento etc.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, me permita.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Qual é o fundamento jurídico que faz essa diferença entre depoimento... Qual é o fundamento regimental, constitucional ou jurídico para uma convocação que se faz para um depoimento — um depoimento! —, e, conseqüentemente, tem que ser na forma da lei, né? Eu acho que nós não podemos abrir mão daquilo que é uma prerrogativa da CPI. Se a Comissão tomar uma medida diferente, muito bem, mas eu acho que aqui nós estamos para fazer investigações.

(Não Identificado) - Muito bem. Muito bem, Alceu.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Conseqüentemente, quem convocado foi terá que fazê-lo na forma legal.

(Não Identificado) - Muito bem, Alceu.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu ouço o Relator. Se assim desejar a Comissão, não tenho nenhum problema em fazê-lo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, eu entendo, em relação à questão levantada, que, do ponto de vista regimental, a CPI pode colher depoimento como informação ou como relato testemunhal. Isto é uma opção da Presidência, evidentemente submetida ao Plenário, quando oportuno. Nós tivemos aqui situações anteriores que não foram... é... testemunhas, não foi prova testemunhal colhida, foram referências sob a forma de depoimento, de relato. Então, uma coisa é o relato, outra coisa é a testemunha juramentada. O que a Presidência propõe neste caso é que os convi... até porque a convocação, pelo que eu vi, foi nesses termos, que os dois prestem informações, sem prejuízo de que, a pedido da... a requerimento de qualquer membro da CPI, possam tornar este relato

como prova testemunhal colhida, sob as penas da lei. Inicialmente seriam informações. Isso é compatível com o Regimento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu queria fazer...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu havia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Depois do Deputado Arlindo... Eu havia solicitado. Eu quero voltar a falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu quero externar aqui uma dúvida que tem uma preocupação. Hoje nós vamos ouvir dois senhores que, segundo divulgado pela imprensa, coordenaram e/ou relataram àquela reunião já referida. Quando da proposta de que a reunião fosse secreta — depois ela mudou para reservada e hoje tá sendo proposta que seja uma reunião aberta —, eu quero ponderar o seguinte. Tem as vantagens na reunião aberta, e eu acho que fundamental, agora tem uma desvantagem que eu queria que isso aí fosse avaliado — desvantagem na minha opinião. Porque poderia haver eventuais contradições no depoimento do Sr. Ney e do Sr. Nilson. Agora, se o Sr. Nilson assiste o depoimento do Sr. Ney, esta possibilidade fica eliminada. E, sob esse aspecto, eu acho que nós deveríamos analisar coletivamente, porque, se vai ser relato ou se vai ser testemunhal, é uma questão também relevante, e foi aqui explicada pelo Relator após a ponderação do Deputado Alceu Collares. Mas isso que eu estou agora considerando tem uma outra característica, até porque um continua sendo funcionário e o outro é ex-funcionário. Então nós, e aqui me auxilia o Deputado Arnaldo Faria de Sá, eventualmente podemos estabelecer um contraditório. Sob esse aspecto, eu queria que V.Exa. se pronunciasse, porque, se isso tem alguma relevância — me parece que teria, pelo menos como hipótese — nós podemos convidar o Sr. Nilson pra que ele ficasse, quem sabe, numa sala aí, bem recebido evidentemente, com café e... e... e água, pra... pra que ele... e após o depoimento do Sr. Ney, aqui comparecesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. propõe, então, que façamos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Um não ouça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... a reunião aberta...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - *(ininteligível)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... mas apenas que um dos depoentes...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não ouça o depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... não fosse... Que o segundo não ouvisse o primeiro, não é?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu... eu... Pela ordem havia pedido o Deputado Magela, Geraldo Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, é só pra ressaltar que, salvo melhor juízo, a Lei 1.579 diz que os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal. Então, que nós não saíamos desta situação, e vamos ouvir de acordo, como nós estamos ouvindo como convocados e não saíamos... não... não tenhamos aqui nenhuma abertura de precedentes, e vamos ouvir de acordo com... como se aqui estivessem prestando depoimento e, aí, eu considero que já deve se iniciar como as perguntas do Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu não estou aqui em mãos com a CPI, com... com a lei das CPIs, mas parece que foi manifestada agora pelo Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se V.Exa. desejar, a Secretaria pode fornecer a V.Exa. imediatamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... que me antecedeu. Mas, se não me falha a memória, existem as duas qualidades de depoimento: a da testemunha e a do indiciado. Mas, em... tanto na qualidade de... indiciado, quanto na qualidade de testemunha... Aliás — mudo —, na qualidade de testemunha, a qualificação do depoente... do... de quem vai depor é exigida; na condição de indiciamento, ele tem o direito de, obviamente, ele não pode se negar a responder à CPI, porém ele pode dizer que aquilo poderia o incriminá-lo. Então, nesse caso, a qualificação não

valeria. Então, como foi dito que os depoentes estão aqui não na qualidade de indiciado, mas na qualidade de testemunhas prestando informações, eles têm, sim, que prestar o juramento perante a CPI porque, se essas informações não forem verdadeiras, eles poderão ser inclusos em crime de obstrução à Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, se fosse indiciado, ele teria o direito de não se qualificar com o juramento sob pena de se auto-incriminar. E, mesmo como testemunha, ele terá o direito de dizer: esta resposta eu não posso responder. E subentende-se que aquela resposta iria incriminá-lo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Arnaldo Faria de Sá, pela ordem. Eu tô tentando ouvir...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não... eu não quero fazer... eu não quero fazer nenhuma... nenhuma questão, só quero lembrar o seguinte: nós temos sessão extraordinária da Câmara. Daqui a pouco começa a Ordem do Dia e nós estaremos impedidos de trabalhar. Vamos dar celeridade aos trabalhos. De uma forma ou de outra, vamos começar, que nós tamos aqui divagando e sem solução nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu acho... Eu quero contrariar o nosso nobre Deputado. Nós tamos buscando processualmente uma forma que não possa ser depois impugnada na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O... o... o nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Por isso, a legislação, no meu entendimento... O Deputado Chinaglia levantou muito bem: se é como testemunha, o outro depoente não pode permanecer nessa sala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E... e... esse requerimento, Deputado... do Deputado...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não pode permanecer nessa sala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... do Deputado... Esse depoimento... requerimento do Deputado Arlindo Chinaglia eu vou deferir imediato e vou convidar o... depois o senhor, o senhor — segundo depoimento —, Sr. Nilton...

(Não Identificado) - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... pra se identificar. Vou pedir que ele permaneça numa outra sala. Isso eu vou fazer, e tá deferido. Peço desde logo ao Sr. Nilton...

(Não Identificado) - Nilson.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...Nilson, o segundo depoente convocado, o Sr. Nilson Ribeiro da Silva, pra que se identifique. Sr. Nilson, eu pediria ao senhor que, acompanhado de um funcionário da Câmara, pudesse assistir, com o seu advogado a parte... a... ficar numa dependência da Câmara. Eu peço ao Secretário que providencie, entendeu? E, então, esse... esse problema está... Segundo, eu... eu... Deputado Alceu, eu queria dizer o seguinte: a idéia seria de que nós ouvíssemos o... o depoente como alguém que vem aqui depor pra prestar esclarecimentos, porque na condição de testemunha... Nós não fizemos a convocação na condição de testemunha e, na condição de testemunha, ele poderia se auto-incriminar. O que nós queremos é aprofundar o esclarecimento nessa... nessa matéria. Então, a... a idéia — e o Relator tem mais ou menos uma concordância...

(Não Identificado) - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... e eu consultei o advogado e ele disse que não teria nenhuma restrição nesse... como informante, entendeu?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - E tem qualquer restrição em se colocar como testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não tem. Acho que não.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Então vamos ser prático, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tem.

(Não Identificado) - Então é melhor *(inaudível)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas... eu consulto o advogado.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Vamos ser prático.

(Não Identificado) - Poderia *(inaudível)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu dou a palavra ao advogado. Perdão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES - Srs. Deputados, a... a... egrégia Comissão, como disse ao Sr. Presidente, a propósito do tema ora abordado, o Sr. Ney Pauletto já prestou seu depoimento ao Delegado Zubcov no inquérito policial que está em tramitação. Nesse inquérito policial, o Sr. Ney Pauletto, juntamente com vários outros gerentes de vendas, foram indiciados. A... a matéria que está sendo apreciada nesse inquérito policial se assemelha em determinados tópicos ao desenvolvimento e aos assuntos que estão sendo levados à frente nesta CPI. Daí a possibilidade de ocorrer o fato de determinadas perguntas poderem vir a... a... a colocar em xeque a posição do Sr. Ney Pauletto. Mas, independentemente disso, é bom que fique bem claro que o Sr. Ney Pauletto comparece a esta... comparece a esta Comissão com o firme propósito de contar aos senhores o que sabe, e já o fez quando prestou as suas informações ao Dr. Zubcov, no sentido de que a Comissão atinja os seus propósitos. Peço apenas, como uma contribuição que trago aos senhores, que — e tomando aqui como exemplo uma outra Comissão Parlamentar de Inquérito...

(Não Identificado) - Não, mas aí não.

O SR. ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES - ... em papel timbrado da Câmara dos Deputados, em que, lá embaixo, está dito o seguinte — aspas: "O depoente compromete-se, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso cinquenta e... sessen... LXIII, da Constituição Federal." Justamente aqui é a precaução que o nobre Deputado argúi e que visa preservar os direitos. Mas o propósito do depoente é de contar aos senhores o que sabe sobre o evento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem. Quem pediu... Deputado...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, o nobre advogado... O seu cliente não está na qualidade de indiciado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES - Não. Desculpe, Sr. Deputado, mas o que eu quero dizer...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Seu cliente está...

O SR. ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES - Não, não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... na qualidade de indiciado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES - Não, ele está, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Indiciado na Polícia Federal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES - ...está indiciado na Polícia Federal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES - No inquérito que o Dr. Zubcov desenvolve.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, Sr. Presidente, eu interpreto, e acho até que cabe até uma interpretação da própria Comissão de Constituição e Justiça se houver uma dúvida sobre isso, de que o depoente tem que fazer a qualificação, prestar o juramento e, quando a ele lhe for perguntado algo na qual a sua resposta o incriminasse, ele se... me reserva o direito de não responder esta pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu creio que...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, ele poderia fazer o juramento, como é de praxe e, inclusive, determina a lei das CPIs...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não... não há... não há...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... e, de imediato, feita a ele uma pergunta que ele não possa responder, ele diga: eu não posso responder esta pergunta. Pronto! E já subentenderia que essa resposta poderia auto-incriminar. Eu acho que o próprio advogado concorda com a minha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. O... Deputado, o... o que eu quero dizer a V.Exa. é o seguinte: eu tentei colocar uma idéia de nós colhermos o máximo de informações possíveis. Eu coloco em votação — os Srs. Deputados — para que nós decidamos esta questão. V.Exa. deseja usar a palavra?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu... eu quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem antes de colocar em votação.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero é que fique garantida, absolutamente garantida, a obrigatoriedade do senhor depoente falar a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah! isso não ...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ...em qualquer condição que seja, mesmo garantido, claro, o...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Olha, eu... eu queria colocar o seguinte: nós achamos que, na qualidade de... de um depoente prestador de esclarecimentos, dar mais... informante, dar mais liberdade de diálogo. Há mesmos... menos formalismos. Se a Comissão entender assim, ouviremos assim. Se não, qualificaremos e ouviremos como testemunha. Coloco em votação. Os que desejarem que o... o depoente deponha como convidado permaneça... como convidado informante permaneçam como se encontram; os que desejarem... desejarem... Tá em votação. Os que desejarem que ele deponha como testemunha qualificado se manifestem. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze. É... Evidentemente, vamos proceder como testemunha qualificado, entendeu? Como qualificado. Peço, portanto, é... é... V.Exa. preste o compromisso (*ininteligível*), não é?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, enquanto o... o... Sr. Ney assina, eu queria sugerir que fosse assegurado, é, de fato, a... a reserva, digamos, de contato, seja direto ou indireto, com referência ao Sr. Nilson, porque pode ter alguns outros seus assessores aqui, enfim, advogado, que evidentemente procurarão desempenhar bem o seu papel. Mas aqui gostaríamos que fosse preservado este contato, nem direto nem indireto, e que ele viesse diretamente até aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, ele não está... A informação que eu tenho é que ele está na sala da diretora dos Serviços de Assistência às Comissões Parlamentares de Inquérito, na Câmara, junto com o seu advogado. Portanto, isolado, desta... do... do contato com o que tá acontecendo nesta sala, com o que está acontecendo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, enquanto ele também... Fazer uma questão a V.Exa., porque é um problema que pode ocorrer. A... o depoente, sendo feita a ele alguma pergunta, não poderá o advogado, pelo menos ao meu entendimento, responder por ele ou dizer a resposta que ele deverá dar. A manifestação do advogado — e isso, inclusive, discutida amplamente no plenário desta Casa, a respeito de um problema que tivemos na CPI do Narcotráfico — poderia ser feito, mas através da Presidência. A Presidência deferindo, a própria Presidência coloca o pedido do advogado e defere ou não defere. Mas essa manifestação entre o advogado e o cliente não poderia, porque, senão, nós

teríamos as respostas do advogado e não... Correríamos o risco de ter as respostas do advogado e não do próprio depoente.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas, Tuma, o nosso colega sabe qual é a função dele. Sabe disso. Ele sabe que não pode fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu... eu permiti ao advogado que prestasse os esclarecimentos, mas eu vou, evidentemente, é... no... no depoimento do Deputado e na inquirição do Dr. Ney Pauletto vou permitir que o advogado dê assistência a seu depoente. É um direito do advogado de assisti-lo e de informá-lo. Isso é uma praxe. Eu não vou ... eu não vou impedir esse exercício.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Foi garantido pelo Supremo, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Já garantido. Nós não vamos discutir... nós não vamos, é, brigar com o Supremo, porque nós estamos aqui...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Foi garantido o direito da presença dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois é. O... o... Agora, quem está depondo aqui é o Sr. Ney. Eu vou... eu vou ler a qualificação do Dr. Ney Pauletto Júnior. Filiação: Ney Pauletto e Maria Helena Belato Pauletto , nascido em 15 de abril de 60, CPF: 027.964.478-71, RG: 9.545.403; Órgão expedidor: SS... Secretaria de Segurança Pública de São Paulo; industriário, profissão; qualificação: depõe como testemunha; natural de São Carlos, São Paulo; brasileiro, casado, é... residente na rua Francisco Bayardo 551, apartamento 142, São Paulo, São Paulo, é... 058... CP: 0520-010, telefones... Bom, o telefone não precisa não. É... Faço... Compromisso: "Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que me for perguntado". Eu consulto ao depoente se deseja fazer uma exposição rápida inicial sobre os fatos para os quais está aqui convocado e, se desejar, desde logo, lhe concedo a palavra para isto.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Obrigado, Presidente Marchezan. Eu só queria entregar a — não sei se devo — , mas a minha... o meu depoimento na Polícia Federal, feita ao Deputado Zubcov, uma cópia pro senhor e uma pro... delegado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá. Eu... peço à Secretaria que proceda à... à tiragem de cópia e distribuição pros Srs. Deputados.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - E dizer também que eu tô aqui pra contribuir com a verdade, no que for preciso, pra esclarecimento do... do que for necessário.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, questão de ordem.

(Não identificado) - *(ininteligível)* por um instante.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Eu gostaria que... é... o... o senhor depoente fizesse, efetivamente, agora, uma palavra introdutória, pelo menos um esboço rápido sobre o assunto, porque, por exemplo, eu não tenho conhecimento mais aprofundado sobre esse episódio, sobre esse evento. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu... eu posso dizer a V.Exa., eu posso prestar esses esclarecimentos. Eu coloquei a palavra, ele não desejou fazer uso e entregou um depoimento, que eu estou fazendo cópia, e eu vou dar a palavra ao Sr. Relator. Mas o que eu posso informar a V.Exa. é que, na cidade, numa... na... estaria aqui em cima da minha... Tá aqui. Teria havido, numa determinada cidade de São Paulo, na cidade de São Paulo, uma reunião, no dia 27 de 7 de 99, presentes... E eu vou entregar uma cópia a V.Sa... Aliás, V.Exa. já tem esta cópia, mas eu peço à Secretaria que providencie uma cópia imediata. Reuniram-se 24 executivos, de 21 laboratórios internacionais, que, entre outras coisas de interesse comercial ali tratado, tratou-se também de fazer uma frente de, digamos, é... não fabricar genéricos e, mais do que não fabricar, promover uma campanha contra os genéricos. Ora, esta... esta... se verdade esses fatos, isso consta... contraria a lei concorrencial do Brasil e impediria o desenvolvimento do comércio de medicamentos, impediria a... a liberdade de comércio no País e, mais do que isso, prejudicaria profundamente a redução de preços dos medicamentos. Porque, nos países em que isto aconteceu — Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Alemanha — os genéricos provocaram baixas de preços entre 30 e 60%. E hoje, em alguns desses países, a comercialização de genéricos chega a atingir a ordem de quase 50 ou mais de 50% do comércio de remédios. Então, evidentemente, causando profundos prejuízos àqueles remédios de marca e... e... e com nome de fantasia. Então, este seria o fato que nós estamos aqui. Uma cópia está sendo entregue. Desde logo, concedo a palavra ao Sr. Relator, Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu indago... Eu posso fazer a indagação diretamente ou por intermédio de V.Exa.?

Processualmente, posso fazer diretamente, embora, penalmente, fosse por intermédio de V.Exa., mas, de toda a forma, faria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu... eu... eu... Não, eu vou permitir que... que... Se for desejo dos Deputados, eu vou dar os três minutos e mais a prorrogação e o Deputado faz as perguntas e o depoente responde, sem a minha interferência. Eu apenas vou anunciar quem está falando, quando necessário.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Primeira pergunta: como e por quem foi organizada a reunião do dia 27 de julho de 99? Qual era o objetivo dessa reunião, Sr. Ney Pauletto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V.Exa. Com a palavra Ney Pauletto.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - A... É comum na... na... nesse segmento de vendas da indústria farmacêutica, ah, o encontro das pessoas em confraternização, em restaurantes, em bares, pra se... pra se conversar sobre a tendência do mercado, o comportamento do mercado, quais são as tendências, o que que tá ocorrendo. Isso é uma coisa comum. Ah... não é nada de... de... de estranho essa posição, uma vez que esses profissionais formados na... Os profissionais de vendas da indústria farmacêutica não são formados em... em universidades. Não existe universidades pra se formar gerente de vendas da indústria. Eles são criados na própria indústria, assim como eu, assim como muitos outros. São profissionais que começaram como vendedor na empresa, foram supervisores, foram crescendo e atingiram o... o tópico de... o cargo de gerente de vendas na... da companhia. Então, é muito comum, assim como em outro... em outros ramos também o é, essa... essa... essa discussão sobre as tendências do mercado, sobre a... Apesar de sermos concorrentes — os laboratórios são concorrentes, competem entre si; existem produtos que competem entre si —, a... a essência desses encontros, dessas reuniões informais sempre foi discutir o que que tá... quais são as ocorrências, o que tá acontecendo no mercado e o pensamento de cada um sobre o futuro desse segmento. Esse... essa sempre foi a intenção do... dessas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O senhor, atualmente, ainda pertence aos quadros da Janssen-Cilag Farmacêutica e, em caso positivo, participou dessa reunião com o consentimento da sua empresa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o depoente.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ah, pois não. É... perfeitamente, Deputado. É... eu continuo pertencendo ao... ao... Se eu sou funcionário da Janssen-Cilag, ainda sou e... não... não... Desculpe, eu me perdi na... na pergunta.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Se... se na época era e se atualmente ainda é e se a empresa influiu na organização dessa reunião.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim. Pois não. Na época, eu era gerente de promoção da companhia, eu não era gerente de vendas. A minha função era mais ligada ao **marketing** farmacêutico do que à área de... à estrutura de vendas. Eu tava, ah... Eu fui... estava presente nessa reunião justamente porque o Sr. Nilson Ribeiro da Silva estava deixando a empresa a partir de primeiro de setembro próximo — essa reunião foi em 27 de julho —, e o meu chefe, é... me colocou num programa de desenvolvimento, pra assumir a responsabilidade pela área de vendas a partir de então, da saída do Nilson, que era a partir de 1º de setembro. E não foi informado à minha diretoria, muito mesmo... mesmo porque o nosso diretor estava de férias, que iríamos em tal reunião, e, só pra ressaltar, não... não é necessário é... Eu nunca fiz esse tipo de... Assim, o nível de... gerencial que eu... que eu tô lotado na empresa me permite participar de encontros informais com outras pessoas, que isso faz parte do ramo, faz parte do... do... do segmento em que eu trabalho.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Foram re... Foram realizadas reuniões semelhantes anteriormente? Em caso positivo, quanto tempo anterior essas reuniões realizaram-se?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Olha, eu não... eu não... eu não tenho certeza, porque eu não era da... da... da... da área de vendas na época. É... eu sei que as pessoas se encontravam — são os comentários que eu escuto, que as pessoas se encontravam em restaurante, em bares, final de tarde, durante congressos médicos, que são comuns a participação de gerentes —, é... batiam papo no final de tarde pra trocar idéias, opiniões sobre o segmento farmacêutico. É isso que eu...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O senhor fez uma ata, pelo menos uma versão inicial da ata. Foi moto próprio, por desejo próprio ou alguém lhe pediu pra fazer isso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Olha, foi pedido pra mim fazer a... tomar nota das... das colocações do grupo. Realmente, foi muito difícil fazer isso. Mas fui eu que... que tomei notas. Foi-me pedido pra fazer. Foi colocado na abertura da reunião que a gente taria dando notas, justamente porque todos os gerentes que tavam ali — tinha bastante gente — queria fazer um exercício sobre o que que tava acontecendo no mercado, que eram inúmeras as situações do mercado, o mercado tava realmente, é... turbulento com relação a uma série de acontecimentos, de fusões de laboratórios, de... de compra e venda de distribuidores. E, apesar de eu não ter muito... Eu tive muita dificuldade de escrever isso, porque eu não era do **métier** de vendas, mas foi... foi-me passado esse encargo, justamente pra cada um deles ter uma cópia do sentimento de várias pessoas — não foi... não foi consenso aquilo lá —, do que... do que ocorreu na reunião. Eu acho que eu não relatei bem, eu não... eu não fiz a digitação corretamente, justamente porque a reunião é tumultuada. O gerente de vendas, ele tem uma postura de falar muito, e falar ao mesmo tempo várias pessoas. Então, eu acho que eu não fiz a contento o que deveria, justamente pela dificuldade de não ser também do **métier**. Mas fui eu que escrevi, sim, no meu **notebook**, a convite do gerente de vendas da companhia.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O senhor... a empresa que o senhor ainda hoje trabalha tomou conhecimento posterior da sua presença nesta reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Perfeitamente. Depois de alguns dias, com o advento de uma... de uma correspondência que eu recebi na empresa, da Bristol-Myers Squibb, é... nominada a mim, com cópia pra todos dos gerentes de venda da... das empresas que estavam presentes na reunião. O meu diretor e as outras pessoas da empresa tomaram ciência desse acontecimento. Até então, a gente não achou importante ou relevante esse assunto, justamente porque não se tinha nenhuma intenção de nada, não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Sa. poderia informar por que este grupo que participou dessa reunião planejou a seleção de atacadistas na... na... no mercado farmacêutico, privilegiando inclusive algumas empresas que estão sob processo fiscal? Qual a razão dessa seleção dos atacadistas? Seria a montagem de uma rede de distribuição vinculada aos laboratórios no País?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Ney Lopes, eu não... eu não sei dizer, com muita propriedade, essa... essa resposta a essa pergunta, justamente porque, naquele momento, eu tava apenas iniciando um... um programa de desenvolvimento pra assumir a área de vendas. É... mas eu não percebi, como ouvinte — que eu não tive nenhum depoimento na reunião, nada —, eu não... eu não percebi nenhuma intenção daquele grupo de qualquer tipo de... de... de intenção de grupo contra algum laboratório ou distribuidor, mesmo porque as pesso... esses laboratórios são competidores. Então, estrategicamente, nenhum deles ia abrir nada pra outra empresa, pra, pra outros laboratórios ali, em público, de forma a caracterizar: "Nós vamos fazer isso; nós vamos fazer aquilo". Eu não... eu não percebi, eu não senti... se tá implícito em alguma coisa, eu não sei dizer ao senhor, porque, realmente, eu não tinha intimidade no segmento pra poder declarar. Essa, realmente, é a verdade.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas na reunião que foi discutida essa questão dos distribuidores — porque, no depoimento da Polícia Federal, V.Sa. refere que já tinham sido destituídos, em várias partes do País, alguns distribuidores — havia alguma preocupação com o distribuidor? Que tipo de preocupação era essa? Era pra excluir a venda de genérico, de similar? Ou que preocupação era com a rede de distribuidores que é... é citado como um assunto tratado nesta reunião, no depoimento de V.Sa. na Polícia Federal?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É... perfeitamente. O que, como eu disse anteriormente, existiam alguns movimentos no mercado farmacêutico com relação à distribuição que preocupavam as pessoas, porque essas pessoas, esses gerentes de vendas, são responsáveis por grande volu... grandes volumes de vendas. É um grupo de distribuidores. Eu não sei, deve ser 30 ou 40 ou 50 distribuidores no Brasil, que são os principais distribuidores, e são grandes volumes de faturamento que vão a esses clientes. A pre... E, naquele momento, no mercado, é... existia, assim como existiam e existe até hoje fusões de laboratórios — isso é um acontecimento que vem ocorrendo, e não só no seguimento farmacêutico como em outros ramos — também na... na... no ramo farmacêutico se via muita movimentação de compra e venda de distribuidor pra se crescer em áreas e... é uma... uma... tipo uma globalização, uma regionalização mais forte de distribuidores. Isso foi o que eu pude captar da preocupação daqueles... daqueles gerentes de vendas que estavam lá. E o exercício... Aquilo foi realmente um

exercício, uma... Cada um deu sua contribuição. Às vezes, falavam cinco ao mesmo tempo, é... é... Existiam, é... existem distribuidores que são puros, ou seja, aqueles distribuidores que compram da indústria e colocam produtos na farmácia. Existem outros distribuidores, que são os chamados pela gente no ramo de distribuidores mistos, que possuem distribuidoras que fazem esse trabalho e também possuem redes de farmácias no mesmo conglomerado, na mesma empresa e... Então, eles fizeram um exercício pra saber como é que tá a tendência desse segmento de distribuição, pra ver quem é que vai ficar. Eu tô investindo, eu tô vendendo pra uma pessoa que talvez seja vendida ou seja fechada. O que eu percebi, apesar... Ressalto mais uma vez: eu não tinha intimidade com esse segmento pra poder dizer com tanta clareza, infelizmente. Mas, certamente, o que eu prestei atenção — e prestei muita atenção no dia — é que a preocupação deles realmente era em exercitar qual... quais eram os distribuidores que estariam crescendo, outros estariam enxugando é... e o exercício entre eles. Não assim, não: "Aquele cara vai acontecer isso ou não". Pelas tendências, pelas flutuações, pelas regionalizações dessa... desse seguimento de distribuição foi que foi feito o exercício. Isso foi que ficou bem claro e patente naquele dia.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A ata da reunião aponta uma preocupação com a realização de campanha do... do tipo "Não troque esta receita", junto à classe médica, e também o programa de uma divulgação contra genéricos para a mídia, obviamente para influenciar consumidores. A reunião ainda refere que todos os gerentes de venda, de vendas não deveriam dar descontos às UNIMEDs — uma ação em bloco contra um grupo consumidor, no caso. Eu pergunto: quais outras estratégias os gerentes de vendas planejaram para fragilizar e boicotar a plena implantação dos genéricos no País?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Bom, primeiro, eu gostaria de esclarecer que, com toda a verdade, com toda a sinceridade do mundo, eu não vi nenhum indício, nenhuma intenção, nem pessoal nem em grupo, de nenhum boicote contra genéricos. Isso eu acho que precisa ser esclarecido. Nenhum daqueles gerentes nem tem autonomia pra tomar decisões em nome de empresa e nem estavam lá com esse intuito. Isso é a verdade e o que eu percebi, apesar, digo mais uma vez, de não ter intimidade suficiente com o ramo de venda pra poder declarar com toda a firmeza. Mas eu não percebi em nenhum momento esse tipo de declaração, absolutamente em nenhum momento. E o senhor citou dois casos. Um era a

campanha dos laboratórios como: "Não troque essa receita". Gostaria de explicar primeiro esse aspecto e depois o caso das UNIMEDs. Como eu disse, o mercado estava turbulento em várias situações. Uma delas era o canal de dis... Aliás, uma delas era o canal de... de laboratórios: fusões, megafusões, pequenas fusões, aquisições, uma série de situações novas que a gente tava vivendo naquele momento no mercado farmacêutico brasileiro. Esse era uma situação: laboratórios e distribuidores. Uma outra situação era a situação que a Lei dos Genéricos tinha recém sido publicada, a Resolução 391, e existia, naquele momento, uma gama de laboratórios que estavam fazendo propaganda de genéricos, isso... isso em horários nobres da televisão, eu vi propaganda desses laboratórios no **Faustão**, vi propaganda desse laboratório no **Fantástico**, desses laboratórios que tavam vendendo ou insinuando através dessa propaganda como se posicionando como genéricos. E a gente conhece bem o segmento farmacêutico e sabe que na farmácia não existe um farmacêutico responsável, aliás, existe um farmacêutico responsável, mas quem atende as receitas são os... os balconistas de farmácia, que são técnicos, quando muito; são pessoas completamente leigas na área de saúde. O que esse grupo tava preocupado, na verdade, é que, primeiro, esses laboratórios se posicionando como... como genéricos, que não o eram, de maneira, na minha opinião e na daquele de grupo, de maneira ilegal, estavam trazendo uma... uma, vou dizer no popular, enganando a população com relação à prática... à prática da nova política de genéricos, inclusive a Lei de Genéricos que tinha sido publicada foi elogiada. A Lei de Genéricos no Brasil, não só na minha opinião, como na de muitos que tavam lá, a Lei de Genérico é boa. A Lei de Genérico, ela vai normatizar uma... uma... um segmento no mercado que é necessário, que vai atingir uma gama da população. Primeiro se ressaltou essa importância. A Lei do Genérico... Eu trabalho numa empresa que é uma das maiores empresas de pesquisa de fármacos do mundo. É uma empresa que pesquisa novas drogas. E muitos que tavam ali tinham laboratórios nacionais também. Não houve nenhuma... nenhuma queixa com relação à Lei de Genéricos. A grande... Em todos os aspectos, quando citaram os genéricos, era pura e exclusivamente contra esses laboratórios que tavam se posicionando ou aproveitando, vou dizer assim, aproveitando esse... essa publicação da Lei dos Genéricos pra se... pra se... pra se posicionar no mercado e ganhar vendas. No fundo, no fundo, o que tava acontecendo era troca de receita no ponto de vendas. Então, o pessoal tava muito

preocupado com isso, eu percebi isso do grupo. O pessoal tava muito preocupado com a troca de receita no ponto de venda. E como a gente trabalha de maneira ética junto à classe médica, ou seja, se leva informações científicas pra classe médica, existia uma preocupação realmente muito grande que essas trocas de receitas viessem a ocorrer na.. no ponto de venda, onde... onde... onde os pacientes são tratados por... ou são atendidos por pessoas não competentes para.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem. Na ata de V.Sa. está escrito: "Cada gerente estará também motivando as presidências para se unirem no desenvolvimento de um programa de qualidade contra genéricos para a mídia, visando atingir os consumidores". Que presidência? Das empresas?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim. O que... o que... o objetivo dessa colocação — e foi também pelo que eu entendi de uma discussão bastante tumultuada, muita gente falando — foi o seguinte: se os laboratórios... esses laboratórios que tavam fazendo uma prática não ética em mídia importante, em horário importante, estavam fazendo tudo aquilo e a gente que trabalha sério, de maneira... só a minha empresa está há mais de sessenta anos no mercado. Quer dizer, nós temos um nome a zelar e uma imagem a zelar. Se a gente tava sendo atacado, de uma certa maneira, a nossa receita podendo tá sendo trocada no balcão de farmácia, a idéia do grupo era: vamos motivar os nossos laboratórios a ir lá e esclarecer a verdade. "Olha, vamos fazer uma campanha...". Não é contra o genérico da lei, isso precisa ficar bem claro. Era tudo.... todas as indagações, todas as... as informações foram citadas... foram colocadas. São contra esses genéricos que tão se posicionando como falsos genéricos. Isso ficou bem claro pra mim, apesar de ter... não ter o... não era do **métier** do... do pessoal de vendas na época.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Também na ata de V.Sa. está escrito: "O grupo de **marketing** deve ser motivado a desenvolver campanha do tipo 'Não troque esta receita' junto à classe médica, visando transmitir ao médico e este ao paciente a preocupação da troca da receita na farmácia". Aqui nesta Comissão foi feita uma denúncia anteriormente, inclusive trazendo à vista dos Srs. e Sras. Deputados selos, adesivos para colocar na receita... na receita médica, evidentemente, que distribuídos aos médicos, para a utilização no receituário. Eu indago: V.Sa. pode declarar um ou dois ou três ou quantos nomes forem de laboratórios que mandaram imprimir esses selos para distribuição com os médicos? E, especificamente, o seu laboratório tem essa prática?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - O meu laboratório não... não.... não teve essa prática. Nós não fizemos isso em momento algum. O que vale ressaltar... Eu não sei nenhum laboratório, porque eu não tô no dia-a-dia, na prática diária na frente do médico, e não recebi nenhum tipo de selo que... nada que me direcione pra algum laboratório ou não. Eu sei que isso existiu, eu vi na... na televisão e o que.. o que eu acho que... o que eu tiraria, o que eu... a minha experiência fala a respeito disso. É o seguinte: tava todo mundo muito preocupado, não com a Lei dos Genéricos, porque os genéricos não existiam. Aliás, não existem até o momento. Então, não existia uma preocupação dos laboratórios em perder venda por causa de genérico. Essa... essa... isso é uma deturpação. O que o pessoal tava preocupado é com a troca de receita na farmácia, que tava ocorrendo por conta de propaganda enganosa. Onde tava sendo essa propaganda? Não só na mídia televisiva, nas farmácias de... nas revistas de farmácias, como também nos próprios pontos de venda. Eu cansei de ver, de passar em frente de farmácia, no interior de São Paulo, no Norte e Nordeste, e até na Capital, de farmácia: "temos genéricos com 50% de desconto". Isso aí foi muito noticiado na mídia e a grande preocupação de todos os laboratórios era: "puxa, eu preciso preservar a minha receita", porque, afinal de contas, um laboratório vive de venda de remédio. E a gente tava sendo... pressionado por uma prática, na minha opinião, ilegal.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O seu laboratório, onde o senhor ainda hoje trabalha, ou outro que o senhor conheça, o senhor conhece fato concreto de distribuição de brindes a médicos, de prêmios, de patrocínio de simpósios para lançamento de medicamentos? O seu laboratório já fez isso ou o senhor conhece outro que tenha feito que possa nos informar?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É... Perfeito, Deputado Ney Lopes, esse é um ponto interessante. O... Como é que funciona... o **marketing** farmacêutico não muda há mais de sessenta anos. Acho que faz sessenta anos que ele funciona da mesma maneira. Como é feito o **marketing** farmacêutico? Não se faz propaganda de remédio na televisão. Não se faz propaganda de.. de... de remédio nos veículos de comunicação, tipo revista **Veja**, **IstoÉ**, nos grandes veículos de comunicação do País. Assim como no resto do mundo, a propaganda médica é feita através de... de representantes da indústria que vão até o médico. Esses representantes são pessoas capacitadas, treinadas pra prática ou pra desenvolver trabalho de farmacologia com os médicos. Quer dizer... é sabido que é muito importante, quer

dizer, através de inúmeras pesquisas, o médico ressalta a importância do representante da indústria farmacêutica que discute com ele farmacologia e tratamento. Esse representante ele entende não só da patologia que ele tá... que ele tá... que o produto dele é direcionado, como entende do medicamento, como entende dos efeitos adversos da droga. Então, essas pessoas são extremamente capacitadas. Eu posso dizer isso do meu laboratório, onde se investe muito dinheiro no treinamento desses profissionais. A propaganda é extremamente ética e se fala de... apenas dos produtos da... do seu laboratório na frente do médico. Essa é... é assim que funciona o **marketing** farmacêutico há mais de sessenta anos. Com relação a brindes, é muito comum, não só... até menos no **marketing** farmacêutico, onde a gente faz... fazem canetas desse tipo Janssen-Cilag ou com o nome de algum medicamento e entregam aos médicos. Isso é muito comum. O patrocínio de simpósios e congressos médicos também é uma prática comum nos laboratório... pelos laboratórios, uma vez que você precisa divulgar... A farmacologia é uma área da medicina extremamente dinâmica e você precisa arrumar ou encontrar caminhos de divulgar essa... as novas práticas... as novas drogas pra classe médica e você precisa arrumar ou encontrar caminhos de divulgar essa... as novas práticas... as novas drogas pra classe médica de alguma maneira. Como nós não temos canais de televisão, não temos outra mídia pra fazer, isso é feito dentro de simpósios, dentro de congressos médicos. Praticamente todos esses eventos médicos têm a permissão da sociedade médica pra ser elaborado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, como nós aqui tamos combatendo monopólio, eu não quero monopolizar a palavra. Vou terminar, embora eu sei que as indagações serão feitas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu... Se não for tudo esclarecido, assegurarei a palavra ao final a V.Exa. novamente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Obrigado. Eu perguntaria por fim o seguinte. V.Sa. atualmente é gerente nacional de vendas?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - O meu cargo atual é gerente nacional de promoção e vendas.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Promoção e vendas. Muito bem. Então, V.Sa. podia nos informar qual a participação percentual dos custos da... da... da promoção na composição do preço final do medicamento? Pelo menos na sua empresa.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Gostaria muito de ter essa informação, Deputado, mas eu não tenho. Quem... quem... Toda essa análise é feita por um outro grupo de pessoas na empresa e eu não tenho acesso a essa informação. São informações de outras... de outras... de outras áreas da empresa. Eu não... eu nunca vi um organograma aberto, uma...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Sr. Relator. Nós vamos agora... Temos uma lista de inscritos. Deputado Geraldo Magela, como autor do requerimento, pede pra falar em primeiro lugar da lista. Eu... Não é regimental, mas eu vou conceder a palavra a S.Exa., se a Comissão não se opuser. Tem a palavra. Como ninguém se opôs, tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

(Não identificado) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Presidente, por isonomia, são dois os autores do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marckezan) - Quem é o outro autor?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. deve ter aí o requerimento, não? Se não tiver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marckezan) - Vou mandar ver.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu consulto também se devemos dar a palavra aos dois autores, porque não é regimental nas Comissões, só como a Câmara... tal. Então, como a Comissão não tem nada a opor, eu vou assegurar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu só gostaria de fazer um questionamento de V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - No próximo depoimento é... o senhor levará em consideração essa mesma relação de inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou sempre consultar. Quando tiver que transgredir o Regimento e que não for eu, for outro Deputado, eu vou consultar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ela tá fazendo uma pergunta em relação ao segundo depoente de hoje, não é no geral.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Segundo depoimento. Mesma relação será utilizada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É. A relação é uma só, mas eu vou consultar depois os Srs. Deputados, pra gente inverter, começar do último pro fim, entendeu? Obrigado aos Srs. Deputados. Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero iniciar perguntando ao Dr. Ney quantas reuniões antes desta, com esta caracterização, ocorreram antes desta reunião de julho?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Magela, eu não... eu não... não sei te dizer com... com... com.. ocorriam muitas. Eu nunca tinha ido em nenhuma, essa foi a primeira. Eu tinha ido num jantar há um ano atrás com gerentes de venda, mas foi comemorativo....

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu pergunto reunião em recinto fechado, não em bares, restaurantes. Recinto fechado, com convocação anterior, com pauta, se o senhor tem conhecimento de alguma reunião anterior?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, que eu tenha conhecimento foi essa... essa reunião que eu tive presente. Eu não tenho conhecimento de outras.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor tem conhecimento... Porque foi o senhor que expediu a convocação é... é... para os outros representantes ou gerentes... Não foi o senhor?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, não fui eu que expedi. Eu não era responsável por vendas na época, como eu citei. A pesso... o responsável por vendas, na época, era o Seu. Nilson, que vai tá depondo aqui...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Ah, foi o Sr. Nilson que convocou então?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É, foi o Seu Nilson que convocou as pessoas.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Ele que convocou esta reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Olha, eu não sei te dizer, porque eu fui convidado verbalmente pra esta reunião. Existe, sim, uma convocação que... que acho que foi até entregue pro Delegado Zubcov...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor tem conhecimento de quem pagou as despesas da sala, as despesas da estrutura da reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Olha, teve um **coffee break** de manhã, que cada um deu cinco reais pra pagar. E as pessoas fizeram questão de receber. E o almoço também cada um pagou o seu, não houve...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não teve despesas com sala? Com *(Ininteligível)*? Absolutamente nada?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, não, não. Que eu tenha conhecimento, não houve despesa nenhuma.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Que o senhor tenha conhecimento, nada.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - E cada um pagou a sua despesa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor disse que o senhor, naquela época, era gerente de **marketing** de vendas?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu era gerente de promoção médica. Eu era mais ligado a... à área de...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - De promoção médica?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Isso, mais ligado à área de **marketing** do que à área de vendas.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não tem relação o **marketing** de promoção médica com as vendas.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É, filosoficamente... filosoficamente, não. Na realidade, o que acontece é o seguinte: o que o **marketing** e a promoção médica fazem é gerar receitas. Você ir no médico, levar o seu produto, ele utilizar o seu produto através de uma receita e esse paciente vai até a farmácia e vai adquirir o medicamento. O pessoal de vendas é responsável pra... pela disponibilização desses produtos na prateleira das farmácias, pra que não volte nenhuma receita gerada pelo pessoal de promoção e **marketing**.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Tá certo. O senhor... o senhor conhece a ata que foi distribuída?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, conheço.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - De quem é a redação da ata?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - A... a primeira ata... São duas as atas que... que foram divulgadas. Essa primeira ata que... que aparece, tá inclusive no meu depoimento... São... são duas atas. Uma... essa ata, que não tem assinatura, tá escrito só...é só... tirando essas partes escritas a mão, que eu desconheço...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Hum, hum...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR -... fui eu que escrevi durante... Essa aqui fui eu que escrevi.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, é verdade... é verdade o que tá escrito aqui, na página um, que: segundo Ianni da Glaxo, "reduzir o número de distribuidores, selecionar por área geográfica de atuação e controlar, via distribuidor — um controla o outro — é o caminho mais coerente". E segue. Isso aqui é uma... Realmente aconteceu na reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado, essa...essa...essa discussão foi realmente... Esse assunto de distribuição foi realmente, é... Deputado Magela, muito conturbado. Eu tava tentando captar as informações. Não houve consenso, cada um colocava o que queria, o que pensava. Isso aí são estratégias de venda... eu acho que justamente o que ele tava citando aqui nesse caso era proteger a indústria de problema de... um distribuidor some da noite pro dia e você deixa lá uma quantidade... um volume de produto e de dinheiro. Essa... esse foi o objetivo, mas foi muito conturbado esse ponto.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor sabe informar com quantos distribuidores trabalha a Janssen-Cilag ?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - A Janssen-Cilag trabalha, entre distribuidores hospitalares, distribuidores da... da linha geral, que a gente chama distribuidores de farmácia, por volta de 50 distribuidores, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor... o senhor tem informação de quantos distribuidores existem no Brasil?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não tenho.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não tem.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - São muitos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor conhece na ata, na página dois, um trecho que diz: "Sugestão para a próxima reunião"? Por volta do dia 10 de setembro. Página dois do relatório. É nove... tá nove aí. Essa mesma ata. É a mesma ata, só que tem oito em cima e nove... Tem um trecho que diz "Sugestão de

data para a primeira reunião. Primeira quinzena de setembro, por volta do dia 10/09".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aqui, ó. "Sugestão de data pra...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ah, sim. Ah, sim. Tá aqui. Pois não, eu tô sem cópia.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É verdadeira esta... essa reunião existiu? Ou não?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, não existiu.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Por quê?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não sei dizer pro senhor. Muito provavelmente porque... Eu vou dar minha opinião pessoal. O que aconteceu de lá pra cá, por causa dessas atas, acho que deixou todo mundo com muito medo da situação, porque, realmente, não... não... ninguém tinha a intenção de gerar essa confusão toda ou... ou que isso foi... isso... tenho plena convicção de que a gente não tinha. E, aí, todo mundo se amedrontou. Eu mesmo tô morrendo de medo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor... o senhor disse que o Sr. Nilson tava saindo da empresa. Em que... por que razão?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Magela, o que... eu não sei o que foi conversado com os diretores, isso é uma coisa que se conversa pessoalmente quando se sai de uma empresa. O que se comentou na época foi que o Nilson estaria saindo da empresa porque ele recebeu um convite de uma distribuidora...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Qual?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - ... Panarelo, pra... onde ele está hoje, né, pra um convite de emprego, com condições melhores do que a Janssen podia pagar, e ele achou que tava em condição de sair e tomou a decisão.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E essa distribuidora distribui os produtos da Janssen?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Já, já... já distribui há alguns anos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Já distribui há alguns anos.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Já, há alguns anos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E hoje ele trabalha na Janssen?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ele hoje trabalha na...nessa distribuidora.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Melhor, na Panarelo. Aqui tá dito... tem todo um item que fala a respeito dos genéricos na ata do senhor. Naturalmente, não há como o senhor negar o que tá escrito, mas eu... eu... eu queria que o senhor respondesse aqui, porque aqui tá dito o seguinte, no terceiro parágrafo da página 10: que "o grupo de **marketing** deve ser motivado a desenvolver campanhas do tipo 'Não troque esta receita junto à classe médica', visando transmitir ao médico e este ao paciente a preocupação da troca da receita na farmácia." Naturalmente, diz respeito aos genéricos. O que que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É, eu ressaltai esse aspecto já na colocação do Deputado Ney Lopes. O que as pessoas de vendas tavam preocupadas não eram com os genéricos, os genéricos da Resolução 391, porque não existiam genéricos no mercado, como até agora não ocorre. Toda... toda a colocação que foi falada sobre genéricos nesta ata se refere àqueles laboratórios que eu citei, que são laboratórios que tavam com práticos, ou seja, se colocando como genérico, quando, na realidade, não, não existiam. Essa... Isso foi o que eu consegui colher de informações na... nessa reunião, Deputado Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor tá se referindo aos laboratórios?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu tô me referindo a laboratórios que tão inclusive escritos na ata, que eram os mais salientes na época, que eram os laboratórios Teuto e Neoquímica .

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Salientes, por quê?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Que é o que tavam com propaganda mais agressiva na televisão, inclusive em horário nobre, dizendo... em horário de... Programa de Faustão, Programa de Gugu, é... é... **Fantástico**. Estavam fazendo campanhas no ponto de venda. E a gente tem um número de pessoas muito grande. Quer dizer, eu diria que mais de 50% do efetivo da minha companhia trabalha na rua, trabalha visitando o médico. E essas pessoas tavam vendo e virou, gerou, realmente, uma preocupação muito grande, por causa do advento desses laboratórios fazendo uma propaganda, no meu modo de entender, uma propaganda enganosa, porque eles não poderiam se comportar como genéricos, porque não estavam qualificados pela... pela nova lei.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor disse, no início, que o senhor era um homem, naquela época, de **marketing**. O que que o senhor tem a ver em relação a esse tópico específico na reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Magela, eu não fiz nenhum comentário nessa reunião, mesmo porque não me senti confortável pra fazer. Não era do meu **métier**. Eu nunca tinha trabalhado com vendas de... de... de... com grande distribuição, como é chamado, que é o grande volume de medicamentos da empresa. Eu tenho quinze anos de Janssen. Minha formação praticamente foi toda nessa empresa. E... eu não... não... não... em nenhum momento eu dei qualquer opinião a respeito, porque, realmente, eu não me senti confortável pra fazê-lo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor tem conhecimento que depois dessas reuniões... desta reunião ocorreram algumas outras ou alguma outra reunião, mesmo em caráter informal, em bar, restaurante?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não tenho como responder isso pro senhor. Eu não participei de mais nenhuma.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, o senhor foi pra gerência de vendas?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, assim que... que o Nilson saiu... Eu não... eu não assumi a gerência de vendas. Eu tive... eu ganhei a responsabilidade pela gerência de vendas também. Eu acumulei um cargo. No lugar do Seu Nilson entrou uma pessoa, que hoje tá lá, que é o gerente de vendas, e responde pra mim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Magela, eu queria adverti-lo que V.Exa. ocupa o tempo por dez minutos. Tem mais dois minutos. Obrigado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Já, já... Concluir, então, Sr. Presidente. O senhor... é... Quem, efetivamente, organizou a reunião do dia 27 de julho?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Magela, com toda... com toda a sinceridade, o que eu acredito... Eu fui convidado verbalmente e só fui convidado, porque eu tava em programa de desenvolvimento, pelo meu gerente de vendas. Só fui convidado por causa disso, porque ele sabia que eu seria a pessoa que taria assumindo a área. E, pelo que eu tenho conhecimento, essas pessoas, esses gerentes de vendas se encontram, como eu disse no início, em restaurantes, em

bares: "Pô, vamos nos reunir! O mercado tá... tá pegando fogo por causa disso." "Existe uma tendência de aquisição do laboratório 'a' pelo 'b', vamos chamar os pessoal, vamos conversar. " E, pelo que eu saiba, e pelo que ouvi dos colegas durante esse período, aí, que... que sucedeu a reunião é que só foi num lugar fechado porque não dava pra colocar 25 pessoas ou quase 35 pessoas que tinha lá dentro, num restaurante, pra discutir assuntos. Porque essa reunião, realmente, foi muito grande. Isso foi o que eu ouvi das pessoas, inclusive na própria reunião. Não... não sei dizer pro senhor se teve outras reuniões. Eu não participei de mais nenhuma.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sim, mas o senhor não me respondeu.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Desculpa, eu talvez tenha me perdido. Me perdoe.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu perguntei quem, efetivamente, organizou essa reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu não sei. Pra mim, o que... quem organiza essas reuniões é o próprio grupo. Fica....

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor foi chamado pelo Sr. Nilson?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, eu fui chamado pelo Sr. Nilson, justamente pelo...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Uma última pergunta. É... o senhor tem ao lado do senhor um advogado, que está, pelo que me consta, lhe assistindo, inclusive no processo... no inquérito aberto pela Polícia Federal. Quem custeia as custas desse advogado?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - A minha empresa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - A sua empresa?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas como? A sua empresa não conhecia que o senhor estava sendo... indo pra essa reunião; o senhor está sendo indiciado da Polícia Federal, está aqui como pessoa física. Por que que a empresa tá pagando as custas do advogado?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu acho que a... a... a empresa... Na minha empresa existe uma... um credo em que é praticado, em que os cuidados

com os funcionários é uma coisa extremamente relevante, importante. Quer dizer, qualquer funcionário da Johnson & Johnson ou da Janssen-Cilag ele é, realmente, é muito bem tratado, o recursos humanos da empresa é muito forte. E, quando a companhia me viu numa situação tal qual estou, ela resolveu, por bem, pagar o custeio dos advogados e o custeio, inclusive, da minha viagem aqui, pra poder prestar o depoimento, e me colocou à disposição no que precisasse. Isso eu considero excelente.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan)- Obrigado a V.Exa., obrigado a V.Exa.

(Não identificado) - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O depoente, não. Não há necessidade... Não há... Eu tô assegurando a presença do advogado para assistir o depoente. E o depoente, se desejar consultar o advogado, eu dou tempo e tal pra consultar o advogado, não é? De forma que essa liberdade... Então, se o... se o... se o depoente quiser transmitir alguma coisa em nome do advogado poderá fazê-lo. (Risos.) Obrigado ao Deputado Magela. Com a palavra, pelo mesmo princípio, o Deputado Arlindo Chinaglia. Agradeço o Deputado Magela, que se ateu aos doze minutos. Mas ninguém é obrigado a usar os doze minutos. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, Sr. Presidente, pela sugestão inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - (Risos.) Não é a V.Exa., é a todos os Deputados.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sim, mas eu me incluo. É... Sr. Ney, a ata ela tem tópicos. E ali foi discutida a questão da distribuição, a questão das UNIMEDs e também a questão dos genéricos. Em certa altura da ata, há uma observação, que diz: "cuidado para não formalizar." Aquilo mostrava, por parte do senhor... Ela falava: "Nenhuma dessas medidas deve se formalizada. Cuidado!" No seu depoimento, o senhor se colocou como um iniciante e que, portanto, deixa uma brecha. Se amanhã ficar provado que ali se cometeu um crime — não tô dizendo que se cometeu... Mas o senhor, nesse depoimento, falou: "Olha, eu era iniciante, eu não tenho tanta responsabilidade quanto os demais." O senhor confirma? O

senhor se coloca como não tendo a mesma responsabilidade dos demais naquela reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, eu estava presente...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não. Mas... Eu digo, assim, em termos de responsabilidade. O senhor acha que o senhor tem a mesma responsabilidade dos demais? Ou o senhor, por se caracterizar como iniciante, tem menos responsabilidade?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Olha, Deputado Chinaglia, eu não... eu não sei responder essa pergunta pro senhor. Eu estava presente, tô aqui pra prestar os esclarecimentos. Que toda a vez que for necessária a minha presença...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok, ok. Veja: os representantes de laboratório foram-se reunir numa sala da Fundação Getúlio Vargas. A sala é ou não de propriedade da Johnsson & Johnsson? Ela é ou não financiada pela Johnsson & Johnsson?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não. O que... o que eu sei é o seguinte: existem inúmeras empresas que subsidiam salas na Fundação Getúlio Vargas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso eu também sei. Eu já per... Essa sala onde os senhores se reuniram é da... financiada pela Johnsson & Johnsson?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, não. Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Por alguns laboratórios?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não. Essa sala era uma sala... Porque você... quando você... você patrocina uma sala da... da Fundação Getúlio Vargas — são empresas amigas da Fundação Getúlio Vargas que fazem esse procedimento —, você tem direito a usar salas gratuitamente, desde que não haja aula. E naquele momento não havia aula. Eu acho que as pessoas...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É um instante de trocas, ou seja, financiando... entre... essa amizade entre as empresas e a Fundação, em contrapartida, não importa a sala, mas é decorrência desta, digamos, dessa ligação de mútuo apoio?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pelo que eu saiba é, sim senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. É... os representantes de laboratórios presentes na reunião são todos de São Paulo?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não. Eu não conhecia todo mundo. Aliás, eu conhecia três, três pessoas lá que... Dois eram ex-funcionários da companhia e um deles era uma pessoa que eu conheci no interior de São Paulo, quando eu era vendedor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ou seja, é possível que alguém... **O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR** - Não, tinha pessoas...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... tenha ficado de fora?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Desculpa interrompê-lo, mas...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não tem problema.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - existia gente...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - De outra cidade.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR- Uma dessas pessoas, que eu conhecia, lá, que era o Francisco, ele era do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. Quem pagou a passagem? Porque, veja: o senhor disse, no seu depoimento, respondendo ao Deputado Magela, que vocês pagaram o **coffee break**; depois, cada um pagou o seu almoço, ali, muito socialista e tudo. Pois bem, é... quem pagou a passagem de quem vinha de outras cidades?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não sei dizer pro senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não sabe.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR- Meus cinco reais eu paguei do meu bolso mesmo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Porque... Alguém pagou com cheque, lá, almoço? O senhor sabe disso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não sei.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor tem verba de representação? Quando o senhor sai pra... em nome da empresa, o senhor, por exemplo, pode gastar pra pagar o seu almoço, o seu jantar, etc, e o senhor é ressarcido disso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Neste evento, o senhor foi ressarcido ou não?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não. Eu não tive despesa, tive só esses... Ah! Sim. Do almoço, eu fui. Do almoço, eu peguei uma nota fiscal e...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E o senhor foi ressarcido. Então, nós podemos concluir que quem pagou o almoço não foi o senhor, foi a empresa.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. Veja, o senhor acabou de nos relatar que quem paga o seu advogado é a empresa, o que me parece justo. O senhor, inclusive, fez a defesa. Olha, do ponto de vista da lógica que o senhor falou, o senhor apresentou uma justificativa. Por isso que eu estou falando que é justo: "Olha, lá, existe uma situação — não sei qual o termo usado..."

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Um credo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Um credo. Isso. "... um credo onde a empresa é solidária." Eu imagino que é política da empresa, e o senhor até gosta dessa política. Isso gera, imagino, uma contrapartida, quer dizer, os funcionários são bastante comprometidos com a empresa. O senhor é um funcionário antigo. O senhor se sente, assim, leal à empresa, não sente?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois bem, como naquela reunião os gerentes de venda, enfim, os profissionais são todos profissionais de longa data, eu infiro que também são pessoas que têm cargos de direção, como já têm, são gerentes, são chefes, são diretores, portanto, cada um defende a sua empresa. E, aí, o senhor falou: "Olha, a reunião era conturbada, nós somos concorrenciais, eu não peguei tudo que tava ali, eu tava começando..." Tá ótimo. Mas em dado momento, quando foi da discussão dos genéricos, o senhor foi enfático, o senhor falou o seguinte: "Olha, ali, todo mundo acha..." O senhor falou assim: "a sua opinião e a opinião daquele grupo, todo mundo acha que a lei de genéricos é boa". E, aí, o que que me intrigou no seu depoimento? É que, veja, não o senhor, mas qualquer representante da indústria farmacêutica de laboratórios internacionais dizer que a lei dos genéricos é boa, que "Olha, tamos aí pra colaborar", é de bom tom, é politicamente correto e faz eco no Congresso e na sociedade. Agora, quando a encrenca aparece, ou seja, vocês discutiram com os distribuidores. Com essa lealdade entre o distribuidor e a indústria farmacêutica, é óbvio que vocês estavam ali pra defender a indústria farmacêutica. Aquilo que o

senhor caracteriza como análise e tendência... veja, não era uma reunião de desocupados. A reunião foi à noite? Foi em fim de semana? Foi de dia? Em horário comercial?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - O senhor tá perguntando?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Tô perguntando.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Foi em horário comercial.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente. Então, vocês estavam ali em horário de trabalho? Então, veja: confraternização normalmente a gente faz em horário... fora do horário de trabalho. A não ser quando é almoço de trabalho, reunião de trabalho. Eu entendo que, ali, vocês tavam a trabalho representando suas empresas, discutindo as contradições com as distribuidoras. Ou seja, entre o interesse da indústria farmacêutica, que fabrica, e os distribuidores, ou da INTERMED, ou das concorrentes, como a Teuto, que o senhor relatou, vocês tavam ali pra defender, evidentemente, a indústria. Pois bem, e era uma reunião de trabalho. Ao final, há encaminhamentos pela ata. O senhor não confirma pra gente que era uma estratégia coletiva da indústria farmacêutica? Porque apesar de serem concorrências, ali, eu poderia dizer, tinham — entre aspas — "inimigos comuns", que eram distribuidores, que era Teuto, que era UNIMED, etc. Eu não sei o que mais. O senhor não acha que ali seria, assim, muito ocioso pessoas tão qualificadas, com salários tão altos, preparadas, represen... dizer que não tavam representando as empresas? O senhor acha que, é... não fica um pouco destoante?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Em hipótese alguma eu vi nada, nada. Mais uma vez eu ressalto: apesar de não ter toda a intimidade com o segmento, em momento algum eu vi qualquer tipo de, de atividade de grupo ou de, de posicionamento de grupo. Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. O senhor acredita ser possível a sua empresa ou qualquer outra, individualmente, determinar aos distribuidores atitudes e comportamentos que sejam melhor pra sua indústria? É possível isso? Isoladamente, a sua empresa fazer: agora, eu vou enquadrar os distribuidores; eu vou ter uma atitude isolada e vou fazer os distribuidores fazerem o que eu acho que é bom pra nós. É possível?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não sei, não sei.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA- Ah! Não é possível. Veja, Dr. Ney, convenhamos, não é possível, porque lá na reunião — o senhor sabe disso — o conjunto tem problemas com as distribuidoras. É a mesma coisa que nós, da Oposição, apanharmos, aqui, que nem vaca na horta, como diz no interior, nas votações, e eu sozinho querer resolver. É impossível. Então, com essa comparação... Veja, o senhor acha que é crível pra sua inteligência e pra nossa, coletiva, de que uma indústria sozinha é capaz de enfrentar todas as distribuidoras sozinhas?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor seria capaz de responder isso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor acha que é possível, ou que é melhor enfrentar coletivamente?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, Deputado Chinaglia, eu só acho que o que o grupo estava discutindo lá, o que eu acho, o que eu tirei de conclusão de lá, não era o que ia fazer com distribuidor, ou nenhum deles ali tinha... ou nem com grupo, nem individualmente, de maneira alguma, evitar que um distribuidor fosse comprado, ou que um distribuidor deixasse de ser puro pra ser só misto, pra ter sua rede. Não é, não foi esse o exercício. Isso que eu queria que o senhor entendesse: que, em momento algum, e falando com toda clareza mesmo, não houve intenção de grupo de nada, em nenhuma das colocações. Mesmo porque as colocações eram muitas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se eu fosse dono da empresa, eu demitia cada um de vocês, sabe por quê? Vocês vão lá gastar dinheiro da empresa — percebe? —, no horário comercial da empresa, sabe que sozinho não resolvem e coletivamente nem pensa. Porque veja, eu não consigo, o que eu não consigo entender — veja, eu não quero desrespeitá-lo — estou dizendo que não consigo entender como generosidade. Veja, é que discute-se problemas comuns, opina-se coletivamente, e na hora de agir coletivamente fala: "Não, não, que é que é isso? Não vamos fazer isso". O senhor acha que é crível isso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu acho que foi exatamente o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok, eu.. É um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. está há dez minutos ocupando e tem mais dois para concluir. Apenas para colaborar com V.Exa. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu agradeço muitíssimo, Presidente. Então veja, Sr. Presidente, Sr. Relator e demais membros, eu não posso acreditar que, numa reunião de representantes de laboratórios com interesses comuns, ao final não tenha conclusão e encaminhamentos comuns, até porque a ata chama para uma futura reunião. E a explicação do Dr. Ney qual é? "Não aconteceu porque teve problema com a ata". É evidente, depois que esquentou, depois que vazou, qualquer um... seria por demais imprudente fazer uma reunião. Vocês podem perder o sentido, podem até ter feito contatos mais reservados, não tão banderosos e tal. Veja, uma outra questão: quando vocês fizeram essa reunião, uma das preocupações, segundo o seu relato, é que prevalecesse a verdade, que não fizesse propaganda enganosa, e que, portanto, vocês tinham que se defender, no sentido de que vocês estavam sendo atacados, na opinião das indústrias e do senhor também, de forma desleal. Mas o que ocorreu em seguida à reunião foi uma ampla campanha em defesa daquilo que se conhece como medicamentos de marca. Não é verdade isso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não me lembro. Quando está se referindo à campanha da ABIFARMA?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Da ABIFARMA.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É, eu não... eu não me lembro quando começou a campanha da ABIFARMA. Realmente ela ocorreu nos meses que se seguiram, justamente porque a lei tinha recém-publicado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois é, veja.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não existe mais nenhum, não houve....

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É verdade, é isso, veja.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agora, a campanha da ABIFARMA... A ABIFARMA, ela é sustentada pela indústria farmacêutica. E aí tem um nítido elo de ligação. Faz-se uma reunião, identifica-se problemas, a concorrência desleal, no julgamento dos senhores, estava fazendo uma campanha, e vocês tinham que reagir. E houve a reação. Bom, quem pagou a ABIFARMA? De forma indireta quem paga é a indústria farmacêutica. Eu estou procurando... Vou

fazer na forma de pergunta, sem agressão, mas fere a nossa inteligência, veja, o senhor quer nos convencer que a campanha publicitária da ABIFARMA não teve participação de gerente de vendas, daquilo que era a sua função à época, que era gerente de **marketing**, que vocês não tiveram um diagnóstico coletivo e que não tiveram uma ação coletiva. E eu estou dizendo para o senhor que eu acho que está... os fatos mostram o contrário. Olha, temos que reagir e reagiram. O senhor não acha que a campanha publicitária desencadeada pela ABIFARMA foi consequência não só dessa reunião, mas também desta reunião onde vocês avaliaram, entre outras coisas, exatamente a campanha publicitária da Teuto entre outras?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Chinaglia, o que eu posso dizer, com toda humildade: eu nunca fui na ABIFARMA. Eu não sei, não conheço as pessoas da ABIFARMA, conheço de nome as pessoas. Eu tenho certeza ou convicção, quando eu participei da reunião, que não houve nenhuma inter-relação dessa reunião com a campanha da ABIFARMA. E a campanha da ABIFARMA, que eu tive conhecimento, vi a campanha, era uma campanha de esclarecimento sobre a Lei dos Genéricos. Isso ficou bem patente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Para concluir tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Na sua opinião, a sua responsabilidade lá é igual a do Sr. Nilson, que à época foi quem o indicou? Porque o senhor falou que não sabe quem chamou à reunião — o senhor falou que não sabe identificar. Na sua opinião, o senhor Nilson sabe? E esse **coffee break** caracteriza ou não, em reuniões como essa, uma formalidade, ou seja, faz parte de uma reunião que tem **coffee break**, tem pauta, ao final tem um encerramento, tem ata, tem encaminhamentos, e aí se almoça e depois vai e volta para o trabalho nas suas unidades?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, o próprio aspecto da reunião não dá nenhum tom de formalidade. Ela foi totalmente informal, todo mundo falava a hora que queria. Não tinha... não tinha absolutamente nada que me caracterizasse, para mim...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O fato de ser aparentemente não tem... É porque não tinha um presidente tão bom como o nosso, que não deixa a coisa assim ficar tumultuada.

(Risos.)

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, não houve, Deputado Chinaglia, no meu entendimento, nenhum tipo de formalidade na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado ao Deputado Arlindo Chinaglia e ao depoente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, a quem eu peço escusas por tanta demora, Deputado Eduardo Jorge, cuja presença nos honra aqui.

O SR. DEPUTADO EDUARDO JORGE - Primeiro, eu quero pedir desculpa também ao Presidente e aos colegas porque eu estou dividido entre essa reunião e a Comissão de Relações Exteriores, que tem um projeto meu em votação. Eu sou autor dos destaques do projeto de armas, aqui na Câmara, e se eu não estiver lá me prejudico na votação. O Deputado Pannunzio está o tempo todo me cobrando a presença lá. Eu quero então aqui, rapidamente, contribuir com a Comissão. Não vou fazer perguntas ao depoente, mas eu me senti obrigado a me inscrever e falar para os nossos colegas, porque sendo autor da Lei de Genéricos aqui no Brasil eu tive uma relação com essa questão dessa denúncia da ata e vou contar aqui pra vocês, pela primeira vez, porque eu não tinha contado pra ninguém. Em agosto, chegou na minha casa, pelo correio, essa ata, provavelmente pelo fato de ser eu o autor da Lei de Genéricos. Alguém que teve acesso à ata, ou que participou da reunião — que se vocês observarem na ata, existe observações anexas, feitas manuscritas — então, alguém que participou da reunião, e talvez não concordando com a orientação da reunião, mandou para minha casa, lá em São Paulo, uma cópia da ata. E o que é que faz um Deputado quando recebe uma ata com um conteúdo explosivo como esse? Como era uma coisa anônima, ninguém escreveu, eu também não sou uma pessoa que vive de holofote, nem de se alimentar com mídia, eu achei que o mais responsável era mandar para as autoridades que pudessem investigar algo desse tipo, porque realmente a ata é gravíssima. O que é que eu fiz? Mandeí uma carta para o Ministério da Justiça, pedindo que encaminhasse para a Polícia Federal e para o CADE e mandei para o Ministério da Saúde, para o Ministro Serra, para que ele tomasse as providências — os dois Ministérios. Depois, eu vi pelo jornal que o Conselho Federal de Farmácia também

tinha feito essa denúncia. Então, provavelmente também recebeu e também passou a ata adiante. Aí sim que eu fui procurado por alguns jornais e que me perguntaram, também por causa da questão dos genéricos, se eu tinha a ata. Eu tenho, tem aqui, quem quiser, está aqui no meu gabinete. Fui chamado pelo Dr. Gesner, do CADE, eles iam fazer uma sessão já a pedido do Ministério da Justiça para discutir a ata, a referida ata. Eu fui lá, dei um depoimento lá no plenário do CADE. O Dr. Gesner estava presente, coordenou. E depois vi que o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, o Ministério da Saúde também tomaram providências em relação à ata. Eu acho que.... é claro, o nosso depoente nega tudo aqui, na Polícia Federal, lá. Agora, a ata tem evidências fortíssimas e tem provas indiretas que permitem que as autoridades da Polícia Federal e do CADE tomem providências, tomem providências. Por exemplo, a BYK, que é uma das entidades presentes nessa reunião, ela formalizou uma campanha com a antiga diretoria da AMB (Associação Médica Brasileira). Isso está no jornal de novembro, chamado **Jamb** — Jornal da AMB, uma campanha da BYK, que é a última que está aí. Havia uma campanha patrocinada pela BYK, com a chancela da AMB, pra distribuir selinhos, uns tais selinhos, pelo Brasil a fora. Quando o Jornal da **Jamb** chegou, eu fiquei indignado. Liguei para a AMB e aí já não era mais o Presidente antigo, já era um novo, o Dr. Eleuses Paiva, que é até de São Paulo. Então, o Eleuses tomou conhecimento disso e imediatamente desautorizou e desfez a campanha. Mas a campanha existia, estava montada. Era a BYK e a AMB distribuindo selinhos. Está lá, é só consultar o jornal de... A BYK é um laboratório. É só consultar o jornal. Primeira prova indireta. Segunda prova indireta é somente conversar com qualquer médico que recebeu propagandista nesse período. Todos eles eram pressionados, recebiam sugestões, selinhos, carimbos, etc. A terceira prova indireta é a questão da campanha, que, como se viu aqui, a campanha se seguiu. Se seguiu uma campanha violentíssima, caríssima, massiva de vacina contra os genéricos nos meios de comunicação. Portanto, as evidências de provas indiretas me deixam tranquilo que eu fiz certo em, apesar de receber uma ata anônima, pelo correio, ter encaminhado para as autoridades tomarem providências. É na questão dos distribuidores, na questão dos genéricos e na questão das UNIMEDs, que ainda não foi bem investigada qual é, quer dizer as intenções dele aqui, típicas práticas de cartel. Agora, se as nossas autoridades, se o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde vão ter a coragem e a competência de agir como agem outros países nesses

casos, em casos desse tipo... Eu acho que é uma tarefa até da CPI cobrar das autoridades, porque nós convidamos o nosso depoentes, ele veio com advogado, ele nega tudo. É um rapaz bem-intencionado, estava sob orientação da diretoria da empresa, não vai ser ele o crucificado. Ele é um funcionário da empresa, seguindo ordens da empresa, um funcionário subalterno da empresa. Uma empresa com 60 anos no Brasil, uma empresa fortíssima, etc. etc. Portanto, eu acho que a... Eu queria dar essa, essa contribuição a vocês aqui nesse depoimento e ao mesmo tempo achar que é importantíssimo esse papel que a CPI tem jogado. Cada vez mais a questão dos medicamentos tem sido desvendada pela opinião pública. E acho que a autoridade da CPI, além de questionar pessoas como ele, deve-se voltar mais ainda para cobrar do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde para que não deixem um caso escandaloso de cartel como esse passar em branco no Brasil. Tem que haver punição exemplar para essas empresas que fazem esse tipo de esquema, de articulação ilegal no nosso País. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Não há resposta a dar, a menos que o senhor deseje se manifestar. Não, não há nada. Eu agradeço ao Deputado Eduardo Jorge o depoimento e desejo dizer a S.Exa. que já trouxemos o Dr. Gesner, Presidente do CADE, aqui, que na próxima quarta-feira, ouviremos aqui o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, o Dr. Paulo de Tarso. Com a palavra o Deputado Vicente Caropreso. (Pausa.) Ele teve que dar uma saidinha. Com a palavra o Deputado Luiz Bittencourt.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente. Sr. Presidente, muitas das colocações que eu gostaria de fazer aqui já foram feitas pelos Deputados que me antecederam, mas eu gostaria aqui de, ainda, fazer algumas colocações sobre a ata que foi nos enviada. Eu perguntaria ao Dr. Ney se, na pág. 10, na terceira, na quarta, na terceira folha da ata, quando, no segundo parágrafo, os senhores descrevem aqui uma forma de ação: "Distribuidor que trabalha com a linha de laboratórios éticos não deve trabalhar com genéricos da Teuto e Neoquímica. Todos os gerentes de venda estarão reforçando, com os seus distribuidores, a importância de mantermos o padrão de "eticidade" da distribuição. Nas redes, cada gerente de venda deve explicar a posição do seu laboratório quanto ao programa da Teuto e da Neoquímica". Na realidade, o senhor não está aqui relatando um fato concreto de prática de pressão de comercialização discutida entre todos ali? Porque aqui é claro: não deve trabalhar, quem vende

produto dessas empresas que participavam dessa reunião não podem, em hipótese alguma, vender produtos genéricos no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o depoente.

O SR. NEY PAULLETO JÚNIOR - Deputado Bittencourt, o que estava muito claro e evidente, transparente, naquele momento, era a prática de propaganda enganosa desses laboratórios. Nenhuma das pessoas que estavam lá — e não tinham só laboratórios multinacionais, tinham várias empresas nacionais também —, todos estavam pasmos com essa situação. E todos eles eram partidários de não ter produtos com qualidade não comprovada pela lei, conforme reza a Lei dos Genéricos, misturados na mesma prateleira de um distribuidor com produtos comprovadamente eficazes e comprovadamente, clinicamente eficazes. E essa foi... essa foi... o intuito dessa colocação. Acho que tem algumas coisas aí que eu coloquei com as minhas palavras, justamente que eu disse. Eu acho que eu não fiz a ata com toda a riqueza que deveria, porque justamente eu não conhecia muito bem o segmento. Mas o objetivo é que todos estavam sendo atacados. Quer dizer, no momento que está se trocando troca de receita, num ponto de venda, devido a uma propaganda enganosa, todos os outros que trabalham de forma diferente são prejudicados. É exatamente isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Bom, o senhor sabe que no País nós temos hoje aproximadamente 50 mil farmácias. Em torno de 50 a 55 mil farmácias. E aqui no parágrafo seguinte há também uma outra anotação curiosa. O senhor faz parte da Diretoria de **Marketing** da empresa?

O SR. NEY PAULLETO JÚNIOR - Não, não, eu sou Gerente de Promoção e Vendas da Janssen-Cilag, eu não sou Diretor da Empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Que é o setor de **marketing**?

O SR. NEY PAULLETO JÚNIOR - Não, não. **Marketing** é uma outra área da empresa. A área de promoção médica é a área que pega o **marketing** e leva pra o cliente.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Certo. Então aqui novamente uma nova citação curiosa, quando diz o seguinte: o grupo de **marketing** deve ser motivado a desenvolver campanhas do tipo "não troque esta receita", junto à classe média, visando transmitir ao médico, e este ao paciente, a preocupação da troca da receita médica. Bom, se são 55 mil farmácias, pela experiência das pessoas que

estavam ali, se discutia uma estratégia de chegar a todas as farmácias com esse objetivo?

O SR. NEY PAULLETO JÚNIOR - Não, não. Eu não eu não vi essa dos selinhos aí. Eu não, não sabia. Mas o que estava... A colocação aqui quer dizer o seguinte, eu comentei isso com o Deputado Ney Lopes, na abertura, que estava existindo troca de receita no ponto de vendas, justamente porque essa propaganda enganosa e por causa desses atendentes de farmácia, que não são capacitados para tratar a saúde, estava havendo troca de receita, estava todo mundo muito preocupado com isso e as pessoas ... É que são várias pessoas falando ao mesmo tempo. Não teve um consenso desse... em nada desse negócio teve um consenso. A idéia era: nós precisamos esclarecer para a classe médica brasileira que pode estar ocorrendo troca de receita na hora que a receita chega na farmácia. A gente sabe que o foco do médico é o paciente, não é o remédio; é a patologia, não é o remédio. Então, o objetivo disso era justamente alertar a classe médica de uma possível troca que estava ocorrendo nas farmácias naquele momento em que o mercado, resalto mais uma vez, estava extremamente turbulento por causa dessa prática, na minha opinião, ilegal.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - E bom. E mais adiante, o senhor anotou aqui: Cada gerente estará também motivando as presidências para se unirem no desenvolvimento de um programa de qualidade contra genéricos para a mídia, visando atingir os consumidores. O que é que quer dizer essa palavra aqui, esse "contra" aqui? Ele é a favor ou ele é contra, efetivamente contra?

O SR. NEY PAULLETO JÚNIOR - Não, Deputado Bittencourt. A colocação genérico aqui, ela quer dizer exatamente a mesma coisa que quer dizer nos outros parágrafos, ou seja, são esses genéricos ... não genéricos de acordo com a Resolução nº 391, com a Lei de Genéricos, estavam se comportando como tal, naquele momento, no mercado. O que o grupo estava discutindo, também de forma aleatória, não tinha uma colocação, não existia o consenso nesse assunto, foi de como é que posso ser tão atacado com propaganda enganosa e não haver uma resposta imediata? E esse grupo que estava lá é um grupo de ação, é um grupo que trabalha com vendas, é um grupo que vive de vendas. E se você está sentindo algum tipo de retaliação, você tem que reagir. Então, foi a reação natural do grupo em falar: Olha, o que é nós podemos fazer para deixar claro para as pessoas que existe uma propaganda enganosa, existe uma prática indevida no mercado e que

isso pode acarretar em queda de vendas? Porque eu vivo de vender remédios. Esse foi o objetivo dessa colocação.

. **O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT** - Bom, e concluindo aqui, nesta mesma página, há aqui uma afirmação também no mesmo sentido com relação aos planos de saúde e com relação à UNIMED, destacando aqui apenas a frase: Nos moldes atuais, onde não existe exclusividade para nossos produtos, não podemos tirar o esforço promocional aos médicos associados. Não devemos alavancar descontos nas UNIMEDs, se possível diminuir. Isso também não significa uma ação organizada contra a redução de preços de medicamentos no País?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Bittencourt, o que eu consegui tirar de aproveitamento dessas colocações com plano de saúde foi o seguinte: existia, na época, uma — não sei como está hoje — mas uma briga entre... Os planos de saúde resolveram abrir farmácias e contemplar os pacientes do plano de saúde com medicamento mais barato ou... geralmente mais barato ou até de graça. E as farmácias que estão postadas na cidade estavam se sentindo, se sentindo... perdendo venda, essa é a realidade, perdendo receituário e perdendo venda. Existia uma briga entre eles. E o laboratório tava no meio dessa briga, porque nós é que fornecemos produtos pras farmácias. Mas cada laboratório tem uma relação comercial, um plano de política comercial pra cada convênio ou pra cada tipo de cliente ou pra cada canal de venda. Ninguém ali colocou que: Ah! Eu vou fazer a, b ou c. Cada um tem sua política, sua estratégia da empresa. Não há absolutamente nada. É que a gente tava sendo alvo, a indústria tava sendo alvo de uma briga entre os planos de saúde e os varejistas.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - O senhor tem conhecimento dessa discussão que se instalou no País a respeito do aumento abusivo do preço de medicamento?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, eu tenho lido na imprensa, na mídia. Tenho visto bastante coisa a respeito disso daí.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - No seu entendimento, o senhor acha que tem acontecido realmente um aumento do preço do medicamento?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Bittencourt, eu não tenho informações. O meu cargo nunca me permitiu ter acesso a informações de custo de medicamento. Eu não tenho absolutamente conhecimento nenhum pra poder declarar pro senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - O senhor tem a dimensão desse mercado, o que isso significa em valores financeiros, o volume de vendas dos laboratórios, a concentração que existe desse volume de vendas na mão de poucos laboratórios, a maioria deles participantes dessa reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, eu tenho informações de uma auditoria chamada IMS, que mostra a participação, em percentual, de vendas dos laboratórios, que você recebe mensalmente pra ver sua participação dentro do mercado farmacêutico global. Eu não tenho as informações aqui agora, mas isso são auditorias que qualquer laboratório tem, são compradas do IMS, e lá você vê a penetração de medicamentos. São indicadores do segmento farmacêutico, assim como existe outro tipo de auditoria pra outros segmentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Esses laboratórios que participavam dessa reunião detêm a maior fatia do mercado?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ah! Eu não sei precisar que fatia é, mas ninguém no mercado farmacêutico tem mais do que... Acho que o primeiro lugar do **ranking**, talvez eu tenha com precisão, deve ter 6% do mercado, quer dizer, o primeiro lugar em vendas tem 6%. A minha empresa tem três por cento, três e pouquinho do mercado.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Esses 24 significariam aproximadamente 50%, 70%?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Aí eu não vou arriscar, mas deve ser bem... Eu não vou arriscar, não sei dizer pro senhor. Não sei mesmo, sinceridade. Não tenho essa informação. Mas isso é muito simples de levantar.]

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - O senhor tem conhecimento de que representantes de laboratórios oferecem prêmios a funcionários de farmácias, a médicos, a farmacêuticos?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Olha, Deputado Bittencourt, eu vi na televisão, no Fantástico, no mês de julho ou agosto, talvez mais pra frente um pouquinho, mas tá num depoimento no Fantástico, de uma pessoa, de um rapaz que ficou dez anos trabalhando em farmácia e pegou todos os meandros, como é que ocorre nas farmácias. E ele fez inclusive uma matéria muito interessante em que ele citava e mostrava laboratórios que faziam essa prática realmente. Foi justamente num momento de ebulição.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - O seu laboratório incentiva a comercialização com esses instrumentos?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, não. Não, senhor. Nós não fazemos venda direta pra farmácia. Toda a nossa venda, eu diria, quase 80% da nossa venda é feita por canal de distribuição. Nossos representantes não trabalham com venda, eles só fazem promoção pra médicos. Nós não temos nenhuma influência no ponto de venda...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Algum laboratório no Brasil vende direto pra farmácia?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deve ter alguns que vendem.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Os importantes. O senhor tem conhecimento de algum?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não. Importantes? Não sei...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Desses que estavam participando dessa reunião. O senhor acredita que algum venderia direto pra farmácia?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não sei dizer pro senhor isso daí, porque cada um tem a sua estratégia, seu plano de ação, cada um tem uma... No meu tempo, quando eu era vendedor, todos nós vendíamos. Fazíamos a propaganda médica e vendíamos. Isso aí foi mudando ao longo do tempo e hoje a distribuição realmente é a responsável por 70% da colocação dos produtos na prateleira.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - O senhor tem conhecimento de uma notícia também já veiculada pela imprensa — só concluindo, Sr. Presidente, mais duas colocações — de que os grandes laboratórios brasileiros e multinacionais estão se organizando para ter o controle do mercado de distribuição também?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, senhor. Não...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Nessa reunião não foi discutido inclusive a possibilidade dessa estratégia, como indica aqui um desses parágrafos?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, absolutamente. Nada. Não tenho conhecimento disso e não me lembro de ter nenhuma inferência, nenhuma colocação a esse respeito nessa reunião.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - E é verdade também que os laboratórios estão, de certa forma, quando a poeira baixar, preparados para demitir os funcionários que participaram dessa reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Bittencourt, eu posso dizer pela minha empresa. Eu... Quando tudo aconteceu, me chamaram, o próprio presidente me atendeu e me disse que conhecia minha índole, conhecia minha... já tinha um histórico na companhia de quinze anos e que isso não afetaria minha... o meu lado profissional na empresa. E eu realmente confio nisso e espero que isso não ocorra nem comigo nem com qualquer outro profissional desse, porque, pelo que eu percebi lá, não houve realmente nenhum objetivo. E a gente tem família pra criar. Espero que nada disso ocorra com esse pessoal que participou.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Para concluir, essa letra aqui rascunhada, do lado direito da ata, é do senhor?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, senhor. Eu desconheço...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Não foi o senhor que escreveu isso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, senhor, eu desconheço completamente quem...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito pelas minhas colocações, pelas respostas. Mas eu gostaria de encaminhar a V.Exa. um pedido para que nós pudéssemos, através de um trabalho de perícia, levantar realmente o que está escrito aqui. Eu não sei se o senhor teve a oportunidade de, pelo menos, tentar traduzir. Algumas palavras aqui vão saindo. Mas aqui ele fala aqui: impedir a concorrência não é crime? Impedir a concorrência, a competição não é crime grave? As matrizes das multinacionais... aí ele usa uma palavra assim: vai cair gente. Aí, parece que tem aqui: CADE. Depois, ele coloca mais uma outra expressão e fala assim: para FHC. E aí ele vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Atenderei o requerimento de V.Exa.. Peço que formule o requerimento pra ver o que nós podemos fazer pra identificar. Primeiro, traduzir o que está escrito.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Combater o genérico dessa forma é inteligente? São...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.. Eu tenho que fazer uma consulta aos Srs. Deputados. A Ordem do Dia começou. E se nós prosseguirmos nesta reunião, ela pode, a qualquer momento, ser inquinada de ilegal. Então, a minha idéia era propor que nós suspendêssemos a reunião até o encerramento da Ordem do Dia para recomeçarmos imediatamente após.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, posso fazer uma proposição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, em primeiro lugar. Logo depois, o Deputado Novais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Me parece que a matéria que tá na pauta da Ordem do Dia é matéria de consenso, apenas acordos internacionais e decreto legislativo. Então, o que eu queria propor a V.Exa. é o seguinte: manter a reunião, e a gente nos revezava ir a plenário e, em havendo verificação, a gente suspenderia a reunião, não havendo, a gente manteria a reunião.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem... Quem é que pediu?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu fui lá porque eu já tenho sofrido desconto, porque fico na Comissão na suposição de que eu estou prestando um serviço ao País ou até à Comissão. Eu já sofri vários descontos. Agora eu fui lá e me informei. A presença que nós dermos aqui nesses organismos, nesses mecanismos fora é apenas a presença na Câmara. A presença que vale pra receber o dinheiro é lá no plenário, independentemente de matéria pra votar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem havia pedido o Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu tenho o entendimento também do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Não tem matéria que vá requerer votação nominal. Então, nós temos até 18 horas para registrar nossas presenças. Portanto, nós devemos continuar. Temos muitas questões aqui atrasadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O entendimento de V.Exa. é pessoal, não é regimental. Não é regimental.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não tem votação nominal, Sr. Presidente. Nós não estamos obrigados a ir ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é regimental. Deputado, eu quero dizer a V.Exa. que é do Regimento que se deva suspender a

reunião. Estou tentando contato com a Mesa, tentando objetivar isso. Tem a palavra o Deputado Robson.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Uma questão de ordem. Acho que nós poderíamos correr o risco realmente de ter se considerar alguma ilegalidade por continuar a sessão. Porém, como nós não estamos tomando nenhuma deliberação, não há nenhum fato que justifique a interpretação de nulidade, porque nós estamos pedindo esclarecimentos sobre o depoimento, estamos tendo um depoimento, e não tomando decisão. Acho que se tivéssemos tomando decisão, existia razão de suspender. Mas como não há nada em votação, eu acho que a proposta do Deputado Arnaldo Faria de Sá é excelente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não há questão de ordem a decidir, Deputado Robson Tuma. Pela ordem, com a palavra o Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, eu quero dar total apoio à proposta do Deputado Arnaldo, até porque, se nós encerrarmos agora essa reunião, fica inviabilizada a reunião. Hoje é uma quinta-feira. Fica totalmente inviabilizada. Então, eu concordo plenamente. Eu acho que deve continuar. E esse é um dos depoimentos mais importantes dessa Comissão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, só lembrando que nós temos que ouvir também o outro depoente que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E se nós interrompemos, nós vamos acabar quebrando o sigilo do depoimento do primeiro pra com o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós podemos resolver... O problema meu é que o Regimento Interno determina que: "Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com a Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional". Art. 46, parágrafo único. Entendeu? É § 1º. E o § 2º diz: As reuniões das Comissões Temporárias — que não é o caso — não deverão concomitantemente com as reuniões ordinárias das Comissões Permanentes. Vou prosseguir. Vou tentar consultar o Secretário da Mesa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou tentar consultar o Secretário da Mesa. Se eu receber...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, como Vice-Presidente, o senhor me autoriza a fazer isso, ir pessoalmente lá conversar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode, pode. V.Exa. está autorizado. Vamos prosseguir.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá, gostaria que perguntasse também até que horas os Deputados presentes à Comissão poderão dar sua presença no plenário, porque não é lícito que estejamos trabalhando e sejamos punidos com a redução dos nossos já minguados salários, embora a opinião pública não concorde com isso. (Risos.) As duas coisas são verdade. Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, vamos diretamente ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agradeço.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Inicialmente, eu tô aqui ouvindo as palavras do Sr. Ney Pauletto. E ele tentou — vocês todos Deputados sentiram isso — desqualificar essa reunião. Na reunião todo mundo falava, os gerentes não têm nível superior, são formados pelo próprio setor, havia um clima de desorganização, que foi difícil, inclusive, fazer a ata. Tentou desqualificar, por diversos momentos, a reunião. E dizendo que a reunião era uma reunião comum. Só, Srs. Deputados, essa reunião, ela tem um caráter que não é um caráter ordinário, como quis colocar o depoente. É por isso que nós temos que fazer esses questionamentos com os depoentes com toda a profundidade que esse assunto requer. O depoente faz uma afirmação que não é verdadeira, quando ele diz que não existe genérico no Brasil. Ele, como um homem experiente, quinze anos só dentro da Janssen-Cilag, que é a produtora — para que a população saiba, o povo brasileiro saiba — é a produtora dos produtos Johnson & Johnson, afamados produtos Johnson & Johnson, que estão trabalhando nesse cartel que nós tamos aqui tentando descobrir, ele afirmou que não existia genérico no Brasil. Mas existia genérico no Brasil e existe genérico no Brasil. Existe um decreto no Brasil, o Decreto 793, do então Ministro Jamil Haddad, do então Presidente Itamar Franco que determina a política de genéricos no Brasil, determina como é que a receita deve ser aviada, determina como é que as embalagens devem estarem dispostas, determina uma série de... como é que as farmácias e drogarias devem se postarem diante do decreto. E que esse decreto

sempre foi questionado, e aí é bom que se diga, pela Janssen-Cilag, pela ABIFARMA, por todos esses que querem manter, como muito bem colocou o depoente: Nós vamos perder mercado? Colocou aqui com todas as letras. Então, o papel dessas indústrias, desses cartéis, desses grandes grupos econômicos é único e exclusivo de manter mercado. Então, questionaram na Justiça o decreto, apesar da Justiça nunca ter se colocado. Essa Teuto e Neoquímica que eles colocam aqui, eles esqueceram de colocar a Basf, que faz genérico, uma alemã que faz genérico, me parece alemã, não tenho certeza, que faz genérico, e que não consta no documento. O que aconteceu na reunião do dia 27, para que todos os Deputados tenham... o que aconteceu? O genérico vinha... Tem 500 medicamentos genéricos no Brasil. Quinhentos, Srs. Deputados. E essa luta permanente da ABIFARMA e desses laboratórios para desmoralizar essa origem da política de genéricos do Brasil — que nós temos que honrar o nome do então Deputado e Senador Jamil Haddad, então Ministro, que foi o precursor da instalação dessa política de genérico no Brasil — que depois se desdobrou em lei. Então, existe. É mentira dizer aqui para o povo brasileiro e para Deputados que não existe genérico no Brasil, Sr. Ney. O senhor tem que ter cuidado na palavra do senhor, porque o senhor tá diante aqui de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem poderes. Então, na hora que o senhor afirma categoricamente, como tá colocado aí, que não existe genérico no Brasil, sabendo que existe, porque o senhor tem mais experiência de que muitos que estão aqui nesta CPI, no ramo de medicamentos, o senhor tem que ter cuidado, sob pena de que nós vamos ter que tomar as providências. Porque se mente a respeito de que não existe genérico, existindo genérico — nós sabemos que existe genérico no Brasil —, isso não pode acontecer. Então, o que aconteceu? Essa reunião, com a presença do Sr. Ney, ela tinha o objetivo, a presença do Sr. Ney tinha o objetivo de forçar que todos os laboratórios, todas as distribuidoras não comprassem mais genéricos. Porque, nesse momento, o que aconteceu? O decreto passou a ser lei, com outros componentes, tava em momento de regulamentação. O que eles tavam lá na reunião? Eles tavam lá pra forçar a barra para todos os distribuidores não comprarem medicamentos genéricos das indústrias. E conseguiram esse intento, conseguiram esse intento, que nós vamos ter que comprovar. A Panarello, onde foi o Sr. Nilson, a Panarello deixou de comprar genérico. E nós vamos ter que investigar. Conseguiram o intento de não comprar mais da Teuto, da Neoquímica e da Basf também. A Basf chegou a tirar o

site que tinha na Internet, depois da reunião. Então, isso não é brincadeira. O **site** que tinha www.basfgenérico foi retirado, Sr. Presidente, depois da reunião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Sérgio, devo dizer a V.Exa que V.Exa. já ocupa por cinco minutos e meio o tempo. O tempo de V.Exa são seis minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pois não. Eu vou avançar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. vai avançar no seu tempo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Avançar no meu tempo. Mas eu tenho, Sr. Presidente, porque acaba sendo colocada aqui essas informações de que essa reunião foi ingênua, essa reunião é rotineira, isso não é verdade. Essa é uma linha que essa sub-relatoria de cartel e de preço, que está sob o comando do Deputado Márcio Matos, vai ter que investigar isso. Essa reunião foi assim fundamental para que desencadeasse uma ação coletiva nos meios de comunicação de massa e também na base dos distribuidores. Essa reunião foi que chegou no povo. Essa é a essência dessa reunião, Sr. Presidente, a gravidade que está colocada pelo Deputado Eduardo Jorge, colocado pelo Presidente do Conselho Nacional de Farmácia, que fez a representação diante da Polícia Federal. Então, eu queria concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: eu queria fazer umas perguntas, porque nós temos que chamar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço a V.Exa. que conclua. V.Exa. já esgotou o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu vou, eu vou só perguntar ao depoente. Quem é que responde, na estrutura, dentro da empresa Janssen-Cilag, que produz Johnson & Johnson, quem é que responde por essa questão que o Relator levantou, a questão da, da propaganda? Quem é que vai dizer para nós quanto a Johnson & Johnson está..., dentro dos preços da Johnson & Johnson, quanto contém de propaganda? Isso é que nós queremos saber. Quem é a pessoa? Se o senhor não sabe... Mas tem uma pessoa dentro da Johnson & Johnson que tem essa informação, ou aqui ou fora do País, se for o caso, mas deve ter, dentro da **holding**, desse grande grupo econômico, quem é que ordena e quem é que define a política de propaganda para que nós saibamos e convoquemos à CPI, para que tenhamos, dentro da..., da..., dessa estrutura de preços que assustou o Ministro Malan, quando esteve aqui: ah, 40% dos medicamentos...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - é propaganda, nós temos que saber quem é. Então, eu queria fazer essa pergunta e deixar aqui pra CPI que nós temos que buscar esse caminho. Nós temos que deixar o secundário e pegar no principal, que é... Essa reunião teve esse conteúdo, que nós temos que desdobrar em cima das distribuidoras, principalmente a Panarello, onde nós vamos ouvir o Sr. Nilson. Não foi à toa que o Sr. Nilson foi pra Panarello.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.... Com a palavra o depoente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu darei a palavra imediatamente após...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É só uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero... Eu quero terminar o depoimento..., a inquirição do Deputado, depois darei a palavra a V.Exa. Com a palavra o Dr. Ney Pauletto, depoente.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Bom, acho que primeiro..., primeiro eu precisava esclarecer com relação à Basf Generix, que o Deputado Sérgio Novais comentou. Que naquele momento a preocupação que tínhamos, todos, era com relação a laboratórios que não eram genéricos e estavam se comportando como tal. A Basf Generix, como o senhor falou, realmente ela possui genéricos no mercado. Talvez eu não tenha me colocado..., o senhor me desculpe, talvez o nervosismo tenha me dominado um pouco. A Basf Generix realmente é um genérico, reconhecidamente um genérico. Ela é um genérico, inclusive, que distribui medicamentos no exterior, medicamentos genéricos, assim como outras empresas também têm linha de produtos genéricos. O fato que eu estava citando é justamente empresas que estavam se comportando como tal e indevidamente se comportando como genéricos, quando não eram. E... E a diferença básica que eu acredito é que existem diferenças de bioequivalência, diferenças de qualidade de medicamentos, que..., que devem ser preservados. Eu acho... É por isso que eu acho essa Lei dos Genéricos importante, do produto genérico que for aprovado pela seção da..., Agência Nacional de Vigilância Sanitária ter a sua bioequivalência

comprovada, que vai justificar, realmente, a eficácia terapêutica do medicamento. Quer dizer, o que tem lá dentro realmente é ou está de acordo com as normas de absorção e de terapêutica comprovada. Então, essa era meu..., minha... Agora, o senhor citou... O senhor tinha feito uma pergunta pra mim com relação ao custo do..., da propaganda médica dentro do custo do medicamento. Eu não tenho essa informação, mas certamente o meu laboratório tem, deve estar disponível. Isso é... O pessoal de custo e finanças podem estar passando isso aos senhores. Não há... Não há nenhuma... Não é um dado escondido.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Quem é o diretor, Sr. Ney? Quem é o diretor que trata desse assunto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu peço a V.Exa... V.Exa. gastou oito minutos, agora o depoente tem a palavra, senão não...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Então, eu posso usar... Não são doze, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas V.Exa. gastou, sem interrogar, seus seis minutos...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu não posso fazer uso como eu bem entender..., se eu falar os doze minutos, Presidente, e não deixar o depoente falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, Deputado. Veja..., veja..., veja o seguinte, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós temos... Eu quero prestar um esclarecimento a V.Exa. e aos Parlamentares. O Deputado tem direito a seis minutos, mas se ele usar corridamente... São seis minutos... Réplica e... Questionamento e réplica. Agora, os outros seis são do depoente. Isto é regimental. Quando o Deputado quer fazer um discurso, como V.Exa. fez, ele gasta o tempo, entendeu, nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não foi discurso o que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Discurso é uma palavra que significa a expressão...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu relatei fatos, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. relata, mas é um discurso. É um discurso. Não é um discurso no sentido depreciativo. É o tempo, é o tempo usado falando, não é?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É bom..., é bom deixar claro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É regimental, isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Porque esse argumento que V.Exa. utilizou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou ter tolerância...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - ... foi o mesmo argumento que o Ministro Malan utilizou aqui, de que eu estou fazendo discurso. Não estou fazendo discurso. Eu estou relatando fatos. Fatos são fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas V.Exa. está relatando..., no seu tempo, pode fazer o que desejar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agora, se nós usarmos isso, eu vou ter que dar mais seis minutos porque são três minutos pra perguntar, três pra responder, mais três pra réplica e tréplica, entendeu, são doze minutos. Eu... Quando o Deputado pergunta e responde, eu conto os doze, agora quando o Deputado fala corrido, são seis minutos regimentais. Mas eu vou permitir que V.Exa. formule mais uma pergunta ao nobre Deputado,...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Tudo bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... pra não representar que eu tenha nada contra V.Exa., enquanto Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu também. Eu estou querendo exercer meu..., meu direito, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bom.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - ... de inquirir uma pessoa importante, dentro do processo. Então, eu estou... Eu não estou aqui querendo nem mídia, nem... Estou querendo exercer meu papel ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ninguém falou nisso, Deputado. Eu falei em Regimento Interno, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - ... e estou querendo exercê-lo com a maior profundidade possível. Mas não podemos deixar de ser..., ser superficiais, porque é a quinta CPI. Eu não queria ter a sexta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ninguém...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu não quero... Essa é a minha posição. Eu não quero ser componente da sexta CPI sobre medicamentos. Mas vamos rapidamente, Presidente, sem nenhum problema, vamos... Eu queria saber só quem é..., qual é...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Deputado Sérgio, se V.Exa. me permite... É que eu acabo de receber uma informação da Liderança que nós estamos sendo chamados a dar a presença em plenário porque parece que a decisão é de fechar o painel...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço a V.Exa. que use a tribuna depois...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... e que a Mesa confirme.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu asseguro a palavra ao Deputado Sérgio Novais. Asseguro a palavra ao Deputado Sérgio Novais, e o tempo está correndo. Peço que não interrompam o Deputado. Peço que não interrompam o Deputado. V.Exa. esgotou a pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, tem a palavra para fazê-lo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - ... só saber do..., do Sr. Ney..., Ney...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ney Pauletto Júnior.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Ney Pauletto Júnior qual é o setor, qual é o diretor, a direção..., o diretor da Janssen-Cilag que trata dessa..., dos custos, onde estão as verbas para a questão da propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Sr. Ney Pauletto.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Em toda empresa, eu acredito que toda área de levantamento, tudo o que é despesa é alocado nos..., nos..., nos painéis de finanças. Então, a diretoria de finanças é que seria responsável por fornecer essas informações que o senhor deseja. Eu não tenho infor..., eu não tenho esse..., essa abertura. Deputado, se o senhor me permite fazer uma colocação a respeito da

Basf Generix, que eu me lembrei aqui. Essa nova lei, ela tem aditivos na Lei 793, se eu não me engano ela revoga a Lei 793, que existe informações...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O Decreto..., o Decreto 3.181, ele revoga o Decreto 793, em alguns aspectos.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - E que existem algumas considerações na 391 que os produtos da Basf Generix não contém, como, por exemplo, o que tem que estar escrito, a bioequivalência. São uma série de coisas técnicas aí, que eu não sei declarar, mas eu sei que não são idênticos. Mas a minha posição acho que foi clara com relação...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu acho que satisfaz, Presidente... Só pra concluir. Me satisfaz quando é um reconhecimento, porque senão fica aqui: não tem genérico no Brasil! Que história é essa, dito por um laboratório que não faz genérico? Então, tem genérico. Basf é uma multinacional e faz genérico e alguns nacionais também fazem genéricos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agradeço a intervenção de V.Exa. Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu venho até responder à determinação de V.Exa. Fui consultar a Mesa a respeito da simultaneidade de sessão, mesmo de CPI, com Ordem do Dia, no plenário, e a informação é que não pode haver concomitância, mas está prejudicada a decisão da Mesa, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Já terminou a sessão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ... quando eu estava lá, terminou a Ordem do Dia. E, em relação ao registro dos Parlamentares, o Parlamentar que não fizer o seu registro em plenário, enquanto estiver aberta a sessão, ele será prejudicado administrativamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A informação que eu tenho é que se pode fazer durante todo o dia. A sessão já terminou, então ... Terminando a sessão da tarde, os Deputados poderão fazê-lo — esta presença —, senão a Presidência tomará..., tentará, junto ao Presidente da Câmara, para assegurar...

(Não identificado) - *(Intervenção ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Faremos. Com a palavra o Deputado Alceu Colares. Vou conceder, por cedência de tempo, a palavra

ao Deputado Robson Tuma, por permuta com V.Exa. Tem a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Dr. Ney, vou tentar ser direto, obter respostas diretas, até por causa do tempo. O Sr. Nilson foi à reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Se ele estava na reunião, porque o nome: o para relatar a reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu acredito, porque, como eu estava começando na..., na área de vendas, era importante eu não só... Aliás, eu fui lá pra conhecer as pessoas, conhecer os...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Desculpe, não foi a pergunta que eu fiz pro senhor. A pergunta que eu fiz pro senhor é a seguinte: se o Sr. Nilson estava na reunião, por que o senhor teria que fazer um relato a ele da reunião...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pra ganhar intimidade... Desculpe-me, pode completar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... se era algo informal?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Robson Tuma, pra..., justamente pra começar a pegar bagagem, tenho certeza absoluta, pra pegar bagagem do segmento em que eu estaria adentrando.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas o senhor não acha que o fato de o senhor estar presente à reunião já seria suficiente? Por que a ata da reunião? Por que o senhor teria que fazer um resumo daquilo que foi conversado, pro Sr. Nilson, a pedido do Sr. Nilson, se o Sr. Nilson estava presente à reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não... Não sei dizer pro senhor o porquê. Sinceramente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Foi apenas uma reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Talvez eu faça perguntas que outros Deputados fizeram, porém eu peço ao senhor que responda outra vez para que eu continue com meu raciocínio.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor estava presente só a uma reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Se era uma reunião informal, porque que haveria necessidade de se fazer uma ata da reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Também não sei dizer. Foi uma... Tinha muita gente e foi solicitado pra mim tomar nota das coisas e..., e eu fiz, assim, sem intenção nenhuma. Pelo contrário, foi-me pedido, e eu achei que por conta de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor acha normal uma reunião informal ter ata?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Se eu acho normal? (Pausa.) Acho, acho normal.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Acha normal uma reunião informal...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Acho, acho normal porque justamente o objetivo da..., da reunião era fazer um exercício sobre diversos assuntos que tavam em pauta, dentro do mercado, e acho..., acho que foi uma boa idéia tomar nota pras pessoas saberem qual foi o exercício que foi feito.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor disse que essa reunião era costumeira, que quando o senhor foi à reunião, o senhor soube que esta era uma reunião costumeira, que os diretores se reuniam sempre. Não era costumeira a sua presença, porém a reunião era costumeira, e o senhor disse que nunca soube de outra reunião tivesse acontecido. Como é que o senhor pode me explicar essa contradição?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, perfeitamente. O que eu disse no início do..., pro Relator, Deputado Ney Lopes, foi que... existem sempre e é uma constante, não só no segmento de vendas da indústria farmacêutica, como em outros segmentos, essas pessoas se encontrarem e é..., eu sei que existem, existiam reuniões também informais em restaurantes, em bares, dentro de congressos médicos, as pessoas se encontrar pra saber como é que estava o mercado. E o que eu disse foi..., que eu sei..., o que eu respondi pro Deputado Chinaglia foi que realmente teve só uma reunião, que foi numa sala, não foi num restaurante, num bar, alguma coisa. Foi isso... Isso que eu tenho notícia.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu vou fazer outra pergunta pro senhor. O Deputado Luiz apresentou pro senhor um documento com alguns manuscritos..., manuscritos. O senhor, no começo do seu depoimento, disse que quando o senhor mandou o relatório para o Sr. Nilson, ele fez alguns manuscritos

no documento que o senhor teria enviado, fazendo algumas modificações. Então, por que que o senhor, quando ele mostrou os manuscritos, o senhor não o disse: "Não é meu, porém, é do Sr. Nilson, como eu já me referi anteriormente?".

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Perfeitamente, Deputado Robson Tuma. O que ocorreu foi o seguinte. Eu fui... Eu fui convidado a fazer esse documento, a tomar essas notas, mas eu não era responsável, naquele momento, pela área de vendas na empresa. Então, quando eu cheguei na companhia, de volta dessa reunião, eu tirei no papel, o **print** do computador, com essa ata que vocês estão vendo aqui, e mandei por..., também pelo correio eletrônico, para o Nilson Ribeiro da Silva, que é o responsável, que era naquele momento, o responsável pelo departamento de vendas da empresa. É... O Nilson fez ano... Não foram essas anotações, seguramente, porque essa aqui nós recebemos posteriormente, com essas alterações. Não foi..., não foi feita por ele essas anotações. Ele acertou a ata no próprio **e-mail**, no próprio computador dele, em cima desse meu arquivo aqui, porque tinha... Quando eu entreguei essa ata, eu até expliquei, disse assim: "Me desculpe, tem muita redundância, muita coisa não entendi, e coloquei do meu jeito..."

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só pediria para o senhor responder sucintamente para que eu possa fazer..., porque são inúmeras perguntas.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, quando eu perguntar pro senhor: "Foi?", o senhor me responde "sim" ou "não", e se eu tiver dúvidas, eu peço um esclarecimento maior para o senhor, para que eu não me sinta lesado no meu tempo. O senhor coloca... No seu depoimento à Polícia Federal, existem várias coisas que são citadas, e eu também tenho aqui uma cópia da íntegra de todo o relatório que está sendo feito pelo Ministério Público. O senhor coloca que passou para o Sr. Nilson, por Internet, de computadores, e que depois ele fez algumas anotações. Só que, no começo, o senhor diz que foi anotações escritas no documento e não alterações no documento, como o senhor disse agora. Mas, tudo bem. (Pausa.) O senhor disse que sempre que existia na reunião alguma posição semelhante, o senhor utilizou o termo grupo no seu..., na sua ata. É correta essa afirmação?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não sei te dizer. Eu não fiz uma análise muito apurada da..., dessa ata. Se o senhor tá falando...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu estou falando que o senhor disse no Departamento de Polícia Federal, em São Paulo.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - O grupo de..., de gerentes de vendas?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não lembra mais, quando o senhor fez a ata, que quando o senhor coloca grupo o senhor se referia a quando uma proposta era aceita por mais do que um dos presentes da reunião, então, o senhor me desculpa, mas eu tenho dúvidas da elaboração única dessa ata.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Perfeito, Deputado Robson Tuma. Se o senhor me permite, é..., quando eu usei a palavra grupo, era o grupo de gerentes de venda da empresa, que tavam presentes na reunião. Esse foi o termo que eu usei para caracterizar as pessoas que estavam presentes...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - (Pausa.) Não, parece que o senhor... *(Ininteligível)* "Não era intenção do grupo, da indústria ou dos laboratórios farmacêuticos interferirem na rede de distribuição de medicamentos." Logo abaixo pôs assim: "Com relação ao tema medicamentos genéricos, o objetivo era debater os aspectos técnicos da nova lei". O senhor... Em um momento, o senhor colocou que era..., que a... (Pausa.)..., que a ABAFARMA só estava fazendo uma publicidade contra os genéricos porque era proibido a venda de genéricos. Eu pergunto pro senhor o seguinte: aonde está a lei que proibia os genéricos, se a Lei de Genéricos é de 1976? Ela não foi criada em 1999, ela foi alterada em 1999. Então, podia sim, existir genéricos sendo vendidos. Então, não justifica a afirmativa do senhor como justificativa pra propaganda da ABAFARMA, correto?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, eu acho que...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu estou enganado? A lei não existia?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não..., pelo meu... Não, o senhor está correto quando diz que a lei existia. Pelo meu entendimento, essa nova lei de genéricos... Nós estávamos... Essa nova..., essa nova lei de genéricos, ela introduzia novos aspectos técnicos que não estavam nas anteriores, e toda citação que foi feita com relação a genéricos, ou seja, não existiam genéricos... O que eu estou querendo dizer é: não existiam genéricos de acordo com essa nova publicação, com essa nova lei de genéricos, que é a Resolução 391. Essa é a minha posição.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Na sua ata, coloca-se assim: "O desenvolvimento de um programa de qualidade contra genéricos para mídia,

visando atingir os consumidores". Distribuidor... Outra parte da sua ata: "Distribuidor que trabalha com a linha de laboratórios éticos não deve trabalhar com genéricos da..., de Teuto e Neoquímica". E o senhor disse que, em momento nenhum, se existia a intenção de se fazer algo contra os genéricos. E como o senhor explica essas colocações na ata redigida pelo senhor?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu já expliquei isso antes, Deputado Robson Tuma, mas eu... A evidência é: todas as colocações que foram feitas com a palavra genéricos, nesta ata, ela se refere a medicamentos que tavam se comportando como genéricos e não eram devidamente genéricos, de acordo com a publicação da nova lei de junho de 1999, como o senhor citou. Não existe, portanto, nenhuma relação...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor se considera um bom profissional?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu me considero, sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor é um homem que não pode ser acusado de não cumprir as regras da sua empresa?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu procuro..., eu procuro ser da maior credibilidade.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, eu vou ler pro senhor o que diz o certificado de conduta profissional da empresa que o senhor trabalha. Ele diz que: você assina anualmente, isso o seu diretor lhe (?) colocou, não permite participar de qualquer tipo de situação, como essas, sem comunicação prévia. Então, o senhor, como um bom profissional que é e homem que se auto-intitula um homem que não pode ser classificado como um descumpridor das regras da sua empresa, não pode nos afirmar que a sua empresa não sabia da sua presença em tal reunião. Aliás, eu vou mais longe. Eu acredito que era uma reunião normal, sim, de diretores de vendas comerciais. Porém, como se tratava de um assunto específico contra genéricos, se chamaram também os diretores, ou como algumas empresas querem, gerentes da área de publicidade e divulgação farmacêutica, para que eles pudessem, sim, mostrar tecnicamente como se fazer algo contra os genéricos. Só para concluir, Sr. Presidente, eu queria que o senhor me esclarecesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. já ocupou dez minutos, tem ainda dois minutos, que são seus.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu queria que o senhor esclarecesse para mim se o Schering Plough S/A, laboratório, estava presente à reunião.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, estava.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sanofi Farmácia Participações Limitadas?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Laboratório Roche?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Roche, sim, estava.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Centeon Farmacêutica Limitada?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Whitehall Limitada?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Robson Tuma, essa eu não sei, nem conheço esse nome.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Hoting Marion(?).

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ah, Hecsting(?) Marion, HMR.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Exato.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Estava sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu, inclusive, quando coloco a ponderação contradizendo o que o senhor disse sobre a proibição de venda de genéricos, eu uso inclusive documentos usados pelos próprios advogados da empresa, comunicando ao Ministério Público da lei, que é a Lei 6.360, de 23/09/1976. O laboratório Biosintética Limitada estava presente na reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, Biosintética, estava sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A Bayer estava presente?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Estava.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A BYR, Química Farmacêutica Limitada?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - BYK, né? BYK?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A ABAFARMA estava na reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - ABAFARMA? Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Representante da ABAFARMA?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu tenho uma carta que a ABAFARMA, Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico, diz em uma das suas partes: "Reconhecemos que nosso gerente nacional de vendas à época, Sr. Paulo Cobo ...Esse era da Farmagos (?)?"

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, o Paulo Cobo é da Centeon, ele era gerente de vendas da Centeon.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E também estava presente?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ele estava. O senhor já perguntou dele. Centeon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, o tempo de V.Exa. está esgotado. Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu quero achar aqui, Sr. Presidente, uma carta da ABAFARMA, onde, pelo que nós entendemos, estava presente à reunião citada um de seus representantes. Uma pergunta que eu faço para o senhor, até mais fácil: o senhor disse que era novo, que não conhecia aqueles que estavam presentes à reunião. Como é que o senhor pode me confirmar que essas empresas tinham os seus representantes lá?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Está escrito na ata da reunião as pessoas que estavam presentes na reunião. Foi passada uma folha para os presentes...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Se o senhor...Eu tenho isso aí que o senhor está dizendo.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Se o senhor fez a ata, se o senhor colocou os que estavam presentes, como é que o senhor podia afirmar que não conhecia aqueles que estavam presentes, que não sabia quem eram os presentes na reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, eu só fiquei sabendo pela lista, eu conhecia só três pessoas. O resto, eu não tinha nenhum envolvimento...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor sabia da presença deles, o senhor fez a ata.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ah, sim, eu recebi uma lista, Deputado Robson Tuma, com o nome das pessoas. Olha: Fulano de Tal, do laboratório tal; Cicrano, laboratório tal. Aí, quando eu peguei a lista, eu coloquei exatamente como tá aqui. Não...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu não quero me aprofundar, até mesmo porque meu tempo, como V.Exa. colocou, está esgotado, mas fica claro para este Deputado que houve, sim, uma reunião de manipulação do mercado no sentido de ser contra os genéricos, por isso foram chamados diretores da área de divulgação farmacêutica, junto com diretores comerciais e mais a presença de membros da Associação Brasileira de Farmácias, de produtos farmacêuticos, enfim, as associações co-responsáveis para que se produzissem algum documento e se tentasse ali começar um grande **lobby** no sentido de ir contra os genéricos, como, inclusive, acredito que será a manifestação das autoridades policiais e do próprio Ministério Público no decorrer dos seus processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., Deputado. Com a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Luiz Pauletto.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ney.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ney Pauletto, desculpe, estou pegando o mal do Presidente. (Risos.) Eu gostaria de não me repetir em algumas perguntas, mas me vejo na obrigação de reforçar algumas das que já foram feitas aqui por não ter compreendido, talvez, a resposta ou não ficado satisfeita. O senhor... Primeiro, a gente estudando o inquérito que tramita na Polícia Federal, lendo os depoimentos, a gente percebe que o que existe de comum entre aqueles todos gerentes, funcionários de empresas, que participaram da reunião é tentar desqualificar a reunião e não permitir com que ela seja reconhecida como uma reunião oficial das empresas do setor farmacêutico. Mas eu penso que tanto a Polícia Federal como nós já temos inúmeras evidências que mostram o contrário, porque se assim fosse, se fosse um mero ato de confraternização, como aqui já foi colocado, dificilmente teria sido marcada num dia útil e num horário de trabalho, num horário, portanto, de expediente, muito menos as despesas dos participantes ressarcidas pelas suas empresas, como o senhor próprio confirmou, e muito menos ainda uma das empresas, no caso a sua empresa, a Janssen-Cilag, ter colocado uma secretária para organizar a reunião, que foi a Secretária Sra. Natália que organizou toda a reunião, arrumou o local, chamou os participantes, usou o fax da empresa, enfim. Então, pra mim, eu não tenho dúvida nenhuma que essa não era

uma mera confrã... O que aconteceu em São Paulo, no dia 27 de julho, não foi uma mera confraternização entre os gerentes concorrentes das diversas empresas de medicamentos, e sim uma reunião, que, por uma questão óbvia, não pode ser caracterizada como uma reunião oficial da empresa. Eu gostaria, dentro dessa lógica aí, de refazer uma pergunta ao senhor. O senhor foi convidado por quem?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pelo gerente de vendas da Janssen-Cilag, na época, Sr. Nilson Ribeiro da Silva, que era o responsável pelo meu programa de desenvolvimento para assumir a nova posição em setembro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o que ele solicitou do senhor?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Nada, só que tomasse nota, que estivesse presente na reunião e que eu tomasse nota dos exercícios que a gente taria discutindo lá, apenas isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o senhor falou aí que ele teria solicitado que o senhor levasse o seu **notebook**.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ah, sim, para fazer no computador.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Para fazer no computador. Nós temos aqui, Sr. Pauletto, a declaração do Sr. Nilson perante a Polícia Federal, o Delegado de Polícia Federal, e ele diz exatamente o contrário do que o senhor está dizendo. Ele diz aqui que o senhor teria levado o **notebook** por conta própria, teria levado o **notebook** por conta própria, e feito as anotações por uma decisão pessoal. Isso não sou eu que estou inventando, ele escreveu no depoimento que ele deu perante a Polícia Federal. Então, eu pergunto ao senhor: quem está faltando com a verdade, é o senhor ou é o Sr. Nilson?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputada Vanessa, na abertura da reunião, o Nilson me apresentou — Está aqui o meu colega, Ney Pauletto, "tararam", "tararam"... — para os colegas, para quem não conhece e disse que eu iria tomar nota dos assuntos..., dos exercícios inerentes na reunião e que depois a gente..., ele enviaria para todos os presentes, e eu fui procurado, inclusive, por vários deles no final da reunião, falando: "Olha, não esquece de mandar isso aí" Sabe? Colocações disso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu ouvi o seu pronunciamento, mas é que eu estou querendo lhe mostrar essa grande contradição. O senhor falou e acaba de reafirmar. Agora, escuta o que que o Sr.

Nilson falou perante a Polícia Federal: que Ney Pauletto levou o seu **notebook** e, por decisão pessoal, anotou as explicações de acordo com o entendimento dele. Ou seja, ele fala completamente diferente da forma como o senhor nos acaba de afirmar. Então, eu pergunto ao senhor: quem mentiu novamente, quem mentiu à Polícia Federal?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputada Vanessa, eu realmente falei a verdade do... do... (*Ininteligível*), tanto na Polícia Federal como reforço aqui agora o que exatamente o que ocorreu.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor, indiretamente, está dizendo que se o senhor não faltou com a verdade, teria sido o Sr. Nilson a faltar com a verdade perante a Polícia Federal. Uma outra questão que eu gostaria de abordar diz respeito à propaganda dirigida aos profissionais médicos: o senhor disse que há sessenta anos o **marketing** da indústria farmacêutica é diferente dos outros segmentos da indústria, que é o **marketing** dirigido aos profissionais da área médica. E o senhor falou que são profissionais extremamente preparados, que têm um conhecimento profundo em farmacologia. E o senhor, parece que em algum comentário aí, disse ter sido vendedor já, vendedor ou representante, propagandista da sua empresa, a Janssen. O senhor é farmacêutico?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor é médico?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quantos propagandistas tem a Janssen?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - A Janssen tem por volta de 380 propagandistas em todo o Brasil.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não falou 50 mil aí pessoas na rua?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor teria... (*Ininteligível*) 50 mil pessoas na rua, que trabalham na rua?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, não. Eu citei, Deputada, que cerca de 50% das pessoas da nossa empresa...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Trabalham na rua?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Trabalham na rua, os outros 50% é fábrica e (*Ininteligível*) administrativa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Uma média de 300, então, propagandistas?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Trezentos e oitenta, mais ou menos, propagandistas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que conhecem profundamente...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Olha, acho que a senhora quer conhecer um pouco mais, eu posso dizer, esse pessoal é treinado para conhecer, eu estou falando da minha empresa, existe todo um treinamento, não há necessidade de a pessoa vir da área de biomédicas ou de biológicas, quer dizer, a pessoa pode vir da área de **marketing**, da área de advocacia e receber um treinamento adequado para poder..., porque a propaganda é um diálogo com o médico, onde são abordados não só assuntos de patologias como também de tratamento e medicação. Então, a pessoa tem que estar bem preparada para fazer esse trabalho.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não me chamou a atenção esse fato porque o senhor afirmou, durante algum momento, que eles seriam pessoas com um profundo conhecimento em farmacologia, mas parece que não são nem médicos nem farmacêuticos, tampouco farmacologistas ou, entre eles, a maioria é farmacêutica ou farmacologista, não?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Existem farmacêuticos, biólogos, biomédicos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Propagandista?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - ... administradores de empresas que são propagandistas e são bem preparados e fazem um trabalho realmente...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas a maioria é profissional da área?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu não tenho essa análise, Doutora, são várias pessoas que têm esse..., eu não tenho esse diagnóstico para te passar. Se você precisar, eu posso, com certeza, fazer.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu gostaria que o senhor pudesse nos remeter a formação profissional desses profissionais, porque quando o senhor falou de balconista, que eu concordo perfeitamente, o que fica no balcão

geralmente não é o farmacêutico, é o leigo. E o senhor que afirmou isso, o leigo, que não entende absolutamente nada. Aliás, é o que eu penso da maioria dos propagandistas, que o que eles sabem são treinados para aquilo, para dizer esse medicamento é bom para isso, isso, aquilo e aquilo outro. A respeito ainda do **marketing**, nós sabemos que é prática da empresa que esses propagandistas distribuam fartamente amostras grátis para esses profissionais médicos. A sua empresa tem essa política?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Nós temos política de distribuição de amostra grátis, mas existem critérios de distribuição, existem critérios, não é fartamente, não é dessa maneira abordada pela Deputada Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor saberia dizer qual a participação nos custos da empresa a distribuição dessas amostras grátis?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Infelizmente, eu não tenho acesso a essa informação, Deputada Vanessa, eu não tenho acesso, não sei como é que é distribuído, o custo de amostra grátis por produto. Não faz parte da minha área esse..., eu não tenho conhecimento desses números.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Seria quem na empresa, que setor que poderia nos passar esses dados?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - A área de custos e a área financeira. Eu acredito que sejam as áreas que tenham informação para passar para vocês, de qualquer laboratório, é quem faz a análise de custo, a planilha de custo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois não. Nós temos aqui, Sr. Pauletto, as atas, as duas atas, a ata que foi escrita inicialmente pelo senhor, que, segundo o Sr. Nilson, foi uma decisão pessoal sua, e o senhor afirma que foi uma solicitação feita por ele próprio, e a ata depois da correção, feita pelo Sr. Nilson. Num determinado..., acho que é na última página, é, última página, o senhor afirma o seguinte, escreveu: "Cada gerente estará também motivando as presidências para se unirem num desenvolvimento de um programa de qualidade contra os genéricos para a mídia, visando atingir os consumidores". O Sr. Nilson ele muda essa parte da ata, ele retira contra..., campanha de qualidade contra os genéricos, ele só coloca: um programa de qualidade a favor dos produtos éticos. O senhor acha que genérico não é um produto ético?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não..., não, a colocação não foi essa, até expliquei esse assunto, Deputada Vanessa, pelo seguinte: toda colocação de

genérico dessa ata que eu escrevi é contra esses laboratórios que estavam se comportando como genéricos e que não eram, esses inclusive citados aí.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E que nós acabamos de ver que eram, eram genéricos, a lei...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, não eram genéricos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ou similares, a lei genéricos existe no mercado, apenas a lei foi mudada.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eram produtos similares, não eram produtos genéricos. Que toda colocação que foi aqui é que existiam alguns laboratórios com uma prática, no meu modo de entender, ilegal, de fazer ou de se comportarem como genéricos para promover uma troca de receita e a prática da "empurroterapia" no ponto de venda. Tudo que é citado como genérico aqui é direcionado a esse público, a esses laboratórios que estavam praticando esse tipo de ação. Com relação à colocação aqui, eu acho que, foi o que eu disse no começo, eu não fiz essa ata, eu não tinha..., eu não era do **métier** e realmente eu coloquei o contra esses genéricos que eu estou citando, não é contra os genéricos da lei e, na realidade, não era essa a intenção mesmo. *(Ininteligível)* falava: "Escuta, nós temos é que ressaltar a importância da qualidade dos produtos que são pesquisados, que desenvolvem-se estudos clínicos e que têm efetivamente comprovada a eficácia". Essa foi a..., eu acredito que seja a alteração que o Nilson fez. Eu não recebi essa ata de volta para recheagem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não leu as alterações que o Sr. Nilson fez na ata que o senhor escreveu?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Li, sim, depois que ele já tinha feito..., é repassado para todos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas, certamente, se o senhor escreve de forma muito clara é... desenvolver um programa de qualidade contra os genéricos é porque o senhor ouviu essa citação durante a reunião.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputada Vanessa, mais uma vez eu vou ressaltar: todas as colocações que foram feitas contra genéricos, é importante que se saiba, não tinha nenhuma colocação, em nenhum momento foi colocado contra os genéricos da Resolução 391, da lei nova. Eram laboratórios, que eu citei dois aí, mas tinham vários, e a reunião estava muito..., todo mundo falando ao mesmo tempo, eu peguei nota do que eu consegui fazer, do que eu consegui pegar, de

captar das coisas, e nessas colocações eram..., a gente precisava dar um jeito de esclarecer, no fundo era isso, ou motivar alguém para fazer: escuta, nós vamos deixar isso acontecendo? Está correto isso? Essas eram as questões que estavam sendo levantadas pelo grupo, e de maneira enfática. Então, eu não consegui captar com toda a riqueza que eu deveria.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Essa questão relativa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. está ocupando por onze minutos, peço que encaminhe para a conclusão. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Estou caminhando para as conclusões. Estou concluindo. Eu não vou discutir genéricos aqui porque eu acho que para todos nós fica claro, há uma campanha não são contra os genéricos ou todas as indústrias que fabricam os genéricos, porque aqui, como já foi dito, a Basf sequer é citada, certamente por ser a Basf associada à ABIFARMA, e a Teuto e o Laboratório Neoquímica não ter qualquer ligação com essa associação representativa da indústria. Mas eu gostaria de fazer uma última pergunta no que diz respeito aos planos de saúde, à UNIMED. Aqui, na ata que o senhor redigiu, diz que não devemos alavancar desconto para as UNIMEDs, se possível diminuir. Sua empresa, a empresa que o senhor trabalha, ela distribui medicamentos..., vende medicamentos para as distribuidoras e para os planos de saúde, diretamente, para alguns?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - A minha empresa ela vende...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Hospitais?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - ...Sim, vende medicamentos para farmácias, hospitais, farmácias de plano de saúde, né?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Farmácias de plano de saúde?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Algumas de maneira direta, algumas via o distribuidor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor escreve aqui: se possível diminuir os descontos. Então, os descontos são praticados para a UNIMED?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, os descontos são praticados para qualquer tipo de cliente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Qual o desconto que a sua empresa oferece à UNIMED?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não sei dizer para a senhora hoje.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas hoje o senhor não é o gerente de vendas?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sou responsável pela área de vendas, mas não sou o...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E como gerente da área de vendas o senhor não sabe dizer qual o desconto que pratica a empresa para a UNIMED?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Para esse canal?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não sabe?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, eu posso pensar e se a senhora me der um tempinho para pensar, porque são vários canais de distribuição. Eu tenho distribuidores, distribuidores mistos, tenho farmácias, tenho redes de farmácias, tenho uma série de..., de..., agora a senhora me pegou de..., mas se eu pensar eu posso responder.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque para nós, Sr. Presidente, a informação é fundamental, acho que eu solicito que o senhor nos envie por escrito, inclusive é para todos, plano de saúde, UNIMED, qual o desconto que a empresa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. requer que ele informe as diversas linhas de desconto para esses diversos segmentos que ele acaba de dizer por escrito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Requerimento deferido. Peço ao senhor depoente que nos informe.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Concluída a minha participação, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se não pode fazê-lo agora, faço-o por escrito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Por escrito. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se compromete a enviar, não é?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Obrigado, Deputada, obrigado, depoente. Com a palavra o nobre Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, eu não tenho dúvida alguma que essa reunião ocorrida em julho de 1999 foi uma reunião concatenada pelos laboratórios que fazem parte da ABIFARMA. Se não me engano, talvez o único laboratório nacional que faz parte dessa ABIFARMA me parece que é o Aché. E nos levantamentos da Polícia Federal também não há dúvida nenhuma que exista uma prática de "carterização", e eu vou pegar aqui no campo da distribuição. Nas duas atas, tanto a do Sr. Nilson, como a do Sr. Ney Pauletto, diz que: "Nilson iniciou comentando que o grande número de distribuidoras na área de atuação gera custo alto para a indústria". Será que se existir duas ou três distribuidoras não é mais fácil de cartelizar do que existir muitas distribuidoras? Será que o fato de existir muitas distribuidoras, isso aumenta o custo para a indústria farmacêutica ou diminui? É uma questão de mercado. Se existir muitas distribuidoras, fatalmente, a indústria farmacêutica não vai estar na mão somente de uma. Então, não entendi esse alto custo que é colocado aqui. Outra coisa. Segundo depoimento na Polícia Federal, o Sr. Ianni, da Glaxo, diz que reduzir o número de distribuidores, selecionar por área geográfica de atuação, onde tem grande penetração e aceitação, e controlar as ações predatórias da distribuição, com monitoramento de prazos e descontos, particularmente a linha de receituário. Eu gostaria que o depoente pudesse nos informar o que que é ação predatória das distribuidoras e por que reduzir o número de distribuidoras selecionando por áreas geográficas de atuação. A outra questão, no mesmo depoimento, e aparece nas duas atas: "Outro fator é a necessidade do controle rigoroso nas práticas comerciais de distribuição... *(Ininteligível)* distribuidores. E a quantidade dos distribuidores, o grupo observou que seriam os distribuidores que devem continuar no futuro da distribuição do Brasil". E o grupo determinou e classificou: Grupo 1, futuro certo; Grupo 2, futuro; Grupo 3, aqueles que devem assumir o varejo. Acho que por esse questionamento, eu gostaria que o senhor pudesse nos informar o que que é futuro certo, o que que é o futuro 1, o 2 e o 3 e por que que os senhores chegaram à conclusão que no futuro 1 existe a Santa Cruz, a ITA, Profarma, Roberto e Marcos, Paulo Guimarães, Takeda; no

futuro 2, Panarello, Audifar, Sagra, Farmed; e no futuro 3, aqueles que podem chegar, devem assumir o varejo, a DIMED, Jamyr Vasconelos, Droguistas, Rey Drogas Brasil, Imifarma, Cosfarma, Drogacenter, Compofarma, Santa Lúcia. E também gostaria que o senhor nos respondesse como é que chegaram à conclusão que tem alguns que podem ser absorvidos, como o Sr. Genésio, Equipe, Leone, H. Brito, Drogajato, Nazária, e quem deve fechar? A Gramense, Abifarma, Ferreira, Unidrogas e Lunar. Isso pra mim é uma ação clara, clara, de cartelização para tomar conta de toda a distribuição. E, para finalizar, com relação à propaganda e ao comércio dos genéricos, tanto a Teuto, Neoquímica, como a ASBAF, vinham praticando essa propaganda, vendendo remédios genéricos, baseados na lei anterior. A lei atual não está impedindo que a Teuto, a Neoquímica e a Basf parem de fazer a propaganda dos seus medicamentos como genérico, embora o conceito de genérico tenha mudado. A minha pergunta é a seguinte: levando-se em consideração que a Teuto e a Neoquímica são empresas nacionais e a Basf é uma multinacional, o porquê o senhor, representando provavelmente esse grupo todo de laboratórios que participaram dessa reunião, defende a Basf em detrimento da Teuto, Neoquímica, já que todas as três já estão com o direito de fazer a sua propaganda como genérico, baseado na lei anterior? Então, são essas as questões que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o depoente para responder. Agradeço ao Deputado que ocupou exatamente 5 minutos e 50.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado, eu acho que vou começar novamente pelo assunto dos genéricos. E, conforme eu já havia dito, o grande..., ninguém tava, ninguém comentou da Basf Generix, uma vez que o fato relatado aqui, o assunto era laboratórios que tavam se comportando como genéricos na nova lei, ou seja, oferecendo condições de genéricos, se comportando como genéricos e, na realidade, não eram também pela nova lei. Esse foi o que foi, o que foi discutido na reunião. Ninguém colocou a Basf Generix, porque a Basf Generix já está no mercado há muitos anos e mesmo a Basf Generix não tá em acordo, na minha opinião, pelo que eu entendo, com a lei, com a lei atual. Acho que uma..., mas não tava fazendo nenhum ato indevido a nível de ponto de venda ou de médicos que desabonasse, senão taria sendo colocado ali, com certeza. Isso foi o que eu entendi de várias colocações que houveram. Com relação à distribuição,

realmente aí é uma área que eu estou começando a aprender. Naquela época que eu comecei, eu comecei a trabalhar com vendas na empresa a partir de 1º de setembro, eu estou iniciando nesse segmento, e o que eu percebi desse exercício, que foi realmente uma..., que nem diz lá no interior, um "toró de parpíte", cada um falava o que achava, o que devia e o que não devia, era justamente em função de uma movimentação que tava havendo no mercado de compra e venda de distribuidor, é... distribuidor atuando em áreas geográficas mais extensas, mais curtas, uma..., uma tendência de alguns distribuidores se nacionalizarem ou se regionalizarem fortemente, se juntarem e se fundirem. Foi isso que eu consegui entender daquele exercício até complicado de análise de mercado. Então, eu não tenho muito a esclarecer sobre esse aspecto. O que eu consegui tirar de entendimento aí foi justamente que eles estavam fazendo um exercício para ver aonde é que eu vou, com quem que eu vou ficar se acontecer algumas modificações importantes? E quando o senhor citou o colega da Glaxo, o que ele tava tentando colocar aqui, de acordo com o meu entendimento, acho que ele poderia até explicar com mais riqueza de detalhe, mas é que se você regionalizar, se você tiver pouca gente trabalhando para você fica mais fácil você controlar, fica mais fácil você medir e fica mais fácil você ter uma qualidade de serviço mais bem prestada. Esse foi o objetivo da colocação dele, de acordo com meu entendimento. Não sei se cobri todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Não, não fiquei satisfeito com a resposta, pura e simplesmente, eu aumentei mais a convicção que a cartelização em cima das distribuidoras existem simplesmente pelo fato de ter poucas distribuidoras e ser mais fácil de controlar como o senhor próprio disse. Isso eu não tenho dúvida nenhuma. E com relação aos genéricos, a Teuto e a Neoquímica produzem esses remédios, comercializam isso com nome de genérico há muito tempo e se eles aproveitaram ou não a oportunidade da nova lei, de dizer que nós temos genéricos, realmente eles tinham genéricos, eles estavam comerciando, comercializando com o nome de genérico. Só que agora a nova lei impõe alguns testes para liberar os genéricos. Mas eles já estavam comercializando, assim como a Basf já estava comercializando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu discordo das colocações finais aí da Excelência, porque as colocações que estão em ata, que foram discutidas no grupo,

apenas por isso, estavam falando de... os genéricos estavam praticando ações indevidas porque estavam se comportando como se tivessem na nova lei e não estavam. Só esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o nobre Deputado Iris Simões.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E eu quero louvar aqui, Sr. Presidente, a maneira com que o senhor está conduzindo os trabalhos. Esta Comissão não pode, de maneira alguma, virar um holofote, um balão que fura e cai de repente. Nós temos que trabalhar com seriedade e os membros desta Comissão tem demonstrado isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É verdade.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Isso é importante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agradeço a V.Exa. Muito obrigado. Prossiga.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Ney Pauletto Júnior, o nosso depoente de hoje. Eu seria redundante também, Sr. Presidente, se fosse perguntar tudo o que anotei aqui. No decorrer, os Deputados foram perguntando o que eu havia anotado, mas ficou caracterizado realmente que a reunião tratou de uma forma genérica dos genéricos, muito genérica demais até. E eu queria perguntar ao Sr. Ney se ele acha que a campanha produzida pela ABIFARMA nos grandes veículos de comunicação era contra os genéricos. O senhor achou? A campanha foi divulgada no Ratinho, no Faustão, no Gugu, enfim, nos programas campeões de audiência.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não. Eu acho que, na minha opinião pessoal, eu vi a campanha da ABIFARMA, vi esses anúncios que o senhor cita e em nenhum momento eu vi nenhuma citação nessa campanha contra os genéricos. O que..., o que pra mim tava muito claro, eu, que sou do ramo, pra mim ficou muito evidente e muito claro que era uma campanha de esclarecimento sobre essa nova lei que... Então, eu acho que a ABIFARMA tava contribuindo com a lei. Na minha opinião...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Ela não era contra os genéricos?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, de maneira alguma.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor, assistindo em casa, se sentia confortável que ela não era contra os genéricos?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Esta reunião e esta campanha, na seqüência, é... pelo que o senhor mesmo falou que haviam produtos genéricos sendo comercializados e divulgados nos programas de televisão, com campanhas, inclusive no **Fantástico** e em outros programas que o senhor citou. Foi em cima disso que o senhor acha que essa campanha veio, a campanha da ABIFARMA, para dizer que esses produtos não eram genéricos?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Iris, eu não posso responder por isso, porque eu nem sei como é que isso nasceu...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor di...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - ... a campanha, como é que foi que aconteceu...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Porque na campanha...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu posso dizer o que eu vi.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Porque na campanha, na campanha da ABIFARMA eles generalizaram a questão dos genéricos. Não existia genéricos, enfim, o que todos nós pudemos sentir. Mas o senhor tem..., o senhor fa..., foi perguntado agora há pouco sobre o preço dos medicamentos. O senhor acha que os preços têm subido abusivamente? E no seu laboratório também?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Iris, eu não tenho números para te dizer. Eu sei que...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas o senhor..., o senhor, como cidadão, como pai de família...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Como consumidor de medicamento que sou...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor acha que tem subido abusivamente?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - O que eu acho, eu vou fazer um cruzamento do Ney Pauletto consumidor de medicamentos, vai na farmácia comprar um antibiótico, por exemplo, pro meu filho, e o Ney Pauletto que trabalha em indústria e conhece o segmento. Eu senti realmente uma diferença de preços de medicamentos que eu uso, por exemplo, para a minha mãe, para os meus familiares depois do episódio da desvalorização do real, que realmente houve um... a gente sentiu no bolso. Então, realmente, eu..., eu senti esse..., nesse momento eu senti que...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Que pesou? A indústria que o senhor trabalha importa do país sede? Os sais, enfim, os componentes básicos para a produção dos medicamentos aqui no Brasil?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É, a maioria das substâncias ativas que a Janssen comercializa, se não me falhe a memória, são importados e não sei se são do país de origem, onde..., porque a Janssen, a Janssen é na Bélgica, a Cilag é na Suíça. Eu não tenho certeza, eu não tenho essa..., essa informação pra te passar com relação à origem da importação da substância ativa.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Quando o senhor tem um problema de saúde, ou na sua família, algum membro da sua família, a empresa, depois da prescrição do médico, da receita, eles dão o medicamento para o funcionário ou não? Ou o senhor tem que comprar?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, nós temos... O Deputado está dizendo se for medicamentos da Janssen?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Isso.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Se eu vou no médico e ele me prescreve um medicamento da Janssen?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - A empresa... o laboratório que o senhor trabalha ele dá o medicamento para o senhor?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, nós temos uma..., nós temos um órgão dentro da empresa que vende a preço de fábrica pro funcionário os produtos da nossa empresa, e não são todos.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Então, talvez esteja aí o desconhecimento do preço absurdo que estão nas farmácias dos medicamentos.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, Deputado Iris. Eu posso salientar que minha..., tenho alguns familiares, algumas pessoas de idade que estão tomando alguns medicamentos na minha família, e eu tenho sentido realmente no bolso, principalmente após o episódio da desvalorização do real que...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor atribui, então, o aumento à desvalorização do real?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu respondi a pergunta que o senhor me fez com relação a se eu senti no bolso como consumidor.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas o senhor atribui..., o senhor está dizendo que depois da desvalorização é que o senhor começou a sentir no bolso.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu percebi isso, realmente.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor tomaria o genérico?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Genérico de acordo com a nova lei?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Exato.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, tomaria.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Dos que estão aí, dos que dizem genéricos, o senhor tomaria?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Nenhum deles, nenhum deles.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Por quê?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Porque é..., os tes..., quando você faz, quando você faz uma ingestão de um medicamento, eu acho que a disponibilidade, a quantidade de produto, a qualidade da substância ativa, os níveis de absorção desses produtos são fatores tão fundamentais que eu não me sinto confortável em não conhecer a procedência.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor não tem segurança?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu não tenho segurança para...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Tem genéricos hoje no País?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Iris, que eu saiba, até o momento, o Ministério da Saúde não liberou nenhum genérico de acordo com a nova lei.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Então que genéricos eram esses que os senhores estavam combatendo?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - O que existe no Brasil, a terminação usada genérico aqui, foi a que..., foi a que esses laboratórios estavam utilizando na prática. "Temos genérico".

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E quais são esses laboratórios?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu citei dois, mas são mais. Eu não tenho aqui de memória. Mas é só procurar na mídia, na imprensa, que foi amplamente divulgado esses...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Daria para o senhor citar novamente?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu citei dois. Citei o Teuto e o Neoquímica.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Que estão na sua ata?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Que estavam se expondo de maneira mais importante do que os demais. Estão na minha ata, inclusive.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Tá certo. Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agradeço a V.Exa., nobre Deputado, inclusive porque usou apenas cinco minutos, quase seis. Sou muito grato a V.Exa. pela cooperação que faz com os outros colegas. Eu tenho que... Com a palavra o nobre Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. Ney. Estou olhando aqui a ata que foi entregue para a Comissão, Sr. Ney, e tenho algumas colocações a serem feitas. Primeiro, o senhor disse que não faz propaganda, nos meios de comunicação, de medicamentos. Não é feito propaganda. São palavras ditas pelo senhor no depoimento. E aí eu pergunto: o que, então, é aquilo que nós vimos na televisão, quando nós vemos propaganda nas televisões, nos rádios, nas revistas, né, como exemplo o Doril, o Sonrisal e outros medicamentos? A primeira pergunta. O senhor disse também que a grande preocupação daqueles que estavam participando da reunião era no tocante às empresas que faziam campanha publicitária de medicamentos genéricos e que na opinião dos senhores era uma propaganda enganosa, era uma propaganda enganosa. O senhor poderia relatar, se é que o senhor se lembra, quais eram essas empresas que faziam essas propagandas enganosas?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pois não, Deputado Neuton. Eu respondendo para o senhor o assunto da TV, os medicamentos são regulamentados pela Associação Nacional de Vigilância Sanitária e medicamentos que são tarjados, existem vários tipos de tarja, que são tarjados, por exemplo, a maioria deles "Uso sob prescrição médica" e existem produtos que são livres de tarja, que são produtos chamados..., pertencem a um segmento de mercado chamado segmento OTC. Esses produtos que vão para a televisão, são produtos que não são tarjados com "venda sob prescrição médica". A que eu me referi, acho que foi muito bem levantado pelo senhor a questão, que eu citei apenas aqueles produtos que são tarjados como "venda sob prescrição médica", é aqueles que eu me referia, que são produtos que não vão para a televisão porque não querem induzir o consumo. Você precisa ter a receita médica para poder utilizar. E com relação às empresas da campanha, eu já tinha..., havia respondido para o Deputado Iris e para outros, que eu me lembro bem de dois laboratórios que tavam

fazendo de maneira expressiva, num barulho grande no mercado, que era o laboratório Teuto e o laboratório Neoquímica, citados na ata e por várias pessoas na reunião, não por todas porque... E outros nomes também sugeriram. Eu não sei..., eu não me lembro agora, nesse momento.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Na linguagem dos distribuidores, quando eles vão vender o medicamento na farmácia, eles têm o BO, né, e os similares, se não me engano, não entendo perfeitamente essa linguagem, até porque não sou proprietário de farmácia. Eu queria entender um pouquinho e saber se a empresa que o senhor representa, que o senhor trabalha, ela tem nesse segmento de distribuição também os medicamentos BOs e os não-BOs.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não. Acho que é extremamente importante essa colocação, Deputado Neuton, que existem os medicamentos chamados BOs, que são medicamentos que têm o registro no Ministério da Saúde e não são divulgados à classe médica e não se desenvolvem estudos clínicos que comprovam a sua evidência. Daí a nossa..., a minha opinião particular de que os medicamentos genéricos com comprovação de bioequivalência vão realmente fazer, vão dar uma melhora significativa na qualidade do tratamento para os pacientes que necessitam aqui no Brasil, a um preço acessível. Então, tem um valor social extremamente importante. Por outro lado, a pergunta do senhor quanto à empresa Janssen, a Janssen-Cilag é uma empresa que ela desenvolve substâncias ativas. Então, praticamente, diria que 100% dos produtos da Janssen-Cilag são desenvolvidos, ou seja, pesquisados e desenvolvidos pela própria empresa. Nossos produtos são produtos de pesquisa, não são nem genéricos nem os BOs.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Muito bem. Na..., no interrogatório que o senhor prestou à Polícia Federal, o senhor diz aqui, quer dizer, que a..., o diretor . do senhor apenas repreendeu o senhor, verbalmente, né, por..., pelo fato do senhor estar participando ou ter participado e até mesmo redigido a ata desta reunião, que a empresa desconhece. E a empresa que o senhor representa, a Janssen, ela, no dia 30 de agosto de 99, mandou uma carta, uma correspondência ao Diretor Comercial da Bristol dizendo do relato do..., do..., do que aconteceu. E, aí, diz assim ó: "Na realidade, as matérias que foram objeto do referido encontro não correspondem. Mais do que isso, configura uma afronta à política de conduta profissional e ao credo do grupo Johnsson & Johnsson, da qual a Janssen está ligada". Quer dizer, se a sua diretoria — tá dizendo, aqui, diretoria comercial —...

ela diz que o objetivo daquela reunião ela foi uma afronta claramente, real, ao credo da empresa, o senhor não acha que apenas essa comunicação verbal do seu gerente ela foi muito singela para a atuação de... do senhor junto a esses companheiros que estavam intentando e intentaram? Tanto é que a ABIFARMA provocou uma campanha nacional, indo de encontro com o que vocês haviam tratado nessa reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É, eu..., eu fui repreendido verbalmente pelo meu chefe, diretor comercial da empresa. Realmente, como relatei na..., na Polícia Federal, não foi uma repreensão assim... Doeu. Receber, um profissional de quinze anos de empresa e que não imaginou que estivesse fazendo absolutamente nada errado, sofresse uma repreensão. Quer dizer, o que se sofre com uma repreensão dessa é muito maior do que se coloca no papel. Realmente, eu senti muito...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Tá...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - ... ter esse tipo de repreensão. E... e a gente sempre teve na empresa..., é um grupo pequeno de pessoas, sempre teve na empresa uma..., uma..., um respeito muito grande pelos outros. Existe uma colaboração muito grande dos colegas em tudo o que a gente faz. Então, pra mim, foi, foi.... eu me.... eu fiquei muito mal em ter recebido essa repreensão.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Muito bem. O senhor disse há pouco, aqui, nos..., nos depoimentos aí, nos questionamentos dos nossos companheiros, de que o Sr. Nilson ele saiu da empresa porque recebeu um convite melhor, conveniente a ele. O senhor não achou que foi muito casuístico acontecer isso tudo, esse episódio, e o senhor ter levado — e o senhor é um profissional de quinze anos na empresa —, e o senhor não ter tido a perspicácia de ter feito e participado de uma reunião como essa, aonde estava mostrando claramente um perigo muito grande para a sociedade brasileira, aonde estaria caracterizando aí a cartelização, o monopólio das distribuidoras, em conluio com as indústrias farmacêuticas, visando exatamente prejudicar mais ainda o consumidor, o usuário, aquele que precisa e necessita dos medicamentos?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Neuton, é..., uma pergunta realmente complexa. E... e... fico até com dificuldade de responder. Mas eu... primeiro, que eu considero que nenhum daquelas pessoas que tá lá — eu... eu vou dizer por mim —... em momento algum eu imaginei que aquela reunião fosse ter o

escopo, a direção que tomou. Quer dizer, em momento algum, em momento algum eu vi nenhuma colocação de grupo, de consenso de grupo, não houve nenhum consenso que levasse a imaginar o que... essas ocorrências. Então, eu posso imaginar que pessoas de... que têm vinte anos, trinta anos de indústria farmacêutica não..., não..., não tavam... é, assim, tá todo mundo inocente na..., na situação. Essa foi, realmente... Porque se tinha tanta gente experiente ali, você acha que ninguém ia falar: "Olha, não vamos fazer essa reunião, não vamos..." Eu tô falando exatamente o que eu vi, o que eu percebi, o que eu senti dessa reunião. Então, não sei como responder de maneira objetiva essa... essa.... essa colocação do Deputado Neuton.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor conhece a Natalina, a Natali?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Conheço.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Conhece? Que contato o senhor tem com ela?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ela é uma..., ela é uma secretária na Johnsson com, se não der 25 anos de companhia, tem por aí, quase 25 anos de empresa, uma pessoa extremamente crível, competente. Ela é secretária do... do diretor comercial e, na época, também do Nilson, do gerente de vendas.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Quando o senhor tomou conhecimento da reunião o senhor sabia que ela que estava agendando, organizando a reunião?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, mas eu... Isso é automático, ela era a secretária do Nilson, então, pra mim, estava implícito que quem estava fazendo todo o trabalho de... operacional, de..., de..., como toda secretária, seria ela.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Mas o senhor disse, agora há pouco, que o senhor não sabia.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, eu fui..., eu fui convidado, eu fui convidado, verbalmente, pelo Nilson.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pelo Nilson?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É, eu não recebi..., eu não recebi essa convocação. Ele me convo..., me convidou pra falar: "Olha, nós vamos fazer uma reunião, nós vamos discutir tendências do mercado, discutir sobre os assuntos, o que tá borbulhando no mercado. Então, eu acharia interessante você ir pra você conhecer o pessoal". Eu acho natural que a secretária dele que tenha feito,

porque... toda a... toda a parte operacional disso, né, a mando dele, obviamente, que ela não ia tomar por... por consciência dela e fazer nenhum tipo de...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão, perdão, me desculpe. Conclua.

(Não identificado) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu... eu queria dizer a V.Exa ocupou por dez minutos, tem mais dois minutos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O.K., Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. ocupou por dez minutos, tem mais dois minutos pra encaminhar.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Eu faria apenas a última pergunta, e já me sinto por satisfeito. É... eu não entendi perfeitamente, Sr. Ney, quando o senhor foi indagado pelo Deputado que me antecederia — não o Iris, mas o doutor..., outro Deputado —, quando da colocação desse quadro que foi transcrito nesta ata por V.Sa, do futuro certo, futuro, Grupo I, Grupo II, Grupo III. Eu não entendi. O que que, na verdade, qual o objetivo do grupo reunido em apontar esses..., esse progresso desenvolvimento entre grupos? E qual a... o critério adotado para que fosse também detectado quem seria absorvido, quem não seria, e quem fecharia e quem não fecharia? Eu não entendi. Eu gostaria de..., se o senhor puder me esclarecer...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Tá. Como eu expliquei pro Deputado Márcio, eu não tinha, e também não tenho, também, muito entendimento dessa área ainda, espero ter em breve... é... sobre a... a profundidade do sistema de distribuição de grandes distribuidoras no Brasil. O que..., o que eu percebi aqui — e foi realmente muita gente falando ao mesmo tempo sobre esses clientes — é que estava havendo uma movimentação, depois de muito tempo... até então, até anos atrás, as movimentações eram mais lentas. Quer dizer, com o episódio de globalização, de as empresas terem que crescer pra não morrer, essa é uma tendência de **marketing**, coisa que a gente tá toda hora vendo na mídia, existiu essa movimentação também no segmento de distribuição. Por causa disso, existiu uma tendência de quem tivesse localmente ou numa... numa praça localizada, e ficou por ali, não cresceu, ele podia ser absorvido, podia ser comprado, podia vender. Essa foi o escopo da discussão deles lá..

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Tá. Que preocupação isso atinge diretamente a empresa produtora de medicamento...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu acho que não...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - ... uma vez que são mercados distintos?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Uma distribuição é um outro grupo, e a produtora é outro grupo. Que isso venha preocupar, objetivando exatamente a questão que você estava colocando aí, questão de custos.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É... a questão de custos é que existe relação comercial entre..., entre..., entre grandes clientes. Então, é... isso é questão de estratégia de cada empresa, de política comercial de cada empresa. Agora, com relação a essa pergunta, eu diria que é muito importante prum gerente de vendas saber o cenário dos seus clientes, saber a tendência, pra poder armar as suas estratégias e ser mais competente, competitivo, do que os demais concorrentes.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Me dou por satisfeito. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., Deputado Neuton Lima. É... Deputado Renildo Leal. (Pausa.) Ausente S.Exa. Com a palavra o Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, não sei se por..., pelo estado nervoso do depoente, mas ele já mentiu aqui, hoje de manhã, Sr. Presidente, já mentiu aqui nesta sessão. E eu queria exatamente provar essa mentira, quando ele diz que a... os laboratórios não fazem propaganda dentro dos meios de comunicação em revista. Olha, é evidente... E citou revista, revista. Qualquer revista que o senhor pegar hoje, as maiores revistas semanais, tá, lá propaganda de remédio, com nome de laboratório. Então, o senhor mentiu aqui, já. Não sei se pelo seu estado nervoso... E o senhor é um homem de **marketing**. Pela sua história que o senhor colocou aqui, o senhor é homem do **marketing**. Então, o senhor dizer que não existe propaganda, daí, então, é mentira. Agora, eu... eu gostaria de perguntar a V.Sa. se o seu advogado lhe advertiu pra o art. 4º da lei que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, o senhor está sujeito à pena do art.

342 do Código Penal, que prevê, inclusive, prisão. Então, eu quero lhe advertir e deixar claro porque o senhor já mentiu aqui. Aliás, acho que o senhor cometeu, inclusive, um ato falho, porque o senhor disse, nas suas palavras, com muita clareza, que estava morrendo de medo. E já há um velho ditado popular que diz que quem não deve não teme. Por que que o senhor tá morrendo de medo?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Bom, eu vou responder por parte, Deputado Salatiel. *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o depoente para responder os questionamentos do Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Perfeito. Primeiro, eu coloquei na... inclusive, na pergunta do... do Deputado Neuton que eu não menti. Eu tava comentando que os... o... os medicamentos que são levados especificamente para a classe médica são medicamentos tarjados, são medicamentos aprovados no Ministério da Saúde com tarja, uso sob prescrição médica. Realmente, eu não... , eu não menti, não tenho nenhum..., nenhum..., nenhum..., nada pra fazer isso...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Eu daria o exemplo do Viagra... *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - ...que só pode ser comprado mediante a receita e há propaganda em revistas. Então, o senhor mentiu, sim.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim, são médicos comentando sobre Viagra. Não existe... *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Comentando, não senhor, propaganda. E eu trago aqui, a esta Comissão, e mostro ao senhor. E estranho que o senhor, um homem de **marketing** da indústria farmacêutica, não saiba disso.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Tá. Eu não... na... no meu laboratório não, não existe essa... esse... esse... essa prática.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Mas eu, que não sou homem de **marketing** e nem sou de laboratório, sei, porque leio as revistas do meu País. Como é que o senhor sendo um homem de **marketing**, um cidadão brasileiro, que busca, inclusive o senhor se disse aqui se achou competente pra exercer a função que exerce. Como é que sequer o senhor sabe que uma revista do porte de **ISTOÉ**, ou de **Veja** ou de **Época** tem, lá, explicitamente — não é comentário, a revista também faz comentário, tem artigos científicos —, ... mas é propaganda explícita para (?)...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Perfeito, Deputado Salatiel...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O senhor não sabia disso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, eu não..., eu não tinha visto a propaganda do Viagra...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O senhor nunca viu?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR- ... mas eu já vi propagandas de medicamento com o respaldo de sociedades médicas do tipo: "Procure o seu médico", pra casos de calvície, pra casos de obesidade...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Então, o senhor não mentiu, o senhor é mal-informado.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Olha, com relação ao meu laboratório eu tô bem informado, nós não usamos essa prática para... *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Mas o senhor, como profissional, o senhor como um profissional, o senhor não pode ser, assim, tão mal-informado. Admiro muito que o senhor esteja há tanto tempo nessa empresa. Bom, mas, voltando ao assunto, Sr. Presidente, eu acho que..., eu acho..., eu acho que tá muito claro pra essa Comissão a tentativa, creio que orientado pelos..., pelos seus advogados, pela sua empresa, a tentativa, aqui, do depoente de mascarar completamente as intenções reais daquela reunião. Bom. E eu já fiz, já presente em muitas reuniões de síndico e na minha faculdade, enfim, e algumas das vezes fui escolhido pra fazer a ata. O sujeito que faz a ata, Sr. Presidente, é o sujeito que tem a melhor memória do que é tratado em qualquer tipo de reunião. E, aqui, quando os Deputados fazem arguições ao Sr. Depoente sobre a natureza do conteúdo da ata, o senhor fica dizendo: "Ah!, na minha percepção, eu acho que era isso que tava querendo se discutir". Ora, Sr. Presidente, realmente é querer zombar, escarnecer da inteligência dessa Casa. Então, por exemplo, vou citar aqui um parágrafo e queria o seu comentário sobre isso. Aqui tá muito claro, qualquer pessoa, qualquer cidadão de mediana formação pode entender o que que é isso aqui. Está aqui, dentro da sua ata: "Cada gerente estará, também, motivando as presidências para se unirem no desenvolvimento de um programa de qualidade contra genéricos". Aqui não tá dizendo que é genérico que não tá de acordo com a nova lei, nada disso. Que comentário o senhor faz sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o depoente.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É, eu já citei essa informação, Deputado Salatiel, que, realmente, toda e qualquer citação sobre genéricos aqui dizem respeito àquelas colocações ou àquelas estratégias de **marketing** que estavam sendo utilizadas pelos laboratórios, já citados aqui também, que estavam se comportando como genéricos e não o eram, pela nova lei. Essa é a..., esse é o...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, tá evidente que isso é uma formulação posterior, já pra efeito de apresentação aqui do depoente. Agora, uma outra pergunta que eu também gostaria de fazer é..., aliás, uma outra constatação que queria, também, um comentário seu: aqui outros depoentes nos trouxeram..., não é? E, aí, eu quero acentuar mais ainda, não é, não o agredindo, mas à luz do que está acontecendo aqui, é que eu tô chegando a essas conclusões. Outros depoentes, aqui, dessas que depuseram esta semana, nos apresentaram números, o quanto que a publicidade e a propaganda representa no custo total do remédio. E o senhor, que é um homem do **marketing** e da promoção, em qualquer empresa, por menor que seja, até uma empresa de fundo de quintal, o dono da empresa a sua grande preocupação é o "custos". Como é que o senhor gerencia a área de **marketing** da empresa que mobiliza as estratégias para levar ao conhecimento do mercado, seja do público em geral como dos médicos, da área médica, o senhor gerencia tudo isso e o dono da sua empresa não lhe pergunta quanto custa isso? Quer dizer, quando lhe foi perguntado aqui se o senhor, se o senhor poderia informar pra essa Comissão o custo referente, o item referente à propaganda no custo, o senhor falou que não sabia, que a área financeira é que deveria saber. Mas que qualidade de executivo é o senhor, tão mal-informado, que não sabe sequer posicionar isso? Ô! O senhor prepara os projetos de **marketing**. Como é que o senhor vai chegar..., quando o senhor prepara um projeto desse o senhor não coloca os custos?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Salatiel, acho que..., acho que tem um equívoco, eu não sou da área de **marketing** na empresa.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Agora. Agora, o senhor é da área de venda, mas o senhor falou que a sua carreira foi da área de **marketing**.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, eu comecei como vendedor na empresa, eu passei pela área de **marketing**. E, realmente, a área de **marketing** ela tem um investimento por produto, variando de... do faturamento do produto pra produto..., a importância do produto pra... (*Ininteligível*) Isso é estratégia da

empresa de qualquer produto. Então, você tem... Agora, não tá imbuídos aí outros custos inerentes à promoção do produto. Quer dizer, quanto custa um vendedor, quanto custa a gasolina, quanto custa o pedágio. O que que o gerente de produto, o gerente de **marketing** conhece é quanto ele tem pra gastar com relação a estratégias de **marketing**: material promocional, amostra grátis, os brindes que eu citei aqui. Então, quando eu..., quando eu falei que eu não tenho a informação global, eu realmente não tenho. Eu não tenho acesso. Não que eu não queira dar esse depoimento, eu não tenho acesso a essa informação.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Não, eu só quero ressaltar a importância dessa informação pra essa Comissão, porque outros depoentes aqui, que não são oriundos de laboratórios, nos trouxeram a informação. Inclusive, quando fiz um questionamento, aqui, ontem, no... no depoimento que foi feito ontem, sobre qual a razão da discrepância de valores, da diferença de preços entre produtos similares, entre medicamentos similares. E uma das respostas foi, primeiro, que esse custo, que o senhor não sabe, eu tô lhe dando a informação, não é, estaria em torno de 30 a 40%. O componente, o item de propaganda, de promoção, de publicidade teria em torno de 30 a 40%. E isso informação dada por pessoas que não são oriundas de laboratórios. Por isso que tantos Deputados lhe fizeram essa pergunta e o senhor não soube responder. Então, eu tô lhe dando essa informação, tá? E exatamente porque isso interessa sobre um dos grandes objetivos dessa CPI é exatamente investigar as origens, realmente, dessas diferenças de preços e dos preços abusivos dos medicamentos. Por isso que essa pergunta é tão importante. E eu lamento muito que o senhor, um homem experiente, com mais de uma década no seu laboratório, não saiba trazer uma informação tão simples como essa. Sr. Presidente, eu tô satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra, Excelência. Obrigado, Deputado.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Só não queria transmitir uma informação que eu desconheço. Então, eu fui absolutamente..., eu não... Eu realmente não tenho essa informação pra passar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o nobre Deputado Alceu Collares.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu estava resolvido a não fazer nenhuma interpelação, até porque é evidente que as pessoas que vêm aqui vêm preparadas. Só se nós somos muito ingênuos né, muito infantis, imaginar que possa... Acho também que nós estamos despreparados no processo de interrogatório. E nós podemos, ao longo do tempo, com muita CPI, acabar concretizando de forma mais prática. Acho um outro dado, também, e eu tenho as minhas reservas com as empresas estrangeiras. Mas com as pessoas que trabalham pra ela eu tenho respeito pela criatura humana. Acho que a minha formação de advogado, quem sabe, todos os companheiros aqui, principalmente o médico, esse tem mais respeito pela criatura humana, porque trata da vida, permanentemente, né? E eu vi algumas expressões que eu... não me agradou como ser humano, como ser humano não me agradou. Por exemplo, companheiro dizer que... (*Ininteligível*) mentiu. Acho que é uma forma não carinhosa, não muito boa. Agora, o Deputado tem o direito de fazê-lo, faz a pessoa como quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Por isso, eu assegurei o direito ao Deputado para falar...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Fez, fez. Eu estou até pensando, com os meus 30 anos de idade, né, que eu tenho já, estou formulando com carinho isso, né, não tenho qualquer preocupação de fazer crítica aqui, nem sou de holofotes, porque eu já tive muitos holofotes na minha vida, eu tenho até uma (*Ininteligível*) de televisão que a gente tem em casa, né, comprei um aparelho velho e treino lá em casa todos os dias. Então, veja bem, mas me parece que de tudo isso que está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estamos diante de um artista, então.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estamos diante de um artista.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - É, na vida política, quem não é artista não sobrevive, né? (Risos.) Então, eu só queria, há uma questão que o depoente colocou, com muita ênfase, com muita ênfase, que a promoção feita no campo da publicidade se deveu a que alguns laboratórios, ou muitos laboratórios, dos quais o senhor só nos informou dois, que estes não produzem genéricos e estavam enganando, ou propaganda enganosa, dizendo que produziam genéricos,

e não têm essa competência. Está provado, porque o senhor disse, que essas pessoas, com propaganda enganosa, queriam apenas, no campo da concorrência ou da competitividade, fazer frente aos outros laboratórios no mercado. Eu pergunto ao depoente: o senhor tem como trazer pra esta Comissão algumas destas propagandas, desta publicidade, com a qual vai ser o instrumento de defesa de seu advogado, para justificar, em determinado momento, a ABIFARMA, seja lá quem vai, vai fazer uma propaganda muito grande, como se fosse uma advertência para o consumidor, que não deve comprar genéricos, que aquele não é um genérico, porque as empresas — e assim que eu entendi o depoimento de V.Sa. — que fizeram dizendo que estavam colocando genéricos elas não produzem genéricos. E eu pergunto, então: o senhor pode, mais tarde, recolher esse material de publicidade e trazer pra esta Comissão, para comprovar, em princípio, que a propaganda contra os genéricos era contra uma publicidade enganosa?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu acho que é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o depoente.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Perdão, Presidente. Eu acho que é possível levantar isso, isso tá, deve estar disponível no acervo da **Rede Globo**, deve estar disponível em pesquisas, em **portfolios** de laboratórios que estavam assistindo, eu tenho alguma coisa também recolhida, eu acho que é possível fazer essa pesquisa.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O senhor poderia colaborar com a CPI, trazer, tanto quanto possível, o maior número dessa... (*Ininteligível*), faz favor. Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, nobre Deputado. Eu não preciso esclarecer o seguinte: esse Decreto 793, citado pelo nobre Deputado Sérgio, fala em denominação de genéricos, só para esclarecer, e, na verdade, esses genéricos aqui, a denominação é genérica, não há nenhuma certificação, e, de acordo com o depoimento do Dr. Vecina aqui, da Vigilância Sanitária, nós não temos nenhum genérico certificado no País ainda. Neste mês teremos dois, e até o final deste semestre teremos cem genéricos certificados. Essa é a informação que nós temos. É evidente que eu...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... e o que eu considero já uma grande vitória, nós começamos a fazer funcionar a Lei dos Genéricos. O que nesta ata se depreendeu é que a campanha que se estaria movimentando era contra a vinda dos genéricos. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Presidente, existia um movimento de genérico no Brasil e no mundo. Isso não é novo. No Brasil também não é novo. O Ministro Jamil Haddad foi um dos que enfrentou essa questão, inclusive foi muito questionado pela ABIFARMA, por Janssen-Cilag. Então, ele baixou um decreto naquele momento, o Decreto 793, que colocava... Muita coisa que está nessa lei é oriunda do decreto, muitas, se formos analisar o Decreto 793, então, é o elemento legal precursor. E, a partir daí, tivemos inclusive um questionamento da ABIFARMA. Então, o que aconteceu? Existia e existe genérico no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não, Sr. Presidente. ...*(Ininteligível)* raciocínio. Existia, porque essa questão aqui nós não podemos tergiversar, porque o depoente afirmou, depois teve que refazer, existia e existe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu não estou querendo interferir no depoimento...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Agora, no dia 23 de janeiro agora, domingo passado, entrou em vigor as novas determinações dos medicamentos genéricos, que todos têm que se adequar, os genéricos que existiam e os novos genéricos que estão... Então, o que o Vecina, o dirigente da Agência de Vigilância, afirmou é que estava em processo de credenciamento novos medicamentos genéricos, mas os antigos vão continuar, porque estão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Obrigado a V.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.) Ausente S.Exa., com a palavra o Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem, antes do Deputado Perondi. Desculpe, Sr. Deputado Perondi, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se V.Exa. concordar...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... Sr. Presidente, só pra V.Exa. informasse à Comissão quais e quantos Parlamentares ainda estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Perondi e Deputado Zuppo. Depois nós vamos ouvir o segundo depoente. Com a palavra V.Exa., Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma que a ABIFARMA tá se organizando de forma poderosa pra não deixar avançar a Lei dos Genéricos. Isso não há dúvida nenhuma. É possível que essa reunião, tá, eu acho que o Dr. Ney, que até..., eu não tô sendo (?) nervoso, tá tranquilo, né, tem sido ingênuo, né? Aqueles que pagaram o almoço, mas na realidade quem pagou foi a empresa, mas isso é normal. Mas nós estamos falando do laboratório, do laboratório. Os distribuidores são também grandes ganhadores, vorazes na questão do preço do remédio. Isso não há dúvida nenhuma. Tem dois livros da ABC Farma e do BRASÍNDICE. Eles estipulam o preço — alguém já deve ter falado aqui, eu entrei na Comissão oficialmente hoje —, eles estipulam o preço, cem reais por um produto, aí o laboratório passa para a distribuidora com um desconto extraordinário e dá uma faixa de elasticidade pra chegar na farmácia, e como não há controle de preço na farmácia, a farmácia também ganha e joga. E o consumidor agora, lentamente, com o advento do Plano Real, vai precisar mais ainda estar pesquisando o preço, tá? O laboratório ganha, sem dúvida nenhuma, mas o distribuidor ganha demais, ganha demais! E eu queria que o Ney explicasse como o laboratório que ele trabalha, nem vou falar dos outros, como ele trabalha, como funciona a questão do desconto que dá o distribuidor, ao distribuidor. E vou dizer aqui que eu vou encaminhar um requerimento pedindo que nós... Eu não sei se alguns distribuidores já vieram aqui, mas nós chamarmos aí o Paralelo(?), a DIMED, eu não sei se em São Paulo... Parece que o Paralelo(?) também vende em São Paulo, é dono do mercado de São Paulo, ou não? Alguém me disse, mas a DIMED e o Paralelo, talvez uma terceira...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Panarello. E nós ouvimos aqui, porque as distribuidoras ganham, e como ganham! Ainda mais trabalhando em sintonia com a indústria farmacêutica. Que se dane o consumidor!

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - O desconto comercial é variável de empresa pra empresa, isso é uma... cada um tem uma política comercial, e ela é variável. Na Janssen os distribuidores recebem em torno, em média, 15% de desconto, sendo que aproximadamente, eu acho que de 9 a 10 é o custo pra

funcionar. E eles repassam, aí é variável também o repasse, mas ele não pode vender acima do preço de fábrica do medicamento. Então, a farmácia, quando ela paga o preço pra farmácia é, no máximo, o preço de fábrica do medicamento, que isso também é preço publicado em revistas de farmácia. E a farmácia tem uma margem, que é uma margem de 30%, 42% de baixo pra cima e 30% de cima para baixo, que é a margem de lucro da farmácia, o lucro bruto, que é onde também tem declarado nas revistas o preço máximo ao consumidor. É assim que, basicamente, funciona esse mecanismo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Se for do seu laboratório, se for assim, que eu acredito, o senhor está depondo, eu acredito na sua seriedade, do depoimento, eu acredito, parabéns ao seu laboratório. Eu sou médico, tá, trabalho na área das Santas Casas, sou presidente de um hospital de comunidade, e o próprio hospital ganha descontos generosíssimos, e que não é 12%. Então, esta faixa cinzenta aí, que o consumidor é massacrado, nós, na Comissão, temos que entrar, como eu não sei, mas nós temos que entrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. corre o risco de não ganhar mais descontos, hein? (Risos.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu vim pra Brasília pra servir, e se essa CPI der certo, e vai dar certo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se Deus quiser!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - ... poderá haver uma baixa geral de preços...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E vai haver...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - (*Ininteligível*) ... toda a Nação, até as Santas Casas, os hospitais privados, enfim, na realidade, o consumidor.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado... O senhor me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V.Exa.

SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - O senhor citou no primeiro caso as farmácias, e eu dei o desconto comercial das farmácias. Quando o senhor citou os hospitais, existe, realmente, alguma dilatação, porque os laboratórios conseguem

vender diretamente pra hospitais, então, você consegue ter... Agora, a margem é reduzida quando havia o distribuidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado, obrigado, depoente. Com a palavra o nobre Deputado Zuppo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero, antes de iniciar a minha interpelação ao senhor, eu queria dizer que faço coro aqui com as palavras do meu companheiro, Deputado Alceu Collares. Nós temos o maior..., profundo respeito a V.Sa., sabemos que atrás do senhor, ou ao lado, tem uma família, mas a nossa função aqui é de procurar esclarecer esse fato, porque essa CPI foi formada visando uma busca de se descobrir o que que aconteceu com o preço do medicamento neste País e por que, né, que 50 ou 60 milhões de brasileiros não têm esse medicamento. E uma das peças desse quebra-cabeça é essa reunião. As perguntas que eu faço ao senhor, não entenda como pessoa física. Antes de ser Deputado, eu era bancário, sempre fui empregado, sei os posicionamentos que, às vezes, o empregado tem que tomar, mas tenho certeza absoluta que o senhor tá muito consciente da sua responsabilidade. O Deputado Salatiel lembrou bem o Código Penal, né, o senhor está sob juramento. Então, é dentro desse enfoque que eu lhe faço essas perguntas, algumas repetitivas, mas eu quero buscar uma linha de raciocínio aqui para poder fechar o meu pensamento.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - A sua formação profissional, Sr. Ney, qual é?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu não..., não..., não me graduei em curso superior, eu estudei três anos engenharia e deixei a faculdade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Deixou. Certo. O senhor diz que tá há quinze anos nessa empresa.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E no ramo?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Dezesseis.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Dezesseis anos. Antes dessa reunião do dia 27, o senhor era gerente nacional de ...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - De Promoção Médica.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ah!, após essa reunião, o senhor passou a ser...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, a partir de 1º... Essa reunião foi 27 de julho, e a partir de 1º de setembro eu também assumi a área de vendas da companhia. Então, hoje eu sou Promoção e Vendas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Então, isso é uma promoção?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Uma promoção. E com essa promoção, o senhor teve um aumento de salário dentro da empresa?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Muito pequeno, mas tive.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O senhor pode dizer qual o seu salário mensal fixo e quanto que o senhor recebe de... da parte variável?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, eu não..., eu não tenho prêmio de vendas, se o meu objetivo, se cobre ou não, eu tenho um salário fixo, que é de R\$ 11.500,00 ...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E esse é o...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Esse é o salário que eu recebo por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Início de intervenção ininteligível.)* ... Deputado hein?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É. Não tem uma vaga lá pra....(Risos.)

(Intervenções paralelas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra V. Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Desconte do meu tempo a manifestação do Plenário, que eu não tenho nada com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está bem. Está descontado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É. Ney. Sr. Ney, o senhor, então, hoje ocupa um cargo mais alto dentro da empresa. O senhor acumula hoje duas gerências: uma de vendas e outra de ...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Promoção.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - De promoção. O senhor se reporta diretamente a que diretoria da empresa?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Diretoria Comercial.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Diretoria Comercial e, conseqüentemente, a secretária da Diretoria Comercial é aquela que organizou a reunião do dia 27.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - A secretária do..., a Natalina, que se referiu aqui...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ela que organizou.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ela é secretária do Nilson e secretária do..., do...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Mas foi ela que organizou a reunião do dia 27...

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É o que eu citei pro Deputado, com certeza, ela que fez a parte operacional, a mando do...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não, estou perguntando agora objetivamente, a empresa não é tão grande assim que não permita o senhor fazer uma afirmação dessas.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não...

O SR. FERNANDO ZUPPO - Foi ela que organizou.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu acho que se o Nilson mandou ela fazer, ela fez, é isso que eu tô falando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ela fez. Não foi o senhor que mandou?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Fez. Perfeito. Tudo bem. Agora, o senhor participou dessa reunião, não viu mal nenhum em participar, não percebeu o sentido que ela poderia tomar, né, mas depois, passado aí algum tempo, a imprensa começou a divulgar, houve ali algumas interpelações, e o rumo...

(Não identificado) - Mudou.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ... se tornou aí diferente. E o senhor falou aqui que tá com medo disso, o senhor tá preocupado com... Eu, lógico, eu também taria, caramba, né, você foi lá de boa-fé, foi participar de uma reunião simples, pra discutir estratégias de vendas, e acabou tomando um sentido completamente diferente, né? Pergunto: o seu advogado é contratado pela empresa, pela empresa, não é o senhor que paga, né, não houve, em nenhum

momento, uma preocupação da empresa de tirar o nome disso, de fazer com que realmente essa reunião tivesse um caráter informal? Será que não houve uma combinação estratégica disso, e agora, neste momento, o senhor está preocupado com esse rumo, com esse tipo de defesa, e tá aí com os seus botões perguntando: "Caramba, será que vale a pena ir em frente nisso"? Porque o senhor é um profissional, tem família, por mais dependência que o senhor tenha dessa empresa, por mais fidelidade que o senhor tenha a essa empresa, o senhor tem um compromisso com a Pátria também, né...

(Não identificado) - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ... porque se o senhor estiver colaborando para a formação de um cartel pra que os preços dos medicamentos não abaxem e continuem inacessíveis aí 60, 70 milhões de brasileiros, caramba! O senhor tá aí preso dentro desse compromisso também. Então, eu lhe perguntaria se houve esse tipo de..., esse tipo de..., eu diria, eu diria..., eu não diria de sondagem da empresa no sentido de que a defesa fosse feita nesse sentido? Ou o senhor nunca foi procurado, nunca foi abordado, e o senhor tá tomando essa decisão exatamente porque o senhor foi à empresa, sem a empresa saber, é isso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Sem a imprensa?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sem a empresa ter autorizado a sua ida.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Deputado Zuppo, desde o começo, quando a empresa ficou sabendo que a gente, que existiu essa reunião, que antes não sabia mesmo, em todos os momentos, não só o meu chefe como também o presidente da empresa na época, ele: "Nós vamos falar a verdade, nós temos que falar a verdade". E eu tô aqui com o compromisso da verdade, tô muito consciente, acho que a colocação do senhor realmente é brilhante, eu sei do meu compromisso que eu tenho com a minha Pátria, com o meu País, e tô muito convicto: o que eu tô falando foi o meu entendimento da ocasião.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E por que que a empresa repreendeu o senhor?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Eu acho que..., olha, por todo o fato que ocorreu, de você estar numa reunião, de poder caracterizar alguma coisa, de sair na imprensa, porque a gente tem muito cuidado com isso, qualquer colocação pra imprensa, a gente nunca pode fazer, é sempre uma pessoa de relações públicas

que deve fazer, tem uma série de condutas profissionais que a gente persegue. E o meu chefe, na época, me repreendeu, falou: "Olha, talvez vocês deveriam ter", talvez, não, "com certeza, vocês deveriam ter-me comunicado pra saber que tipo de reunião era, pra gente poder saber o que vocês tão fazendo". E outra: em nenhum momento se imaginou, eu nunca imaginei que isso fosse gerar essa...toda essa... o que nós estamos vendo hoje..

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu perguntaria ao senhor, dentro dessa ata da reunião, duas passagens que eu gostaria que o senhor me esclarecesse.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Aqui tá dizendo o seguinte: "Existe muita divergência entre todos sobre planos de saúde — vírgula —, se devemos ou não pagar o preço por estar presentes". O que que é esse "pagar o preço", é pagar o preço pra ter o monopólio disso?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não, não. Deputado, é assim: esses planos de saúde..., é recente também, era outra coisa que tava borbulhando no mercado na época e continua borbulhando, esses planos de saúde estão se estruturando pra poder beneficiar os usuários do sistema de saúde também com medicamentos. Então, não é só UNIMED, tem vários outros, e eles vêm negociar com os laboratórios, e cada um de um jeito, qual a melhor maneira de adquirir esse medicamento diretamente dos laboratórios para passar pros seus... pros usuários do plano de saúde a que pertencem. E as farmácias, as outras farmácias que não pertencem a planos de saúde estão divergindo. E existe uma briga entre eles, porque fala que plano de saúde não pode ter farmácia e o outro pode falar que pode e fica aquela confusão. E o laboratório, que disponibiliza o medicamento, ele tá impedido de deixar de vender. Eu não posso deixar de vender pra uma farmácia. Então, você tem que trabalhar comercialmente isso. E essa discussão foi: "mas que fim que vai ter isso". Quer dizer, porque na sua maioria das vezes essas UNIMED, esses grandes planos, eles vêm e "Ó, nós temos tantas mil vidas, nós vamos ter..." Vêm com um volume grande, só que ele quer cobrar de você o desconto, pra você ter o produto na relação de medicamentos dele. E é essa discussão toda que tá sendo colocada aqui, quer dizer, como é que a gente fica nesse meio campo? Que partido tomar? Que tipo de decisão comercial se deve ter?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - A outra colocação nessa área que eu gostaria que o senhor me esclarecesse é o seguinte: existe um sentimento no grupo de normatizar algumas políticas ou práticas comerciais, visando bloquear truques conhecidos de distribuidores. O que são esses truques conhecidos?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Olha, o que acontece é o seguinte: nós, da Janssen-Cilag, normatizamos até a própria... Por exemplo, do distribuidor pra farmácia, ele não pode... tá normatizado também quanto é que ele pode dar de desconto. Porque têm distribuidores que aproveitam o sistema fiscal pra poder se beneficiar. Eu não conheço bem essa política fiscal, mas são distribuidores que compram num Estado, onde eles têm depósitos, e voltam a mercadoria pra outros Estados e têm benefício fiscal, com isso eles conseguem uma barganha maior, ou um desconto maior pra poder penetrar as vendas nas farmácias. Essa foi a colocação com respeito a isso, quer dizer, distribuidores que têm ganho fiscal e podem com isso ter maior barganha na hora da venda.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E isso não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado Fernando, V.Exa. está ocupando dez minutos já do seu tempo. O senhor tem mais dois ainda.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E isso não interfere no preço do medicamento?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não. Interfere na barganha com o cliente. Em vez de comprar... Porque hoje existem dez distribuidores por dia que vão na mesma farmácia. E por que eu vou comprar do distribuidor A não vou comprar do B? É preço e prazo. São as duas coisas que manipulam a relação comercial. E quando eu tenho uma barganha ou consigo ter uma flexibilidade em desconto e eu posso beneficiar esse cliente, conseqüentemente eu ganho dos demais que não têm esse poder de barganha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sei.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Mas não tem influência no preço, porque o preço do medicamento é controlado no que diz respeito a farmácias de... a revistas de farmácia. Preços de lista e preço máximo ao consumidor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Última pergunta, rapidamente. A Basf não fez propaganda de genéricos nas farmácias?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Não me recordo, Deputado. Faz muitos anos que a Basf tá no mercado. Eu sei que a Basf ia até pro médico, coisas que Teuto e Neoquímica não vão. A Basf tinha uma equipe de promotores ou de propagandistas que visitava médicos; não sei se tá visitando hoje.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Mas ela fez propagandas nas farmácias.

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Propaganda nas farmácias? Eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu pergunto isso porque o senhor falou que não tomaria os genéricos das farmácias. E a Basf me parece que é uma empresa ligada ao grupo, ou não?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - A Basf é ligada a grupo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É ABIFARMA? É a ABIFARMA, né?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - Ah, sim. Eu não sei. Eu não sei dizer. Isso eu não sei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., obrigado ao depoente. Chegamos ao final do nosso depoimento com o Dr. Ney Paulletto Júnior. E, portanto, eu encerro este depoimento. Agradeço a presença do Dr. Ney Paulletto e do seu advogado...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, seria possível uma única questão, uma última questão, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Questão de ordem, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu gostaria, Sr. Presidente, de ter essa benevolência sua. Se fosse possível, o depoente, o Sr. Ney ou a sua empresa, informasse como são distribuídos, Sr. Presidente — é importante para esta Comissão —, as amostras grátis, que ficou sem debater. Seria possível, Sr. Presidente, fica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou formular a pergunta pra ele, se desejar responder.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O seu laboratório distribui amostras grátis? Que quantidade? Que proporção? Poderia quantificar agora ou oportunamente?

O SR. NEY PAULETTO JÚNIOR - É impossível quantificar agora, mas existe um critério de distribuição de amostra grátis. Depende muito da especialidade médica e do produto. Tem produtos que vão pra clínica geral, que vão pra ginecologia e pra dermatologia. Então, eu tenho três, três classes de especialistas que recebem a droga. Então, tudo isso é feito pela área de, de... estruturado pela área de **marketing** da empresa. Agora, existem critérios. Se o Sr. Deputado quiser conhecer os critérios, a gente pode disponibilizar, porque não há, não há porque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá certo. Muito obrigado. Eu considero, então, encerrado e agradeço a presença do Dr. Ney Pauletto Júnior e seu advogado, Dr. Gonçalves. Muito agradecido, muito obrigado. E desde logo peço à Secretaria que conduza até à Mesa, como convidado e convocado, o Sr. Nilson Ribeiro da Silva.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero fazer a V.Exa. a sugestão de que suspenda por 15 a 20 minutos a sessão, pra que nós possamos buscar fazer algum lanche, alguma coisa assim, e retornar pra ficar até o final da tarde. É que este depoimento que... É que nós, quando marcamos essa audiência, nós sabíamos que seria uma audiência prolongada, inclusive eu tenho a impressão de que a audiência do próximo vai durar mais tempo do que o atual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria ponderar de continuarmos isso. Porque se nós suspendermos esta sessão por 15 minutos, nós vamos levar uma hora pra recomençar. Então, eu proponho aos Srs. Deputados que, em benefício *(ininteligível)*. Colho dos Srs. Deputados que a proposta do Deputado Magela não foi aceita, portanto, convido o Sr. Nilson Ribeiro da Silva a comparecer à Mesa. *(Pausa.)* Reabro a sessão, que havia sido suspensa por um minuto. Encontra-se à Mesa o Sr. Nilson Ribeiro da Silva, qualificado como testemunha. Filho de João José da Silva e Albertina Cândido de Jesus. Nascido em 20 de dezembro de 47, CPF 257.570.089-20, RG 33.047.047-4, Expedidor o órgão da

Secretaria de Segurança de São Paulo. Profissão: gerente comercial. Qualificação que dispõe: convocação como ex-funcionário da Janssen-Cilag. Naturalidade: Arapuá, Minas Gerais. Nacionalidade: brasileira. Casado. Residente na Rua Panorama, 99, na cidade de São Paulo, do Estado São Paulo, CEP 02347-050. Compromisso: "Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado". Assina o Sr. Nilson Ribeiro da Silva. Eu consulto... Eu quero dizer ao Sr. Nilson que ele está aqui convocado como membro participante da reunião de 27 de julho, na cidade de São Paulo, que tratou de uma série de assuntos, dentre os quais uma articulação de uma política de combate aos genéricos e da sua implantação. E, como tal, eu gostaria de consultá-lo se deseja fazer uma breve exposição ou se deseja, desde logo, ser inquirido. Quero dizer também que se encontra a seu lado, e que, a quem ele poderá consultar, o seu advogado, Dr. Vicente do Carmo Sapienza, e que evidentemente prestará assistência ao depoente naquilo que for solicitado pelo depoente. V.Exa. deseja desde logo ser inquirido?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode ser. Então, tem a palavra o nobre Relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não tem o compromisso, ou não se faz?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não. Eu darei presente. Primeiro, o compromisso de permanecer...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Da testemunha.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Ah! Foi feito o compromisso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Feito o compromisso.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Foi lido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E o compromisso da ordem dos perguntadores ser inversa? Após o Relator, é óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu proponho, se os Srs. Deputados quiserem inverter e começarmos pelo fim.

(Não identificado) - Eu voto a favor.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, começaremos agora essa lista de trás para frente. Os últimos serão os primeiros; e os primeiros, os últimos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, o fato investigado é essa reunião realizada em São Paulo sobre a qual tivemos informação da primeira testemunha. Evidente que a testemunha presente terá muito a esclarecer com relação a detalhes desse episódio. Mas contribuindo para a objetividade dos trabalhos e conhecendo o zelo dos meus companheiros, eu prefiro — caso deseje e tenha permanecido algum ponto obscuro — formular minhas questões ao final, dando oportunidade para que os companheiros exaurem o assunto e dessa forma não haja perguntas duplicadas, o que ocorreu na primeira hipótese. De forma que, caso eu tenha dúvidas ainda, farei minhas perguntas ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Fernando Zuppo, pedindo aos Srs. Deputados que considerem também a possibilidade de...

(Intervenção inaudível.)

(Não identificado) - Os autores do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós abrimos uma... Não é regra, é anti-regimental. Se os Srs. Deputados concordam, eu...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, o senhor me desculpe, mas eu considero que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, V.Exa. não pode considerar o que não é do Regimento. O Regimento diz que a relação, serão perguntados pela relação e sem intervenção. V.Exa. quer citar o artigo do Regimento Interno? *(Pausa.)* Mas eu vou conceder a palavra a V.Exa., mas V.Exa. fica devendo à Presidência a citação do Regimento. Tem V.Exa... V.Exa. é autor do requerimento?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Quero iniciar perguntando ao depoente, à testemunha qual é o seu local atual de trabalho.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Atualmente eu trabalho na Distribuidora Farmacêutica Panarello, com sede em Goiânia.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Desde quando?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - E eu fico sediado em São Paulo, na mesma distribuidora.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Qual a função?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A função é gerente comercial. Eu estou na Panarello desde o dia 1º de setembro de 1999.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor deixou o laboratório Janssen-Cilag por que razão?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Bom, conforme eu mesmo frisei no meu depoimento à Polícia Federal em São Paulo, existem momentos na vida da gente que isso é igual casamento. Perde-se a paixão. Então, depois de trinta anos na indústria farmacêutica, dos quais 23 anos na Janssen, eu não via mais nenhuma perspectiva de crescimento profissional dentro da empresa. Por esse motivo, em março de 99, eu tomei a decisão de deixar a companhia. Foi uma decisão pessoal, comunicada à empresa e, de março pra frente, eu passei a procurar um novo mercado de trabalho onde eu pudesse perceber uma oportunidade de desafio profissional, que eu ainda achava que tinha muito pra dar, e conhecer outros mercados que não a distri... que não a indústria farmacêutica, da qual já participava há trinta anos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Tá certo. O senhor, o senhor se importaria de declinar o valor do salário que o senhor recebe hoje?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Na Panarello, 3 mil reais fixos mais participação nas vendas. Isso é variável, a parte variável. Em média, nesses primeiros meses que eu tô lá, tá dando uma faixa de 12 mil reais.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Doze mil. Mais ou menos compatível com o salário que o senhor ganhava na...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Mais ou menos compatível com o salário. Nada mais do que... Eu ganhava lá na Janssen, na minha saída, onze e setecentos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor era subordinado a quem na Janssen?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Na Janssen eu era subordinado a Rubens Rochini.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Que é quem?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - É diretor comercial da Janssen-Cilag Farmacêutica.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - A Janssen orientou o senhor, em algum momento, a adotar alguma posição com relação ao combate à venda de genéricos, aos genéricos no Brasil?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, Excelência, nunca.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor... Estes Parlamentares que estão todos aqui, acabaram de ouvir o Sr. Ney Pauletto. Pela afirmação de todos aqui, a reunião que foi organizada pelo senhor, com a ajuda da sua secretária Natali, foi uma reunião, segundo a convicção daqueles que se manifestaram aqui e já formada, é uma reunião que tinha função, dentre outras, de adotar uma tática de combate aos genéricos. Há uma convicção formada na maioria dos que já declararam — o senhor não deve ter acompanhado, porque estava numa sala reservada. E o senhor foi o organizador dessa reunião, usando a estrutura do laboratório, tanto de pessoal quanto física pra isso. O senhor confirma isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Bom, na realidade, a organização da reunião realmente ficou determinada pelo grupo à minha pessoa, no mês de junho.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Essa reunião em junho foi realizada onde?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Essa foi realizada num restaurante no bairro de Santo Amaro.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Num restaurante do bairro de Santo Amaro.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - São reuniões de confraternização, de conagraçamento, troca de experiências, e aí me pediram pra organizar a reunião seguinte. Então, eu como pessoa de trinta anos de indústria, conhecendo todo mundo, pedi à secretária que fizesse a organização da reunião. Isso era comum fazer isso com todos. Todo mundo que participou das reuniões que convocavam ou...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Nilson, há uma distinção absolutamente clara pra todos nós aqui o que é uma reunião, uma conversa num bar, num restaurante, um jantar, e uma reunião formal numa fundação — oficial, inclusive —, com pauta determinada, com ata. Há uma distinção muito grande. O senhor acha que é a mesma coisa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Primeiro...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor trata as duas reuniões da mesma forma?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Primeiro, eu não considero reunião formal. Eu, Nilson, não considero como formal, porque nós não tínhamos um horário específico para estar todo mundo, vinham pessoas e entravam em qualquer momento. A pauta ela entrava, discutia-se assuntos e saía dos assuntos aleatoriamente, sem conclusão...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não é isso que mostra a ata, senhor.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Mas a ata simplesmente pode ter sido de um registro individual.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - A ata foi feita... O senhor, então, quer dizer que o registro individual, o registro que está feito na ata é de responsabilidade do Sr. Ney?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não tô dizendo que seja dele. Ele levou computador e registrou. Eu não participei...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - De quem é a responsabilidade do registro da ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não participei de nenhum registro. Nunca registrei. Em quatro anos que nós fizemos esses encontros de confraternização, nunca registrei nada, nunca tive nada, tinha o meu **lap top** e não levei.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Há informações, Sr. Nilson, que eu quero consultar ao senhor. O senhor corrigiu uma primeira versão da ata do Ney?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ele me passou realmente, isso tá citado pra Polícia Federal. Ele me passou as anotações dele pra dar uma olhada, e eu fiz uma correção específica, que eu achava um absurdo, que era um termo que falava sobre contra genéricos. Em momento nenhum eu ouvi falar isso lá dentro do, do, na discussão do grupo e acho que ninguém faria uma colocação desse nível. Primeiro, porque pessoalmente...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E ele corrigiu?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Pessoalmente, eu sou extremamente favorável aos genéricos, acho que nós devemos apoiar substancialmente a Lei dos Genéricos, isso vem beneficiar a população brasileira e esse é o ponto de vista de Nilson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Tá. O senhor corrigiu e ele corrigiu essa parte da ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certamente ele acatou.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Ele acatou. Qual que era a relação funcional entre o senhor e o Sr. Ney?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ele era gerente de promoção médica e eu gerente de vendas.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Tinham cargos equivalentes.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A gente tinha cargos mais ou menos equivalentes.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Ou seja, os senhores fizeram em comum acordo a ata, então.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, em comum acordo, não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas, olha, veja o seguinte...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não pedi pra fazer a ata, tá certo?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor disse que a ata foi feita, que foi mostrada ao senhor...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ...e que o senhor corrigiu e que ele aceitou. Ora, se o senhor só corrigiu um item...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... e ele aceitou, evidente que o senhor tava de acordo com os outros itens e foi consumada a ata em comum acordo.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Excelência, conforme eu frisei no meu próprio depoimento, eu, no momento da reunião do dia 27 de julho, eu era demissionário da empresa. Então, vários dos assuntos levantados e discutidos pelo grupo sequer eu tomei conhecimento absoluto.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Do grupo...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Do grupo que tava lá na Getúlio Vargas.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor não participou o tempo todo?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, eu participei, mas em vários assuntos você tá tomando café, você tá fumando um cigarro, você tá no corredor, você tá atendendo telefone. Então, no que eu, no que eu pude especificamente sentir...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero dizer pro senhor que o senhor tá aqui sob, sob juramento. O senhor tem que falar a verdade e aqui estão...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O.k.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ...homens e mulheres com história. O Presidente que tá sentado à direita do senhor já foi Governador de Estado, nós temos aqui outro Governador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, lamentavelmente, não. Fui Presidente desta Casa, o que muito...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Ah, é. Foi Presidente desta Casa, temos ex-Governadores, diversos Deputados aqui. O senhor acredita, em sua consciência, que dizer que participou da reunião e que por lapsos de tempo, de ter saído para tomar um cafezinho, o senhor não acompanhou toda a discussão, sendo que o senhor foi o organizador da reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Organizador era reservar um local específico pra fazer a reunião.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E convocar as outras pessoas.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Convocar as pessoas, e as pessoas convocarem a quem eles quisessem levar. E assim era como acontecia sempre.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sim, mas o senhor convocou as pessoas.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Você tem um local, a secretária mandou um e-mail. Tinha um e-mail list de todos os gerentes da indústria.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Como é que o senhor convocou o Sr. Ney?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O Sr. Ney participava do e-mail list também. Ele era um gerente da companhia.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Como é que o senhor convocou ele, através do e-mail?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Do Ney Pauletto?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Foi convidado pra participar de uma reunião de conagração da indústria farmacêutica. Esse era o nosso tema da reunião.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor acha que nós acreditamos nisso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Essa é o que eu tenho afirmado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor trabalha hoje para um distribuidor?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Esse distribuidor distribui genérico?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A Distribuidora Farmacêutica Panarello, neste período que eu estou — que são de apenas quatro meses — e que tenho, estou iniciando um processo de conhecimento da empresa, uma empresa com mais de 3 mil funcionários, com onze filiais pelo Brasil; então, eu ainda não tenho conhecimento absoluto da empresa. Agora, a empresa trabalha...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Qual o cargo do senhor na empresa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Gerente comercial.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - O senhor é gerente comercial e não tem conhecimento da empresa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu estou conhecendo a empresa. O que eu quero afirmar é o seguinte: a empresa trabalha com mais de 160 fornecedores, tem produtos similares, tem produtos similares, tá certo, eu tenho hoje uma responsabilidade específica, atribuída pelo presidente da empresa, pra desenvolver uma equipe para trabalhar especificamente com genéricos. Então, eu vou ser avaliado no futuro por montar uma equipe para trabalhar com genéricos. Assim que o primeiro produto estiver no mercado genérico, nós estaremos trabalhando o genérico. Esta é uma grande oportunidade percebida e vista pela própria Panarello.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Certo.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu vou ser avaliado, no meu futuro, inclusive por estabelecer esse padrão de relacionamento em ter o genérico na Panarello, com uma equipe específica para trabalhar genérico, e ser um distribuidor nacional de genéricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu queria advertir V.Exa. de que já usou onze minutos. Tem, portanto, V.Exa. um minuto para encaminhar o final. Obrigado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero, Sr. Presidente, dizer que na ata e nas informações há citações de que os distribuidores não deveriam distribuir, vender medicamentos de dois laboratórios especificamente: o Teuto e o Neoquímica. Isso está na ata. Eu tenho aqui, Sr. Presidente, a cópia de uma correspondência, que eu vou passar à mão de V.Exa., do Laboratório Teuto, de 22 de outubro, e que responde a algumas questões solicitadas pela Secretaria Geral de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Em determinado momento, respondendo a uma pergunta, o Laboratório Teuto diz que "as distribuidoras Intermed, Audifar negam terminantemente negociar conosco por motivo de pressão das multinacionais" — e aqui há uma grande coincidência. E a Majela Comércio e Representações do Ceará...

(Não identificado) - É sua?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, exatamente pra dizer que há coincidência, que não é. Que antes era um grande cliente nosso — veja, Sr. Presidente, aqui tem um fato da maior gravidade —, que antes era, repito, um grande cliente nosso, após ser comprada pela Distribuidora Farmacêutica Panarello, após ser comprada pela Panarello, passou a não nos comprar pelos mesmos motivos. E aí continua dizendo que outras reduziram drasticamente as compras de remédios. E diz o seguinte — já concluo, Sr. Presidente, por favor: "o Laboratório Teuto Brasileiro, na qualidade de empresa genuinamente nacional, com produtos de qualidade ISO 9.002, que concorre diretamente com os produtos dos laboratórios representados pela ABIFARMA, da qual a Janssen-Cilag faz parte, que veicula, através de programas televisivos de alcance... grande alcance, o combate aos medicamentos genéricos". O Sr. Nilson é gerente comercial da Panarello há quatro meses. Este, este... já havia, então, naquela ata a citação para o boicote dos

distribuidores, inclusive ao Teuto e à Neoquímica, e agora nós estamos pedindo que anexe a este documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço a V.Exa. que encaminhe a pergunta, nobre Deputado, quatorze minutos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, não, eu não quero agora encaminhar. Eu estou querendo é mostrar que o Sr. Nilson, que é gerente comercial da Panarello, que já naquela época dizia que deveria boicotar a distribuição dos genéricos, e de fato a Teuto é um dos fabricantes de genéricos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Quero passar às mãos de V.Exa. e do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu posso dar uma resposta sobre esse assunto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não posso falar sobre outros distribuidores a não ser especificamente a Panarello. Com relação à Majela, de Fortaleza, a Panarello já trabalhava o Estado do Ceará partindo de Pernambuco. Ela já saía de Pernambuco e trabalhava o Estado do Ceará. A Panarello não comprou a Majela. A Majela Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares continua trabalhando no Estado do Ceará. O que a Panarello fez foi comprar a estrutura física: prédio e parte dos estoques da Majela. A Majela se transferiu pra um outro endereço, com uma outra empresa, levando consigo os produtos hospitalares, distribuição de produtos farmacêuticos e Teuto. E ainda, por falar em Teuto, se não trabalha com Teuto, nós hoje trabalhamos com Teuto, sim. Divisão andrômago, que é um produto similar, produto de marca, e nós trabalhamos com andrômago, que é do Teuto Farmacêutico. E nós trabalhamos com essa linha também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o nobre Deputado Fernando Zuppo.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Arlindo não é autor desse requerimento. Esse requerimento, o único autor que tenho informado pela Secretaria, é o Deputado Magela. O Deputado Arlindo Chinaglia subscreveu o requerimento do depoente anterior; este já estava convocado. Tento ser o mais transparente possível. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sr. Nilson, eu vou fazer algumas perguntas rápidas, para tirar algumas dúvidas que ficaram tendo em vista o depoimento do Sr. Ney, anterior. Uma curiosidade: o advogado do senhor é pago pelo senhor?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Totalmente por mim, é um amigo meu. Todas essas despesas que estão rolando de Polícia Federal, de advogado, de CPI é por minha conta.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Por sua conta. Bem, o senhor pediu, o senhor convidou o Sr. Ney pra participar dessa reunião do dia 27?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Convidei. O Ney fez parte da relação dos envolvidos no convite.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Convite seu?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Convite, via **e-mail**, pra todo mundo; como todas as outras pessoas foram convidadas, ele também o foi.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E quem coordenou essa reunião foi a Dona Natali?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A Dona Natali escolheu o local da reunião e do restaurante para o almoço.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E a Dona Natali era secretária...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - ... de Ney, Nilson e Rubens Rochini, dos três.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Certo, que era o diretor comercial da empresa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Que era o chefe dos dois, ou chefe dos três.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Tudo bem. Então, a empresa tinha conhecimento da reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O Sr. Rubens Rochini sabia que a gente estaria fazendo a reunião, isso, sem dúvida, só que sem envolvimento

nenhum. Isso acontecia durante quatro anos, quer dizer, não era a primeira reunião que a gente estava fazendo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Essa reunião foi realizada durante o expediente ou à noite?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Foi durante o expediente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E foi realizada aonde?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E essa sala foi alugada?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, essa sala foi cedida pela Fundação Getúlio Vargas. A Natali que arrumou esse espaço. Como ela conseguiu, eu também não sei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sem despesa nenhuma pros participantes?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Os participantes pagaram as despesas de almoço e de **coffee break**. Essas despesas sempre eram rateadas.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Naquela época o senhor era ainda funcionário da empresa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu ainda era funcionário, então, o café...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E o senhor se reembolsou dessas despesas junto à...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não tem reembolso. Essas despesas de confraternização eram pagas pelos participantes da confraternização.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O senhor não se reembolsou delas?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O senhor foi lá... E quem foi o tesoureiro dessa reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - É rateado na hora e todo mundo paga na hora. Não tem tesoureiro, não tem arrecadação de dinheiro. Fecha-se a conta e cada um paga. Deu x pra cada um e a pessoa paga. Assim é como sempre foi realizada as confraternizações em quatro anos que a gente participou.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Agora, quando chegou lá na reunião, o Ney, o Sr. Ney, voluntariamente, tomou a iniciativa de lavrar a ata ou foi um pedido seu?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, iniciativa pessoal dele. Não foi pedido pra ele fazer. Ninguém pediu pra ele fazer. Ele fez por livre e espontânea vontade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Levou o **notebook** dele debaixo do braço, foi lá e fez.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Levou o **notebook** dele e escreveu o que ele entendia das discussões, certo? Isso é o que estou dizendo. Pra mim é uma percepção única e exclusivamente pessoal, não é de consenso do grupo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E se eu dissesse ao senhor que ele disse ao contrário aqui.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ele pode até dizer, eu continuo afirmando que é o que eu disse pra Polícia Federal e essa é a minha afirmativa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Poderíamos fazer uma acareação, se necessário?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Para deixar claro só, Presidente, a decisão da acareação é de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não tem problema.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ... mas como o senhor submete tudo à apreciação do Plenário, da maneira mais democrática, estou querendo deixar claro aqui isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Agora, eu tenho duas dúvidas aqui sobre o conteúdo dessa ata de reunião, que eu gostaria que o senhor me tirasse. Aqui no... é um pedacinho aqui que diz o seguinte: "Existe muita divergência entre todos sobre planos de saúde, se devemos ou não pagar o preço para estar presentes nos moldes atuais, onde não existe exclusividade para os nossos produtos" etc. Pergunto: "para pagar o preço para estar presente". O que significa isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei, Excelência. Infelizmente, não posso responder.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É pagar pra ter o monopólio? Pra tirar essa UNIMED do...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei o que ele quis dizer com isso. Infelizmente, eu não posso dizer nada sobre isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Na leitura, o senhor fez a leitura dessa ata depois?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu fiz. Agora, entendimento dele. Eu não fui a fundo saber o que ele estava querendo com a informação ou não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Mesmo depois de saber o rumo que tomou aí essa reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Quando do rumo que tomou essa reunião, eu já estava fora da Companhia. O rumo que tomou, da ata, de divulgação da ata, eu já estava fora da empresa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E o senhor atribui a que essa reunião ter tomado esse rumo?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei. Não sei, isso eu não posso afirmar também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O senhor acha que a reunião, em momento nenhum, se tratou de formação de cartel, de combate aos genéricos, nada?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Com certeza, não era esse o objetivo, e acho que jamais as pessoas se reuniram para fazer isso. São grupos de amigos, de colegas da indústria farmacêutica, tanto que dentre os participantes tinha supervisores, tinha gerentes, participavam gerentes de treinamento, quer dizer, não era exclusiva de pessoas de área de vendas ou de área de promoção. Quer dizer, quem quisesse participar da reunião, ela era aberta. Não era específica pra gerentes de venda da indústria farmacêutica. E se for pegar da própria relação das pessoas que participaram, tem muitas pessoas que são supervisores de venda.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Uma última pergunta. Um outro trecho da ata aqui diz o seguinte: "existe um sentimento no grupo de normatizar algumas políticas ou práticas comerciais, visando bloquear truques conhecidos de

distribuidores". O que seria esses "truques conhecidos de distribuidores"? O senhor sabe?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não sabe também?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O senhor tá neste ramo de medicamentos há muito tempo?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu estou há trinta anos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Trinta anos.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Na indústria farmacêutica, viu?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, eu estou satisfeito no momento. Caso eu queira interpelá-lo, eu posso me reescrever?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agradeço a V.Exa. V.Exa. ocupou realmente seis minutos apenas, e desde logo concedo a palavra ao Deputado Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, colegas, Sr. Nilson, eu já disse antes, eu tou convencido de que a ABIFARMA não quer repartir o mercado dos genéricos com a indústria nacional de genéricos, tá? Não estou convencido ainda de que esta reunião tenha sido uma delas ou a principal para fazer parte da estratégia de combate, não estou convencido ainda, tá? Mas convencido, sim, de que a ABIFARMA não quer que cresça. Eu queria que o senhor me respondesse que desconto a Panarello dá... recebe dos laboratórios de modo geral, que desconto que ela dá à farmácia? Estou convencido também de que a área da distribuição ganha muito dinheiro, realmente muito dinheiro, tá? Evidente, graças ao empreendedorismo, a capacidade, o dinamismo dos seus diretores, mas que tem um fator pesado no aumento do custo do remédio não há dúvida nenhuma. Então, eu queria que respondesse em que faixa trabalha a Panarello em cima de desconto, se é especial para um segmento ou não.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O.k. A Panarello recebe hoje, em média, da indústria farmacêutica 16%. Esse é o desconto médio que ela recebe da indústria farmacêutica. Logicamente, a própria indústria, em determinados períodos, sazonais, produto de verão, produtos OTC, que eles chamam como divisão OTC

dentro das próprias indústrias, eles fazem campanhas promocionais para que a gente transfira esses descontos comerciais para o varejo. Então, o desconto médio da Panarello, hoje, para o varejo está girando em torno 4,5 a 5%, esse é desconto médio que consegue dar, porque esse é o tamanho das pernas que a gente pode fazer. Agora, isso sem falar nas promoções. A promoção médica, a promoção, desculpa, a promoção de produtos OTC, logicamente a indústria repassa para a distribuidora e a distribuidora repassa para o ponto de venda, repassa para o varejo. Isso é muito variável, quer dizer, tem produtos que ela repassa 40%, pede para repassar 30 ou 28, 30%, tem produtos que dá 25%, tem produtos que dá 12. Isso é muito variado, isso depende da época, do produto e do interesse da indústria.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu posso perguntar, Sr. Presidente? Como é que o senhor vê o livro BRASÍNDICE e o livro ABCFARMA, que, na verdade, lá ponta se dá desconto, os hospitais, farmácia recebem desconto de 30, 40, 50%, será que todos é promocional?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Para hospitais, dentro...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Hospitais, farmácias, porque tem o BRASÍNDICE, que dá... é cem reais um produto, e é aplicado lá na ponta, às vezes, até 60% de desconto...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Então, deixa eu falar...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Às vezes aplicam 80%, às vezes dão só 20% e o consumidor se rala e fica espremido nisso.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O.k. São dois aspectos, eu vou falar da Janssen, que eu não tinha responsabilidade nenhuma pelo mercado hospitalar. Na Janssen eu era responsável por distribuidores e varejos. Essa era a minha responsabilidade. Na Panarello, nós não trabalhamos no seguimento hospitalar, nós só trabalhamos no segmento varejo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - No varejo.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Está certo? Então, no varejo eu já lhe disse, a média de descontos praticados pela Panarello atualmente está girando em torno de 4,5 a 5%. E nos produtos de promoção, que são transferidos pela indústria, que a gente faz campanha da indústria. E aí o consumidor, ou seja, a farmácia pode repassar esse desconto para o consumidor e o consumidor ser o melhor beneficiado nisso. Esse é o ponto, esse é o ponto principal do projeto, quer dizer,

ninguém dá desconto só para passar para a farmácia. Quer dizer, a cadeia, como um todo, o objetivo é que o consumidor pague menos pelo remédio. Então, por isso as campanhas feitas pela própria distribuidora em consonância com a indústria pro consumidor pagar menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado; obrigado, depoente. Com a palavra o nobre Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Nilson, boa-tarde.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Boa-tarde.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor mora onde?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - São Paulo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A sede da Panarello é onde?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Goiânia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor, quando participou desta reunião, o senhor estava se desligando da Janssen-Cilag, o senhor já tinha acertado essa nova condição com a Panarello?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, eu acertei com a Panarello no mês agosto, e foi comunicado na própria Janssen no dia 16 de agosto a minha saída da Companhia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que o senhor disse, nesta reunião de julho, que o senhor estava trazendo uma pessoa nova para o seu lugar, se o senhor ainda não tinha acertado nada com outra?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu já tinha definido a minha saída da empresa no dia... em março eu já tinha comunicado a minha decisão de deixar a companhia e já tínhamos acertado que no 31 de agosto seria o meu último dia de trabalho na companhia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por essa razão o senhor levou o senhor... o senhor Ney nesta reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, essa foi uma das razões que o Ney estava substituindo depois, na sequência, o próprio Nilson.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Ney ainda não...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Mas ele já tinha participado de outras reuniões, de mais umas duas ou três reuniões já nesse processo de conhecimento das pessoas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas era um processo de iniciante dele.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Era um processo iniciante.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se ele era um iniciante, um neófito, por que ficou ele responsável pela ata, e não ficou um mais esclarecido responsável pela ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Mas não tinha um responsável por ata, ninguém responsabilizou qualquer pessoa por fazer ata. Isso nós já afirmamos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Será que ele fez por que era inexperiente?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A impressão que me dá é que isso pode estar muito ligado com a falta da experiência, com a necessidade de conhecimento do que estava sendo discutido, por isso é que são decisão, decisão, na minha interpretação, totalmente pessoais. Interpretação pessoal da forma de entender as coisas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ainda que ele não tivesse sido responsabilizado pelo conjunto para fazer a ata, o senhor percebeu que ele estava fazendo as anotações, não percebeu?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Percebi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E por que o senhor não o advertiu, então, que não podia fazer anotações porque era uma reunião reservada?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não só eu, várias pessoas do mesmo tempo de companhia, ou tão velhas quanto eu, que participavam há quatro anos das reuniões, ninguém se atentou em falar com ele pra não escrever nada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas acontece...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Quer dizer, não foi um ato, não é isolado meu. Não posso assumir totalmente essa responsabilidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sem ironia, numa reunião de macaco velho, o macaco novo pode quebrar toda a louça, né?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Pode, pode.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o senhor estava instruindo ele, devia ter instruído ele melhor.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, eu não estava instruindo ninguém, eu não tinha responsabilidade por instruí-lo sobre isso. Essa não era a minha atribuição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor leu a ata, né? A que ele fez?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu li, ele passou para eu dar uma leitura nas anotações dele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E aí o senhor fez uma revisão?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A revisão, eu já disse, consta aqui, eu tirei...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Basicamente, o que o senhor tirou da ata do neófito pra ata do (*ininteligível*)?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu tirei do texto dele a menção contra genéricos, porque não acredito que alguém lá dentro do grupo tenha falado esses termos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor considera, na condição mercadológica, o senhor considera genéricos e similares a mesma coisa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Pela legislação, genérico é diferente de similar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não. Não pela legislação. Na prática comercial, genérico e similar se confundem?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Se confundem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por quê?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sem dúvida. Hoje a gente está chamando similar de genérico, está certo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria que o senhor me orientasse: por que se confunde? Eu não entendo, eu sou macaco novo nessa história.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Genérico, no entender, no entender, não meu, Nilson, no entender mundial, são produtos com sal, substância ativa, que é a prescrição, o restante são marcas e marcas similares. Quer dizer, tem várias marcas no mercado, várias marcas, e são produtos similares. Tanto que a Panarello trabalha com todos os similares e trabalha com marcas, está certo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas todos têm sal, o genérico, o similar...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Todos têm sal. Agora, o genérico, pela legislação, tem que ter o sal. E tanto que nós estamos preparando para na hora que sair o genérico nós vamos montar uma estrutura de negócio para genérico. E nós acreditamos que o genérico seja um grande negócio, que vai beneficiar totalmente a população, porque sem dúvida deve trazer uma redução de custo para a população, para os mais carentes. O mercado deve aumentar de volume substancialmente, porque deve ter pagadores nesta conta. Então, nós acreditamos piamente no genérico como potencial de alavancagem do próprio mercado da distribuição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Queria cumprimentar o senhor por essa declaração final. Agora, eu li a ata mais de uma vez e eu entendi que o objetivo da reunião era tirar alguns distribuidores do mercado. É isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - É... no próprio depoimento que eu fiz...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não estou falando do depoimento, na ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Em hipótese nenhuma. Aliás, essa foi uma das participações que eu tive. Se pegar na ata, quem começou o trabalho (*ininteligível*) distribuição, falando de distribuidor, fui eu. Eu complementei depois, junto à Polícia, que o objetivo não era esse. É que o que a gente percebia? Que os distribuidores viviam momento de dificuldade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor me dá licença. Eu vou ler aqui o texto da ata, que diz: "Nilson", que é o senhor...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ..."comentou que o grande número de distribuidores por área de atuação gerando custo alto pra indústria".

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O.k.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, quer diminuir o número de distribuidores. Então, o senhor já estava preparando o terreno subsequente pro senhor, porque o senhor ia para uma grande distribuidora e queria tirar as pequena do jogo.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Em hipótese nenhuma. Aliás, eu tinha mais do que uma distribuidora sob visão para trabalhar, não era a Panarello. Não era só a Panarello. E aí, o que eu complementei... porque a discussão não foi nessa, é que o custo alto na distribuição faz com que a indústria precise estar cada vez mais estar cobrindo custos. E aí o produto sai caro para o consumidor. No momento em que se tem uma estrutura de distribuição que consegue fazer o negócio mais barato, quem ganha é o consumidor, porque o produto chega mais barato na ponta. Esse era o objetivo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Como a gente tem limitação de tempo, eu quero a resposta mais objetiva, se não eu perco o meu tempo e o senhor é bastante experiente. A Panarello alegou pressões da indústria para não vender similares?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nunca recebeu pressão?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, em hipótese nenhuma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A situação comercial da Panarello é boa e a situação geral da empresa nos vários aspectos, o senhor conhece?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu tenho essa informação também, que a situação é boa, mas eu não tenho detalhes da empresa ainda, não sei como ela está.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor é o quê?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu sou gerente comercial na Panarello e estou iniciando um processo. Eu tenho dois projetos na Panarello para fazer: um projeto, que está estabelecido para entregar em seis meses, que é um "cepeamento", que é uma forma de atingir o maior número de farmácias possível do Brasil; e o segundo projeto é montar uma estrutura de negócio para o mercado OTC, para o mercado de genérico, melhor dizendo. Então, dentro de seis meses eu posso, realmente, entrar dentro da empresa de cabeça e conhecer isso. Mas isso, hoje, tudo está atribuído ao superintendente, que é quem acompanha a situação da empresa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quanto tempo me resta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. já ocupou quase sete minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Sr. Presidente. O senhor tem conhecimento de que as farmácias têm pressionado a indústria com relação à UNIMED?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor conhece a situação de alguns laboratórios que estão criando dificuldades para vender para a Panarello em razão dos incentivos fiscais da região de Goiás?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, incentivo fiscal hoje é uma guerra. Essa é a guerra fiscal que todo mundo levantou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas nesta guerra fiscal, o senhor sabe de algum laboratório que está...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Dificultando?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...se negando a fornecer para a Panarello, alguma coisa?:

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não, não tem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor tem tido facilidade de comprar de qualquer laboratório?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Nós compramos praticamente de todos os laboratórios, são mais de 160 fornecedores da Panarello.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Para encerrar: o senhor disse, na resposta inicial ao Deputado Zuppo, que as pessoas que, quando ele perguntou do Sr. Ney, que ele era um dos envolvidos. Por que o senhor chama aquelas pessoas que participaram da reunião de envolvidos? Envolvidos em quê?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Envolvidos em quê? O senhor pode repetir de novo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor afirmou, na primeira resposta ao Deputado Zuppo, que o senhor e o Ney era um dos envolvidos naquela reunião. Envolvidos?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Envolvido, no termo que eu quero colocar, é participante.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah! Não é envolvido em nada, era só como participante?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não em hipótese nenhuma, era participação do processo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Nilson...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu estou invertendo. O único que pode reclamar aqui é o Deputado Alceu Collares, que havia permutado com ele, entendeu? Agora, se a permuta foi para a primeira, então, não há permuta agora? Tem V.Exa., então, a palavra, Deputado Alceu Collares.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu sou difícil de dar, e quando faço uma *(ininteligível)* dessa é uma vez só.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, só para esclarecer.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu imagino que as pessoas tenham entendido a oportunidade de ocupar o meu espaço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só para esclarecer, para não ficar mal entendendo. A minha inscrição era ao final e eu permutei, no primeiro depoimento, com o Deputado Alceu e passei para quinto ou sexto na troca. Eu não estou querendo discutir...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É uma lista única.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou esclarecer...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Posso falar, inclusive, por último.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou esclarecer. O problema é o seguinte: na reunião, no depoimento anterior, o Deputado Alceu Collares, que estava bem posicionado entre o quinto, cedeu para o Deputado Robson. Agora, essa permuta é em definitivo, vale para as duas reuniões?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Só valeu para aquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, não tem V.Exa. a palavra, Deputado Alceu, tem Robson Tuma, então, se só valeu para aquela reunião. Porque o Deputado Tuma está realmente lá embaixo, e como é de traz para frente.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu colaborei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu retribuo a gentileza do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu agradeço Deputado Tuma, tem V.Exa. a palavra, Deputado Alceu.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Do Deputado Tuma não podia se esperar uma outra postura que não fora essa. Bom, nós estamos diante já de elementos capazes de levar a Comissão Parlamentar de Inquérito à tipificação de um cartel existente. Tem elementos capazes de nos permitir que todas essas manobras e artimanhas, construções e artifícios são normais em agrupamentos, que o monopólio, o oligopólio, o cartel, o **dumping**... Isto é normal no capitalismo. Só que para a CPI se constitui num crime, num crime. E depois desse descuido que ocorreu nesta reunião, que resultou na saída do Sr. Nilson, que estava antes já com a disposição de sair, e que aquele que foi pela primeira vez, sem a grande experiência, abriu o jogo. Ele perdeu a oportunidade provável de quantas reuniões feitas no sentido de que se tomassem decisões, e esta reunião, com todos esses cuidados, ela foi uma reunião especial, porque as outras se realizavam para jantares, para almoços, mas esta foi especial porque foi na Fundação Getúlio Vargas, foi na Fundação Getúlio Vargas, né? E como a ata passou pelas mãos de V.Sa. e V.Sa. fez correções, no meu entendimento, assumiu com o Ney a autoria desta ata e toda a sua integridade. E fez uma correção exatamente naquilo que hoje é o fato alarmante, que pode caracterizar — no meu entendimento, caracteriza — o cartel existente. A preocupação de um grupo de grandes laboratórios no sentido de dominar totalmente a praça ou o mercado. Então, o que eu pergunto: V.Exa. se considera como autor da ata porque fez correções? E se fez correções, o que ficou registrado antes passou a ser de dupla autoria do Sr. Nilson e do Sr. Ney. Só com a correção da expressão mais agressiva, por descuido dele, por desconhecimento de que não era o movimento contra os genéricos, mas, sim, de remédios éticos ou de marcas éticas... A pergunta que lhe faço: o senhor é ou não autor daquela ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não sou autor. Fazer a correção de uma linha não significa ser autor de todo um texto, que eu não sei o que que ele quis interpretar com todas as outras anotações.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Bom, quem vai decidir isso é a Comissão e, evidentemente, a Justiça, ao final, na tentativa de caracterizar que alguém possa, num documento, faz uma correção lá no rabo do documento, no fim do documento e não assume o documento todo.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Ah, não tenha dúvida. Eu tenho certeza. O senhor leu todo o documento?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu li o documento. Pra mim, o que ele tava registrando eram informações única e exclusivamente pessoais. Não era nada para ser divulgado no mercado, e é entendimento dele. Eu não fui pra discutir com ele o que que ele tinha entendido do negócio.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas por que o senhor não rasgou o papel e disse pra ele: "Olha, isso aqui não presta".

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Poderia ter feito.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Porque o senhor botou o seu nome quando o senhor fez correções. E o senhor admite que fez a correção naquilo que era uma confissão de que a reunião se dera pra combater o genérico?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não pus o meu nome em nenhum papel, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas o senhor admitiu.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Admiti. Eu fiz a correção, mas não pus o meu nome em nenhum papel. Não existe nada assinado por mim.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Qual é a diferença que tem que o senhor tá assumindo a autoria entre colocar o seu nome, não colocar o seu nome e assumir a autoria?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não fiz ata. Essa é a minha posição.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O senhor não leu o documento todo?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu li o documento.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O senhor concordou com todo o documento e só fez aquela correção?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu fiz aquela correção, o restante é entendimento dele. Eu não fui sentar com ele pra discutir o que que ele tava

entendendo daquilo. Eu fiz uma correção, que eu achei abusiva, porque, em nenhum momento, acredito que qualquer participante do grupo, que qualquer cidadão brasileiro possa ter, pelo menos, imaginado em se fazer qualquer comentário contra genéricos. Não existe forma de trabalhar contra genérico que uma lei. E a reunião não tinha esse foco.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Só esse fato é que permitiu....

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Isso foi o que me chamou a atenção, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - E o resto não chamou a atenção?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O resto, pra mim, não chamou a atenção.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Então, concordou com ele?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não me despertou atenção que pudesse provocar tanta confusão em termos de interpretações.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas não há como desvincular o fato de se fazer uma correção num documento sem que tenha passado pelo raciocínio, pela interpretação da criatura humana todo o texto e com ele concordado, porque se não não faria a correção ao final e rasgava e diria pra ele: "Olha, tu é incompetente. Como é que você vai fazer uma coisa dessa?" No meu entendimento, aí está exatamente o fator. Outra pergunta que eu lhe quero formular, que V.Exa. está dizendo que não é autor da ata. Quando eu for votar aqui, eu vou colocar o meu voto a favor de que a ata tem dois autores: o Sr. Nilson e, sem dúvida alguma, o Sr. Ney; na integralidade, com toda a responsabilidade de um documento que veio provavelmente por descuido e, mais do que isso, sem dúvida alguma, toda a construção feita da saída de um e da entrada de outro e da repressão ou repreensão que sofreu o Sr. Ney foi, sem dúvida alguma, o mínimo que as empresas podiam fazer pra tentar diminuir o impacto da confissão da cartelização que estava acontecendo exatamente com um grupo altamente especializado para a tentativa de tomar conta do mercado... Até está dito que algumas dessas distribuidoras precisavam sofrer correções, porque estavam com posturas não totalmente de acordo com aquilo que os laboratórios exigiam. Então, o que eu tenho a formular como pergunta hoje, (*ininteligível*). Quero afirmar mais, quero fazer mais uma pergunta. V.Sa. não se considera autor da ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não me considero.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Alceu Collares. Com a palavra o Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sr. Presidente, o volume de questionamentos sobre essa famosa reunião, realmente, já tá um volume considerado. Os Srs. Parlamentares todos estão fazendo indagações a esse respeito. O Deputado Alceu Collares acaba de fazer realmente uma intervenção veemente, para nos esclarecer — o que tá difícil, porque nenhum dos depoentes aqui trouxe, realmente, de forma convincente, um esclarecimento; pelo contrário, se busca, de todas as formas, desqualificar essa reunião. Ninguém escreveu ata, ninguém fez nada. Enfim, foi uma reunião de conagração. Bom, mas eu gostaria, já que o senhor depoente agora está numa distribuidora chamada Panarello, não é isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Qual é o cargo do senhor nessa distribuidora?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Gerente comercial.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Como gerente comercial, o senhor tem uma idéia, pelo menos, do faturamento anual dessa distribuidora?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não tenho. Faturamento, ainda não sei. Nós estamos fechando agora o resultado de 99. Talvez depois eu possa até lhe afirmar.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Há quanto tempo o senhor está nesse cargo de gerente comercial?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Quatro meses. Com dois projetos específicos.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Em quatro meses, o senhor não tem idéia de quanto é o faturamento anual dessa distribuidora?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ainda não estou envolvido com a venda, especificamente. Eu estou montando dois projetos.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Sim, mas faturamento de uma empresa, quer dizer, eu imagino que o senhor é um executivo respeitado no setor farmacêutico. Veio de um grande laboratório. Como é que o senhor assume o cargo

de gerente comercial e sequer não procura saber dessa informação, que é elementar?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O.k. Eu sei hoje do faturamento desses meses. Eu sei que a Panarello está faturando, em média, bruto, 130 milhões. Esse é o faturamento bruto, desses meses. Agora, daí, é só fazer as contas do restante. Isso é agora.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Obrigado. Muito bem. Sr. depoente, uma das... um dos itens mais importantes hoje em qualquer empresa, principalmente no setor que V.Sa. está atuando, que é gerência comercial, chama-se inteligência competitiva, que nada mais é de que o monitoramento do que acontece no mercado. Quer dizer, o senhor, como gerente comercial, pra ter um bom desempenho, tem a obrigação de saber o que se passa no mercado dos seus concorrentes. O senhor poderia fazer pra nós uma análise sobre o nível de preço, se... Vou facilitar mais ainda a pergunta. Nesses quatros meses, o senhor chegou a identificar, dentro desse processo de inteligência competitiva, se os preços praticados pela sua distribuidora são menores de que os das concorrentes?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. Nós não temos essa avaliação dos outros. Eu sei, dentro da Panarello, qual é o limite da Panarello. Eu sei o que os outros fazem, mas quanto...

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O senhor não conhece, então, os dados dos concorrentes?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - ... os outros estão recebendo eu não sei.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Então, a Panarello não pratica inteligência competitiva?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Pratica. Eu não sei o que os outros estão conseguindo de condição comercial pra dar qualquer condição de mercado. Isso eu não. Mas, dentro da Panarello, eu trabalho com a minha condição de mercado.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Tudo bem.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Se eu não consigo um bom desempenho, eu vou chamar a indústria pra recorrer, pra tentar negociar, pra fazer uma melhor negociação.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O.k. Os 130 milhões de faturamento é mensal, não é?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Esse é o faturamento dos últimos meses da Panarello, bruto.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - O senhor conhece, dentro da Panarello, o senhor tá recente lá mas talvez conheça esse cidadão que eu vou mencionar o nome. Só quero que o senhor diga se conhece ou não. O Sr. Rivas Resende da Costa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Rivas é o Superintendente da Companhia. Esse eu conheço.

O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Salatiel. Obrigado, depoente. Com a palavra o Deputado Renildo Leal. Estou gostando de que os Srs. Deputados têm economizado o tempo, em benefício de todos. Fico satisfeito e espero que isso não seja em prejuízo, obviamente, dos trabalhos.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem todo o tempo. V.Exa. é um dos elogiados mesmo, *(ininteligível)* metade do tempo. Com a palavra o Deputado Renildo Leal. (Pausa.) Ausente S.Exa., com a palavra o Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator. Sr. Nilson, o senhor trabalhou quanto tempo no Laboratório Janssen?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - De março de 77 a agosto de 99. Praticamente 23 anos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - 23 anos. Então, o senhor tinha um conhecimento autêntico da pessoa do Sr. Ney?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu tinha, conhecia o Ney.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Conhecia o Ney?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Trabalhou com ele 15 anos?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Trabalhamos 15 anos.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Muito bem. Eu só queria uma informação do senhor, e aqui eu vou usar a expressão, com todo o respeito às

colocações feitas aqui pelo nobre Deputado, ex-Governador Alceu Collares, a quem eu tenho uma admiração muito grande, mas me permita, Deputado Alceu, usar a expressão do Deputado Salatiel Carvalho: eu gostaria de saber quem que está mentindo. No depoimento à Polícia Federal, o Sr. Ney, ele disse textualmente, está aqui, eu tenho o depoimento dele, que o senhor, Sr. Nilson, "pediu que ele levasse o seu **notebook**, a fim de anotar os temas discutidos e passar para ele". Quer dizer, devolver para o senhor. No seu depoimento, o senhor nega isso. Aqui o senhor já negou que o senhor tenha feito esse, tenha tido esse comportamento. E depois aqui o depoente Ney, ele reafirmou que foi ordem do senhor levar o **notebook** e ali fazer as anotações do que transcorria naquela reunião, e o senhor nega. Obviamente que essa ata chegou em suas mãos depois — o senhor confirma aqui no seu depoimento, inclusive à Polícia Federal. Eu pergunto ao senhor: quem que está mentindo, é o senhor ou o Sr. Ney?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu continuo afirmando o que eu disse à Polícia Federal. Quer dizer, o levar o **notebook** foi uma decisão única e exclusivamente pessoal. Não foi por minha solicitação.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor nega, então. Não foi...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu mantenho o meu depoimento à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não foi pela sua solicitação?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. E mantenho o meu depoimento à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Então o senhor, textualmente, está dizendo que o Sr. Ney está mentindo. Ele mentiu à Polícia Federal?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não estou dizendo. Eu mantenho o meu posicionamento em relação à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - É. Sr. Presidente, eu gostaria que deixasse consignado em ata que ou o Sr. Nilson ou o Sr. Ney estão mentindo; estão mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A pergunta de V.Exa. está registrada e a resposta também, para exame e análise dos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O.k. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. e com a palavra... Ah, perdão.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Eu tenho mais um tempinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, tem. V.Exa. disse que era a última pergunta.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, desculpe. Tem V.Exa. a palavra, pelo amor de Deus.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Quanto tempo o senhor tem em memória, mais ou menos, que o grupo se reunia pra discutir estratégia, desenvolvimento, problemas enfrentados aí pelos laboratórios?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Inicio o meu depoimento à Polícia Federal dizendo exatamente isso, há quatro anos eu participo dessas reuniões, desses encontros com o grupo de gerentes pra confraternização, pra troca de experiência, pra relacionamento. Então, são quatro anos que eu participo com mais ou menos pessoas.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Quando o senhor fez algumas alterações na ata, o senhor disse à Polícia Federal que resultaria de uma nova ata. Significa que o senhor concorda com o texto da nova ata.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu disse que eu fiz uma alteração. Não discuti com o Ney Pauletto que intenção ele tinha em fazer aquele registro; se isso seria pra ser divulgado ou não. Então, eu não me ative a isso. Eu estava exatamente num processo de saída da companhia, com mil coisas pela cabeça, sem me preocupar muito. Talvez esse tenha sido um deslize não ter discutido.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O senhor conhece a Natali?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim, era secretária de Ney, Nilson e Rubens Rochini.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Do senhor também?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Foi o senhor quem a designou para que ela passasse os **e-mails** convocando todas as outras distribuidoras?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - As outras distribuidoras?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Desculpe, as outras indústrias.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim. Eu é que solicitei a ela que fizesse a comunicação, reservasse um local e fizesse a comunicação pra todo

mondo, pedindo pra informar o local do conagraamento do grupo, e ela escolheu Getúlio Vargas.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Depois disso, depois dessa reunião, o senhor ficou mais quanto tempo na empresa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu fiquei na empresa trabalhando, efetivamente, até o dia 16 de agosto, que foi quando foi comunicado o meu desligamento da companhia.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Dezesseis de agosto. Então, portanto, o senhor já estava fora da empresa quando aconteceu a reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, a reunião foi dia 27 de julho.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ah, 27 de julho. Desculpe, não é setembro.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Disse que eu estava fora da empresa quando surgiu a divulgação da ata.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Está certo. Quando o senhor estava presente na reunião, um dos temas tratados na reunião, o senhor deve ter conhecimento, porque o senhor leu a ata e refez alguns tópicos da ata, vocês tinham uma preocupação muito grande, e o senhor coloca aqui claramente, já nas palavras pelo senhor proferidas, de que a preocupação era na questão dos genéricos. É o que eu até agora ouvi da parte do senhor. Mas olhando a ata que foi distribuída, e, com certeza, com a aquiescência ou com a anuência do senhor, uma vez que o senhor fez as correções, aqui diz textualmente que, em alguns tópicos, e eu quero tomar um apenas pra não tomar muito tempo, "o distribuidor que trabalha com a linha de laboratórios éticos não deve trabalhar com genéricos de Teuto e Neoquímica. Todos os gerentes de vendas estarão reforçando aos seus distribuidores a importância de mantermos padrão de..." — não dá pra entender aqui — "na distribuição, de eticidade na distribuição. Nas redes, cada gerente de vendas deve explicar a posição do seu laboratório quanto ao programa do Teuto e Neoquímica". Depois vem mais. Eu queria saber do senhor o seguinte: o senhor, até então, colocou pra nós da Comissão que a preocupação dessa reunião era no que tange à questão dos genéricos. Mas eu vejo aqui que existia também a preocupação dos distribuidores. E em tão boa hora, com pouco dias depois, o senhor vai para um dos grandes distribuidores que existe no País. Qual os meandros, qual o interesse desse grupo se reunir e discutir exatamente um tema

enfocado, uma vez que o senhor chamou para a reunião, convidou para a reunião, o senhor sendo um diretor de uma empresa por mais de 30 anos, ou 25 anos, sabendo que o senhor já estava em processo de desligamento, indo para um distribuidor, o que que passou nesse momento aí pra debater esse assunto nessa reunião? Eu gostaria de saber do senhor.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu já disse no início que os assuntos eram colocados aleatoriamente e perdia o interesse no momento em que a pessoa que fez a interrogação ou o interrogatório já ficava satisfeito com o processo. Quer dizer, não existia uma pauta específica pra discutir um ou outro assunto. Eles surgiam, entravam em discussão e desapareciam. Esse era o processo comum de todos os eventos que a gente participava. Em todas as confraternizações a gente senta e discute. Quer dizer, num grupo de pessoas, isso acontece e tem discussões normais nesse processo. Sobre a parte relativa à distribuição, quer dizer, a única coisa, eu aceitei fazer essa, participar dessa última reunião exatamente porque eu tava demissionário, tinha um relacionamento forte com todas as pessoas e eu aceitei fazer essa coordenação desse último evento. Só por isso. Mas não tem nenhuma ligação o encontro dos gerentes, porque muitos nem sabiam que eu estava saindo da empresa. Outros sabiam, ninguém tinha certeza para onde eu iria trabalhar, se iria pra distribuidora ou não. Então, não tem nenhuma ligação, nem a Panarello com a reunião, nem a reunião com qualquer processo da minha saída de dentro da companhia.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pois é. No interrogatório do senhor, que o senhor deu à Polícia Federal, o senhor diz textualmente que o senhor "abriu os debates em torno dos distribuidores, destacando, além do ponto que lhe é atribuído na ata", palavras do senhor.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certo. Isso.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - ..."que a redução dos custos de distribuição significaria produto mais barato para o consumidor e que, naquela época, um grande distribuidor de São Paulo estava sendo fechado, três distribuidores sendo comprados por concorrentes da Região Norte e Nordeste e um no Centro-Oeste" e tal. O senhor sabe dizer qual é esse distribuidor que estava sendo fechado em São Paulo, o senhor lembra?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Lembro. Esse distribuidor que fechou em São Paulo foi a Predimar. É um dos maiores distribuidores.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ele foi absorvido por outro?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, ele fechou.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Fechou?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Fechou.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - E qual era esses outros aqui que estavam sendo....

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Outro distribuidor negociado em São Paulo foi K+F; outro distribuidor que tinha sido negociado em Norte/Nordeste, Majela; outro, Sofarma. No Centro-Oeste nós tivemos a Bemar(?) sendo negociada. Então, a preocupação que a gente tava tendo é que, se continuasse nesse ritmo, acabariam os distribuidores no Brasil. Então, a preocupação era o inverso, é como salvar o processo de distribuição no Brasil. Isso é o que a gente tinha como meta.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Está certo. Então, o senhor afirma pra Comissão todinha de que o objetivo daquela reunião convocada, reunida e presidida, vamos assim dizer, uma vez que o senhor reabriu os trabalhos debatendo a questão dos distribuidores, já tinha o intento, uma vez que o senhor estava indo para um grande distribuidor, e o senhor reafirma aqui no depoimento que o grupo não estava pretendendo organizar os distribuidores, uma vez que o senhor estava de ida, de passaporte acertado para um grande distribuidor.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O.k. Não tem nenhuma relação e eu volto a afirmar. A discussão sobre distribuição que aconteceu porque foi sugerido pra discutir sobre distribuição, que era uma preocupação das pessoas, era de como salvar a distribuição, como ajudá-los a se sustentar no mercado, porque, quanto menos distribuidores ficam, mais dependente fica a própria indústria, a própria farmácia de poucos distribuidores. Quanto mais distribuidores, mais produtos baratos chegam pro consumidor, certo?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V.Exa. já gastou 11 minutos, tem um minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Um minuto. Eu só queria saber do senhor, uma vez que o senhor refez a ata, o que que o senhor interpreta pra nós essa questão do grupo 1, grupo 2, grupo 3? O futuro centro, é, certo, futuro deve ser assumir o varejo, assumir varejo e tal. E quem pode ser absolvido, e quem

fecha, como vocês chegaram a essa conclusão? É a última pergunta que faço, agradecendo a oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu é que agradeço ao senhor. Com a palavra ...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - No fundo, é como o grupo poderia ajudar esses distribuidores a não chegar nessa situação. Essa era a discussão. Então, a tentativa era: se acontecer isso no mercado, nós vamos ficar muito dependentes. Como nós poderemos ajudar esses distribuidores a não fecharem? Como nós poderemos ajudar esses distribuidores a se profissionalizarem? Como nós poderemos ajudar esses distribuidores a não serem vendidos? Nós precisamos de distribuição nas áreas. Esse era o objetivo da indústria. Tanto que a seqüência era começar a convocar os distribuidores pra tentar enxergar como é que era o processo de trabalho, o que que poderia fazer pra ajudá-los, como é que poderia reduzir custo. Esse era o fundamento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado.

Com a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, eu quero começar por aquilo que foi definido pelo senhor como um conagraçamento e que já tinha ocorrido durante quatro anos com a sua presença em outras oportunidades. Evidentemente, cada um faz o que gosta. Agora, conagraçamento numa escola, com **coffee break** e pauta, está mais pra reunião ou pra conagraçamento, na sua concepção?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - De novo vou dizer o seguinte: nós sempre nos reunimos em restaurantes, sim, em hotéis, sim, e está escrito isso no meu depoimento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas veja...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Deixa eu explicar. Então, nós nos reuníamos em hotéis, em restaurantes, em churrascarias e, normalmente, eram reuniões que duravam quatro, cinco, seis horas, e é reunião de conagraçamento. Quer dizer, nessas quatro, cinco, seis horas, muito se discutia. A razão específica por que a secretária Nataline reservou a Fundação Getúlio Vargas é porque era próxima ao restaurante; a gente almoçou...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas o senhor mantém, veja, vamos ganhar tempo, o senhor mantém que era conagraçamento, é isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - É um conagraçamento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. No hotel, os senhores se reuniram no quarto ou numa sala que, normalmente, os grandes hotéis têm para fazer reunião, com mesa, as pessoas em volta da mesa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, reunia, pra fazer um... numa sala de pré, pré-janta, tá certo?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E sala que tinha cadeira...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Cadeira, pra fazer **cocktail**, tá certo? Fazia o **cocktail**, depois entrava...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E normalmente ficam ali os elementos do **coffee break** pra fora da sala. Quem quer, vai lá pega um cafezinho, uma bolachinha e volta. Então, esses eventos, que todos nós aqui, talvez, já tenhamos participado, na minha opinião — e quero registrar —, são reuniões.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Na realidade, era um ponto de encontro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso, um ponto de encontro. Perfeito.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agora, vamos em frente. O senhor aqui afirmou que o Sr. Ney foi e levou o seu **notebook** por motivação própria e que ele fez também a ata sem a sua orientação e que, portanto, é de responsabilidade inclusiva dele, ainda que o senhor, em dado momento, tenha feito uma observação. Ocorre que no depoimento do Sr. Ney, na Polícia, ele disse que foi o senhor que orientou. Agora, evidentemente que aí, com a acareação que já foi levantada e, com certeza, será proposta e, acredito, será feita entre os dois, talvez desse um empate, na melhor das hipóteses para o senhor. Só que há aqui um depoimento, também na Polícia, do Sr. Lourival Stanger(?) Júnior, onde ele diz que, no início da reunião, Nilson mencionou que seria elaborada uma ata dos assuntos discutidos, sendo contestado pelos participantes, dado o caráter informal que sempre revestiu esses encontros. Minha conclusão: todos estão escapando como o diabo da cruz de que era uma reunião, de que tinha uma ata e de que todo o mundo era contra. O senhor também tá nessa lógica, todos estão fazendo isso. Só que aqui o Sr. Lourival atribui ao senhor a responsabilidade. Veja, a sua secretária, que não era só sua, ela faz uma convocatória onde ela explicita a ata. Eu vou ler

aqui, por **e-mail**, ela diz: "Trataremos dos seguintes assuntos: distribuição, cenário, varejos ,pressão, UNIMED, informações, receituário, genéricos, Teuto, força, vendas, sindicalizados. Caso você tenha alguma sugestão em relação aos assuntos a serem discutidos, favor nos comunicar". Bom, no final, ela coloca, entre aspas, "Extremamente confidencial". Veja, então, a sua secretária, que o senhor admitiu há pouco, que estava sob sua orientação pra fazer a convocação deu a pauta coincidente com a ata e avisou que era extremamente confidencial. O senhor tem ou não tem responsabilidade direta sobre a elaboração da pauta e da ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu continuo afirmando meu depoimento que eu fiz na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não surpreende, mas, veja, não nos surpreende.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A Natalie recebeu como orientação fazer a convocação, e a convocação era pra confraternização, como sempre foi feito. E pra reservar um local específico pra reunião.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É uma confraternização diferente a que os senhores fazem, porque com pauta e reunião pode... em horário comercial, recebendo salários das indústrias, tendo a conta paga pelas empresas. O senhor estava a trabalho. Até porque, veja, com a função que os senhores tinham, os senhores eram da equipe de chefia da cúpula da empresa. Portanto, falavam em nome da empresa. Porque o senhor não foi escolhido pela sua simpatia, ainda que a tenha; pelo seu grau de amizade que o senhor tinha e tem. Isso pode ter motivado a sua contratação na Panarello, sei lá como chama. Agora, veja, aqui a convocação e a recomendação. Aí o senhor fala que revisou a ata, mas não tem compromisso, porque tava na cabeça, o senhor não discutiu o que ele queria dizer. E o senhor sugeriu que retirasse ali a campanha e o boicote aos genéricos. Agora, é evidente que as pessoas com maior ou menor experiência — o senhor está entre os que têm maior experiência — sabia que aquilo não precisa nem ser dito. Porque é público e notório que a indústria farmacêutica internacional faz o enfrentamento com os laboratórios nacionais e, praticamente, a Teuto e a outra que estavam sendo citadas ali. Agora, por que é que não foi tirado da ata pelo senhor que "cuidado, não pode ser formalizado aquilo que tava resumido na ata"? Porque aquilo era uma orientação precisa, boa de ser seguida.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Primeiro...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Porque o senhor, veja, como disse aqui o Deputado Alceu, não é possível que o cérebro humano não fosse atiçado.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agora, atiçado pra quê? Porque vocês sabiam o que tavam fazendo. Era uma reunião de trabalho, na minha opinião. Ao final, teve conclusões. Sabe por que eu tô dizendo isso? Eu quero que o senhor me conteste no seguinte ponto: qual é a empresa... o senhor acreditava que a sua empresa, né, que o senhor representava naquele momento, ela sozinha tinha condições de enfrentar as distribuidoras, ou os laboratórios que faziam a propaganda desleal, como caracterizou aqui o Sr. Ney. O senhor acha que uma empresa sozinha enfrenta isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Volto a afirmar o seguinte: primeiro, as reuniões, conforme já disse, eram rateadas as despesas e cada um pagava a sua própria despesa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O Sr. Ney pagou a despesa dele?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ele pagou a despesa dele.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ele foi ressarcido pela... pela empresa ?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Que eu saiba, não. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor foi?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A mim não foi. E o pessoal certamente pagava essa despesa e não debitava. Eram reuniões de confraternização, e em confraternização não se cobra. Então, nós não estávamos lá representando nenhuma companhia. Eu não estava falando em nome de Janssen-Cilag. Acho que nenhuma das pessoas que estavam presente tavam dizendo. Mas eu, pessoalmente, nunca fui colocado pra falar em nome de Janssen-Cilag. A participação era exclusivamente por decisão também pessoal de quem quisesse ir a esses encontros de confraternização.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor não acha estranho — me permita observar —, veja, o senhor conhecia todo mundo, até que o senhor era uma pessoa antiga ali na área, e foi, inclusive recebeu a delegação pra fazer a convocação.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agora, todos nós temos amigos ao longo da vida. E o senhor, quantas vezes o senhor viaja pra rever amigos, pra fazer conagração fora da área farmacêutica, sem ter a ver com a questão profissional? O senhor podia nos relatar, e provar, que o senhor viajou, por exemplo, ou pra Porto Alegre, ou pra Belo Horizonte, ou até mais próximo, pro Rio de Janeiro, morando em São Paulo, pra fazer reuniões de confraternização com a sua turma de formados, com colega de infância, reunir a família no Natal. O senhor podia dizer quantas vezes o senhor viajou? Pra onde foi?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu, todos os meus Natais, à exceção desse último, que eu não tinha férias, mas todos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Natal foi benevolência minha...
(Intervenções paralelas ininteligíveis.)

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Mas todos os anos a nossa família se reúne.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, a família, não, eu falei amigos. Eu falei... eu erreí. Amigos, o senhor se reúne pra conagração com amigos de longa data ou de pouca data, que não seja nenhum dos farmacêuticos?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A gente continua conseguindo fazer amigos dentro daquilo que trabalha.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas fora disso, o senhor nunca fez conagração com outras pessoas, fora da indústria?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não tem, mas o que que acontece? Normalmente os amigos que a gente consegue fazer, onde estão? Eu passo oito horas, nove horas, dez horas no local de trabalho. Então, ou era com os gerentes da indústria farmacêutica, ou era com o pessoal da nossa indústria. Então, vamos dizer, como é que se faz... a situação é bem essa: várias vezes nós participamos do grupo da própria empresa, fazendo reunião de conagração, que é onde eu consigo formar o meu círculo de amizade, onde eu trabalho.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Entendo. É que, veja, é estranho, pra dizer o mínimo, e na minha opinião não é verdade a informação, que era uma reunião de conagração, porque as pessoas viajavam de outros Estados, segundo o seu depoimento, pagavam do próprio bolso, né, pra fazer um conagração onde tinha pauta, onde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu queria advertir que V.Exa. já gastou dez minutos, tem dois para concluir.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu agradeço o alerta, Sr. Presidente. Então, na minha opinião, os elementos de convicção é que era uma reunião de trabalho, porque era em horário comercial, horário comercial, e tem toda a característica de uma reunião de trabalho. Eu vou dizer pro senhor que no PT, quando a gente reúne em hotel, é assim. Talvez a única diferença é que a gente não começa na hora, talvez vocês tenham começado na hora. Então, tem **coffee break**, faz a reunião até o almoço, depois almoça, depois volta. E tem uma pauta que é debatida, tão democrática quanto a de vocês.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - É, por mais de uma vez nós nos reunimos em horário de almoço. Então, isso pode ser uma falha do próprio grupo, mas nós fizemos vários congraçamentos em horários de almoço. Encontrando 10 horas, encontrando às 11 horas, e chegando de volta mais tarde.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu quero perguntar ao senhor, finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria, respeitosamente, que o senhor apusesse aí, num papel, pra Presidência e o Relator, o seu visto e a sua assinatura, pela pergunta que eu vou fazer a seguir: nesta convocatória mandada pela secretária, tem aqui uma assinatura, uma rubrica, e o nome dela é Natalina Natalie. Sem fazer um prejulgamento, eu estou vendo aqui um "S", que tem no seu nome, que é Silva. O senhor poderia fazer aí algumas rubricas do seu uso cotidiano? E pergunto e peço pra algum funcionário mostrar pro senhor se essa rubrica é sua ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Sr. Secretário quer providenciar a vinda desse documento à Mesa, por gentileza? Dr. Nilson, por gentileza. Essa rubrica, essa aqui embaixo ao pé da página?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Tá datada aí, tem uma rubrica. É da senhora Natalie, o senhor trabalhou tantos anos com ela? É da Natalina, não é?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei de quem é.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor não conhece a rubrica da Sra. Natalie?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quando ela despachava com o senhor, ela não assinava? Assim, olha, mandava um bilhetinho: "Olha, tem alguém esperando", e não assinava, não tinha, por método, a assinatura?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Com certeza, não é dela.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Com certeza, não é dela. Agradeço, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., nobre Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Iris Simões.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Nilson. Sr. Nilson, eu gostaria de perguntar ao senhor, antes de me ater a uma ordem que eu coloquei: o senhor saiu do laboratório Janssen que dia?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A minha demissão: dia 31 de agosto de 99.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Trinta e um de agosto.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - No dia 16 de agosto foi publicamente divulgada a minha saída da empresa.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E o senhor saiu sem ter um outro trabalho em vista?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, nessa época, no dia 16 de agosto eu já tinha acertado com a Panarello.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas quando o senhor pediu demissão, na reunião de 27, o senhor já era uma pessoa que já se considerava fora da empresa. Já tinha feito a sua opção?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - No dia 5 de março de 99 eu me considerava uma pessoa fora da empresa.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas não tinha comunicado à empresa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Tinha. Foi quando eu comuniquei à empresa a minha decisão de deixar a companhia. Quando eu chamei o meu...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Isso é que eu queria entender: se o senhor quando saiu da empresa, de fato, já tinha outro emprego em vista.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Quando eu chamei o meu diretor comercial pra dizer a ele da minha decisão de deixar a companhia foi em 5 de março de 99.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Já tinha um emprego em vista?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não tinha nenhum emprego à vista. Eu tinha uma série, uma série de possíveis oportunidades.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Tá certo. É que... O salário do senhor era 11 mil e 500 reais? Eu achei... eu fiquei estranhando, porque era um salário bom, e o senhor sair de uma empresa, por livre e espontânea vontade, e procurar um outro emprego, ficar desempregado. Mas o senhor não ficou desempregado?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não fiquei desempregado em todos os meus trinta anos de serviço.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Muito bem. Sr. Nilson, foi o senhor que mandou nem anotar a ata da reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Já afirmei que não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor sabia que ele estava anotando?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Vi que ele estava anotando.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E o senhor não falou nada, mesmo assim?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. Tanto eu quanto ninguém do grupo.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Ninguém antes tinha anotado, ninguém tinha feito ata nas reuniões anteriores, nos quatro anos?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Que eu saiba, não. Não é do meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E quando é que o senhor tomou conhecimento da existência da ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu tomei conhecimento, publicamente, junto com todo o mundo em agosto, quando ela se tornou pública, que era uma ata divulgada.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor não falou agora há pouco que o senhor viu ele anotando?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, que era uma ata divulgada. Eu vi ele anotando, isso eu já afirmei também, fiz correções, já afirmei, e, na minha percepção, isso era anotações pessoais.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E quando o senhor fez as correções?
Que data?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ah, precisamente, eu não sei.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Que mês? Logo em seguida? No mês...
foi 27 de julho? O senhor fez em agosto?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei a data.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor estava na empresa ainda, ou
não?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu ainda estava na empresa.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O seus superiores sabiam da reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sabiam que a gente estava tendo um
encontro de confraternização do grupo naquele dia.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Que o senhor, o Ney disse que não
sabia.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sabia.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Ney disse que não sabia. E quando o
chefe superior dele soube, chamou atenção.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Hã, hã. O.k.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E ele disse que levou uma repreensão,
ficou muito encabulado com a repreensão depois de quinze anos de emprego.
Quanto tempo durou a reunião, Sr. Nilson?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A reunião propriamente dita, quer
dizer, nós, eu ...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - A reunião começou que horas?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu fui pra lá às 9 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E que horas... até que horas foi a
reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Até às 13 horas, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Até às 13, até às 13 horas.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Mas não ela iniciou nesse horário,
quer dizer, muitas pessoas chegaram 10 horas, 10 e meia, 11 horas. Não tinha...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Tinha gente de fora também, do Rio de
Janeiro.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Tinha gente de fora que tavam vindo, que vinham pro encontro. Não vinham pro encontro especificamente, não. Vinham a serviço e aproveitaram pra passar pelo... pelo encontro do grupo. Um ou outro. Não eram todos também que vieram. Várias pessoas foram convidadas e poucas pessoas vieram de outras áreas.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Então, quer dizer que ninguém sentiu falta dos senhores na empresa, já que a empresa tinha conhecimento que os senhores estavam participando de uma reunião junto com outras pessoas de outros laboratórios.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim. Ninguém sentiu falta. Da empresa?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - É, da empresa, do Laboratório Janssen.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Na Janssen, na Janssen, a gente podia, tinha essa liberdade. Eu não tinha um horário flexível, que eu não podia ficar. Eu poderia simplesmente ficar, fazer as minhas atividades e depois retornar e trabalhar até dez horas da noite. O horário era muito flexível.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Então, esse encontro, o senhor bem disse, muito claro, no começo da sua explanação, que era uma congratulação, é isso, um conagraçamento?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Um conagraçamento.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Na terça-feira, 27 de julho, uma terça-feira.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim, como foram terças, foram sextas, foram quartas. Dependia do dia que houvesse maior disponibilidade de pessoas estarem participando ou não.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Era uma terça-feira, só pra deixar bem claro.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O.k.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E a reunião aconteceu a partir das 9 horas, não é? O Sr. Nilson disse que foi ressarcido das suas despesas e não viu como foi pago a conta. O Ney, ele disse bem claro: foi ressarcido, a empresa ressarciu a minha conta, e eu não vi de que forma os outros pagaram as contas deles. E ele pagou a dele individual, e pegou nota e foi ressarcido na empresa.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O.k.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu queria falar agora, Sr. Nilson, sobre o Laboratório Teuto e, também, o Neoquímica, que na ata consta como laboratórios que estavam sendo deixados de lado, porque eles estavam fazendo propagandas de medicamentos como se fossem genéricos. E era por causa disso que a reunião aconteceu. Segundo a ata; a ata demonstra isso, que era pra coibir a venda dos ditos genéricos, que ainda não estavam no mercado. Era isso, Sr. Nilson?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. Eu já disse, mais de uma vez, que a gente não tinha um assunto específico pra tratar. Os assuntos entravam e saíam aleatoriamente. E eram discutidos, com maior ou menor profundidade, de acordo com o interesse de cada um. Isso é que tá afirmado.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor lembra que esses dois laboratórios promoviam propagandas sobre produtos, dizendo esses produtos serem genéricos, e a ata consta isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Que o laboratório propagava como genérico?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Teuto e Neoquímica.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Bom, isso estava público, tava na televisão.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Estava na televisão?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certo. Não sou eu que tô afirmando isso.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Pois bem. Hoje o senhor trabalha na Panarello.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certo.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O Teuto é cliente da Panarello?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O Teuto é cliente da Panarello.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor tomaria um medicamento da Teuto?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Tomaria. É um laboratório aprovado pelo Ministério da Saúde, com produtos devidamente aprovados.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Então, por que é que nesta reunião de conagração, os senhores estavam fazendo um boicote ao laboratório Teuto e também ao Neoquímica.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu volto a dizer o seguinte: a discussão específica que existiu sobre genéricos não é sobre produto específico e, sim, sobre impactos que poderia estar causando a Lei dos Genéricos no mercado farmacêutico. Esse é o meu depoimento. E eu confirmo o meu depoimento na polícia.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O senhor disse que a reunião era muito evasiva. Às vezes um grupo se formava aqui, fumava um cigarro, tomava lá. E eu fico pensando aqui, Sr. Nilson, como é que o Ney andava com aquele computador de colo dele pra lá pra cá, colhendo os depoimentos? E ele conseguiu fazer uma ata inteira. Eu fico.... Ele andava com uma mesinha de rodinha, parece, colhendo os depoimentos. E aí o senhor leu a ata, corrigiu a ata. Eu não entendo como era tão evasiva essa reunião, que ele conseguiu fazer uma ata. E ele disse aqui textualmente que ele não era um **expert** em ata. Ele nunca tinha feito ata, e fez uma ata, pegando quase que a respiração de todos os presentes. Eu fiquei ouvindo o senhor. A reunião era evasiva. Uma hora o senhor estava fumando no corredor, outra hora o senhor tava tomando água, tomando café. E, mesmo assim, o Ney conseguiu promover uma ata, o senhor leu a Ata.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não era eu especificamente. O grupo fazia dessa forma.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E ele corria atrás.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, ele ficava sentado. Por isso é que eu disse aqui: o que ele registrou foram percepções pessoais daquilo que ele entendeu, porque não existia consenso. Se você faz uma reunião pra ter consenso, aí, tudo bem. Aí você tem uma conclusão. Então, nenhum dos assuntos tinha conclusão. E esse não era o objetivo: tirar conclusão. Quando uma pessoa levantava uma idéia... E ela simplesmente perdia de novo o interesse à medida em que a pessoa estava satisfeita com a resposta.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Nilson, e quando o senhor leu a ata, o senhor não disse pra ela: olha, essa ata não é verdadeira. O senhor não pode publicar, não pode.... Enfim, essa ata eu não assino, não mexo em nada... Porque a partir do momento em que o senhor mexeu e alterou alguma coisa, o senhor consentiu, ficou co-reponsável. E o senhor assumiu aqui que o senhor alterou uma linha, uma palavra. Enfim, o senhor acatou e aceitou.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu já afirmei e volto a afirmar: eu julgava que isso era um documento de registro de anotações pessoais. Então, simplesmente eu tirei, porque não acreditava que alguém tivesse falado alguma coisa contra genéricos. Isso eu coloquei lá.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Tá certo. Sr. Presidente, estou satisfeito com o questionário, não com as respostas. Mas, enfim, tá ficando claro para todos os membros da CPI que realmente alguém está mentindo. E me parece aqui que os dois estão mentindo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Nilson, evidentemente esta reunião se deu entre pessoas que tinham.... Executivos que tinham uma certa experiência, era altos funcionários dos laboratórios. E eu acho que dessas discussões de que não se estava com a camisa preta, ou ele tava com a calça branca; coisa simples, não era nem para ocorrer. Mas existe uma divergência muito grande no depoimento do senhor e no depoimento do Sr. Ney. Primeiro, o senhor disse que não fez ata. O Sr. Ney disse que fez a ata, o senhor fez outra, e a Polícia Federal constata que existem duas atas. Segundo: tem uma série de afirmações aqui, no seu depoimento – e aqui a Polícia Federal levantou – que diz lá: constam-se nas duas atas; consta na Ata do Ney. E tem um dado aqui que diz o seguinte: "Nenhuma dessas medidas devem ser formalizadas. Cuidado!" Isso consta especificamente na Ata do Nilson. E outro: o **e-mail** de divulgação da ata, com a ressalva "Extremamente Confidencial", é a ata do Nilson. Então, não tem dúvida de que tem duas atas. O senhor participou de uma, ou fez qualquer coisa. Ou a Polícia Federal está considerando duas atas. E o Sr. Ney também considerou duas atas. Agora, quero fazer uma pergunta ao senhor: todos esses laboratórios que foram, participaram dessa reunião, esses 25, todos eles pertencem à ABIFARMA?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Isso eu não posso lhe afirmar. Eu não sei quem são os associados integrados da ABIFARMA. A Janssen-Cilag era.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sim. Nessa reunião, nesse conjunto de 25, todos são multinacionais. Parece que só Biossintética que não é. É nacional. Me parece que só a Biossintética e a Ache, que participam da ABIFARMA sem ser multinacional. O laboratório Teuto, a Basf e a Neoquímica, não participam, nem

foram convidados. Bom. Que existe que essa reunião foi uma reunião de trabalho e que ficou caracterizado uma cartelização, a mim não teve dúvida nenhuma, pelos documentos que eu vi, pelo depoimento que eu ouvi do Sr. Ney. E, agora, eu queria fazer umas perguntas ao senhor pra ver se eu consigo tirar essa conceituação da minha cabeça. Começou a reunião, o cenário da distribuição: "Nilson iniciou comentando que o grande número de distribuidoras por área de atuação gera custo alto para a indústria." Isso consta nas duas atas. Eu pergunto: o que fica mais caro: é você ter uma concorrência de mercado? Você ter várias distribuidoras, ou a indústria ficar presa somente a uma distribuidora? Essa é uma pergunta. Temos uma, que o outra que o Ianni, da Glaxo, diz o seguinte: "Que reduzir o número dos distribuidores, selecionar por áreas geográficas de atuação, onde tem grande penetração e aceitação, e controlar as ações predatórias da distribuição, com monitoramento de prazos e descontos, particularmente a linha de receituário, que consta nas duas atas." Eu gostaria que o senhor me especificasse o que são ações predatórias, como se dá esse monitoramento e essa grande penetração e aceitação dessas distribuidoras. A conceituação disso. Outro: "A necessidade de um controle rigoroso nas práticas comerciais das distribuidoras." Que controle é este? A distribuidora tem que ser exclusiva? Ela tem que fazer o que determina o grupo? Ou ela não pode distribuir remédios de determinadas outras marcas ou outros laboratórios? A quantidade de distribuidoras. O grupo observou que assim que seriam... observou que seriam os distribuidores devem continuar.....quais os distribuidores que deveriam continuar no futuro na distribuição do Brasil. Aí tem aquela famosa: o futuro certo Grupo I, Santa Cruz, Ita, Profarma, Roberto & Marcos, Paulo Guimarães, Takeda. Futuro Grupo II: Panarello, Audifar, Sagra, Farmed. Os que devem sair e os que devem assumir o varejo é o Grupo III. Tem uma relação deles. Eu gostaria que o senhor conceituasse o que são esses grupos; e quem pode ser absorvido; que tem esse conceito absorvido? E quem fecha, fecha com o grupo ou fecha as portas? E tem que eliminar aqueles distribuidores que vão trabalhar com os genéricos do Teuto e Neoquímica. Acho que tudo isso que foi colocado, exposto aqui, eu não tenho dúvida nenhuma que é um mecanismo de manuseio de todas as distribuidoras e fazer com que a distribuição de medicamentos no Brasil sirva única e exclusivamente aos interesses de um grupo pequeno da ABIFARMA, em detrimento dos outros laboratórios, como essa comunicação que veio aqui do Teuto: que algumas distribuidoras se negam comprar

remédio dele, que vem de encontro a este questionamento que estou fazendo. Então, gostaria de ouvir do senhor essas ponderações, coisa que o Sr. Ney não soube responder, dizendo que era novo, neófito da coisa, aquela coisa. Mas o senhor já tem trinta anos disso e realmente coordenou toda essa reunião. E acho que o senhor tem condições de esclarecer isso pra gente.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Isso demonstra exatamente o que eu tenho afirmado da confusão de posições de todo mundo que tava lá. Então, você ouvir um comentário isolado é diferente. Como não existia uma parte conclusiva, não existia isso. Então, um diz uma coisa, outro diz outra, outro diz outra, e você vai registrando isso, vira um emaranhado que não chega a nada. Do que eu depreendo, e aí a depreensão do Nilson, a conclusão que deveria existir e que foi mais ou menos a proposta por pessoas mais experientes e que depois chegou a esse final é de se tentar ajudar o grupo de distribuição, ajudar o grupo, para evitar que o grupo fechasse. Esse era o ponto... Inclusive chamaram as pessoas pra fazer reuniões, pra mostrar como é que estamos trabalhando, para tentar ver a avaliação de custos, o que podia ser feito, para fazer com o que o custo da distribuição fosse mais efetivo, porque no ponto todo era uma insatisfação em relação ao trabalho da distribuidora. Esse era o questionamento todo. Então, para o grupo de distribuição ser mais efetivo, prestar o melhor serviço para o varejo. E se não tem aumento de custo muito alto no processo de distribuição, isso favorece até produtos mais baratos. Quer dizer, é tudo uma inibição da pressão de aumento de preço. Isso é como estou dizendo. É um emaranhado. Não existe... Não existia. Era um fazendo colocações aleatórias. E a depreensão que eu faço é esta: quer dizer, como ajudar os distribuidores naquele momento em que tava extremamente difícil. A gente estava vivendo essa parte difícil, de distribuidora sendo fechada, de distribuidora sendo vendida. Isso não era bom para ninguém, porque você fica na dependência, na mão de pouca gente.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Então, o senhor está concordando que foi uma reunião de altos executivos experientes, pessoas tarimbadas de total irresponsabilidade, que nem pauta tinha. A ata não vale. O que foi definido ali não valeu pra nada. Então, meio difícil acreditar nisso, né? Meio complicado.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O que eu volto a dizer, Excelência, é que as pessoas chegavam em momentos diferentes, chegavam em meio de discussão, saíam. Quer dizer, isso não é... Não tinha uma reunião organizada,

estruturada. Isso é que estou querendo mostrar. Não existe uma organizada, para ter horário de entrada, horário de parar, horário de sair. Não existe isso. Isso dentro de uma empresa, uma empresa onde tem um chefe com um subordinado já é difícil; imagina você tratar com pessoas de várias indústrias diferentes!? Por isso que eu falo que a importância do processo todo era conagraçamento, era relacionamento. E aí conversa um com o outro pra tentar trocar experiência. E nessa ânsia de tentar entender o que cada um dizia, é o que eu afirmei: as colocações que o Sr. Ney Pauletto fez foi de interpretações pessoais.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Mas o senhor concorda com a Polícia Federal que o senhor fez uma ata. Então tem duas atas?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, eu não concordo. Eu disse pra Polícia Federal que eu fiz alterações na ata do Ney. E ela...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão. Deputado, V.Exa. ocupa a tribuna por dez minutos. Tem dois minutos para concluir. Peço a V.Exa. a sua cooperação.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - O senhor concorda que existe uma ata, chamada Ata do Nilson, que tem uma afirmação que só existe na Ata do Nilson? Se não existe na outra, então, tem duas atas.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. Eu continuo dizendo que eu fiz uma correção, tirando uma frase que estava na ata. E eu tomei conhecimento das duas atas simultaneamente como todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Deputado. Obrigado, depoente. Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Sr. Nilson, eu vou voltar a insistir nessa ata; que o senhor, não sei por que razão, acha que nós não temos condições de extrair o que de fato aconteceu no dia 27. Para nós todos está muito claro que não foi um ato de confraternização. Pra confraternização se aluga geralmente um clube e não uma sala de aula na Fundação Getúlio Vargas. Em segundo lugar, essa secretária Natali, sua secretária e de mais outros dois gerentes, que o senhor mesmo se referiu a ela como uma pessoa extremamente competente, parece que ela esqueceu da orientação da confraternização, porque no fax de convocação da reunião está muito claro o objetivo: reunião no dia 27. No final do fax diz mais o seguinte: "Solicito confirmar sua presença até o dia 21 com

Natali pelos seguintes telefones.... devido às providências para a nossa reunião." Então, o pronunciamento dos senhores é um, o que está escrito no papel é outro. O que está escrito no papel é muito claro. Aconteceu e foi convocado para uma reunião gerentes de vários.... de vendas de vários laboratórios. Eu quero saber do senhor em relação ao fax de convocação. Está lá escrito: "Extremamente confidencial." Primeiro: ato de confraternização; há necessidade de que seja confidencial? E por que está escrito "Extremamente Confidencial"? O que havia de tão confidencial a ser tratado naquela reunião, Sr Nilson?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A convocação, que eu saiba, foi feita por **e-mail**.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito. Está escrito no **e-mail**.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Essa foi a orientação dada a Natalina. "Faço uma convocação do grupo por **e-mail**, pra gente se reunir. Para nossa reunião de confraternização a gente se reunia. Porque, na nossa interpretação, essas reuniões que a gente fazia em restaurantes, em bares, em hotéis, e foi feito na Getúlio Vargas que ela reservou, era uma reunião. E a gente chamava o termo "reunião". Era reunião do grupo. E reunião de grupo pra mim tá junto...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas eu perguntei o que havia de confidencial, porque está na convocação escrito: "Extremamente confidencial."

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não vi essa convocação, não desse jeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Olha, estranho porque foi mandado pela sua empresa pelos telefones. O senhor solicitou. É estranho o senhor não ter visto isso. E mais, Sr. Nilson. Tratando da reunião em si. A polêmica se foi solicitada ou não a elaboração de um ata. O Sr. Pauletto foi muito claro aqui quando diz que não só o senhor solicitou a ata, mas pediu que ele levasse o **notebook** que era de propriedade dele.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certo

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ele falou textualmente isso. O Presidente vai decidir se faremos uma acareação ou não, posteriormente, que eu considero extremamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem vai decidir é o Plenário.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É o plenário. Considero extremamente necessário. Mas, enfim, alguém naquela reunião, que o senhor disse que viu ele fazendo a ata, mas não tomou nenhuma providência. Foi só isso? Ninguém mais se referiu ao fato de ele estar redigindo uma ata na reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Já disse isso: ninguém se referiu.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ninguém se referiu. Então, ele mentiu também? O senhor com isso tá dizendo que ele mentiu quando ele afirmou que, durante a reunião vários participante, não todos, teriam solicitado o envio da cópia daquela ta...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não sei se pediram. Se pediram a ele, pediram a ele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor não participou de toda a reunião.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A mim, ninguém pediu.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque esses pedidos foram públicos.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. Se ele afirmou, ele que tem dizer o que afirmou.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não viu?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ninguém pediu a mim que enviasse ata porque nem sequer eu estava fazendo ata.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Porque no inquérito da Polícia Federal há também outros depoimentos de outros representantes de outros laboratórios, inclusive do laboratório Merck, aonde eles afirmam ter recebido ata.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim, isso aí não estou duvidando que ninguém recebeu ata. A senhora perguntou o seguinte: alguém lá alertou o Ney? Eu não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não duvida que eles tenham recebido a ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não alertei. Eu não alertei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não duvida que eles tenham recebido a ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não duvido.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então , eles receberam a ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não duvido que tenham recebido.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, receberam a Ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sem dúvida. Eu fiquei também sabendo que eles receberam.

A SRA . DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Qual a ata que eles receberam: a ata recebida ou a primeira versão do Sr. Pauletto?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu também não sei. Eu digo que o mesmo conhecimento que eu soube do recebimento da Ata, quando aconteceu em agosto, eu já estava fora da companhia. Quando surgiu publicamente a distribuição dessa ata. Aí que eu fiquei sabendo que receberam essa ata. Eu já não tava mais na empresa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Uma outra pergunta: o senhor afirmou por várias vezes que o senhor fez uma alteração na ata. Podia repetir qual foi a alteração?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não existia nenhuma afirmação do grupo de fazer uma proposta contra genéricos. Isso eu tirei

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Só foi essa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sem dúvida. E acho que isso não deveria acontecer mesmo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim. Como é que o senhor explica, então, que na primeira ata não aparecia o seguinte termo: "Nenhuma dessas medidas deve ser formalizada. Cuidado!"

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E na Ata que o senhor corrigiu isso aparece. Foi o senhor que introduziu esses termos na segunda ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei por que estava colocado. E tá afirmado no meu depoimento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor leu a Ata dele.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu li.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor já afirmou aqui..

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu li a ata dele, e lhe afirmei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E não lembra de ter lido esse texto, essa expressão, esse parágrafo?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu li e disse claramente: não sei por que razão estava colocado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não aparecia na primeira ata. Só passou a aparecer essa afirmação "nenhuma dessas medidas deve ser formalizada", depois da ata corrigida por V.Sa.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim, então...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então foi o senhor que introduziu ela!

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. Eu estou dizendo que eu não sei. A alteração que eu fiz na ata está clara aqui. Eu tirei...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então o senhor não sabe de onde apareceu essa expressão.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que fique registrado, Sr. Presidente: o Sr. Nilson não sabe de onde apareceu. Em relação aos convidados, o fax aqui dá uma relação extensa de gerentes de vários laboratórios. Foi o senhor que organizou essa reunião. Qual o critério que o senhor utilizou pra apresentar o convite somente a esses laboratórios aqui listados?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. Durante esses quatro anos o grupo foi se formando. E nós não tínhamos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Com que critério o grupo foi se formando?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Nós não tínhamos uma associação de classe montada pra buscar participação de ninguém. Então, nos últimos quatro anos... Tanto que o início dessas encontros de confraternização foram com quatro, cinco pessoas, e eles foram crescendo ao longo do tempo. Porque um convidava o outro. E à medida que um convidava o outro e troca de cartão... Possivelmente todos gerentes da indústria têm um **e-mail** formado ou **mail list** de todos os gerentes da indústria que são do relacionamento deles, tá certo?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor acha que é uma mera casualidade o fato de os convidados, todos eles, terem ligação direta com a ABIFARMA, as empresas pra quem eles trabalham?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não sei se essas... se todos eles têm ligação com a ABIFARMA ou se tem alguém que não tem ligação com a ABIFARMA. Estou dizendo que o **mail list** disponível na máquina do Nilson e Natali... Essa é a máquina que ele usava; é um **mail list**. É o **mail list** é padrão, tá certo? Isso se formou ao longo do tempo. Ao longo do tempo são quatro anos. Então se participa uma pessoa, sai uma pessoa, você vai alterando. Então, porque nós não tínhamos associação formada pra cadastrar as pessoas, pra incluir as pessoas no grupo. Elas apareciam aleatoriamente. E de novo eu volto a afirmar: verificar pelo próprio interrogatório da Polícia Federal... Quer dizer, não eram só gerentes de indústria que estavam lá. Lá tinha supervisores, tinha pessoal de treinamento, tinha pessoas de outras áreas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Gostaria que o senhor nos respondesse porque na ata ela se refere a dois eventos que deveriam acontecer posteriormente à reunião do dia 27. Um evento seria relativo à Panarello, organizado pela Panarello, que seria na sede do Pari, a partir das 17h30. O senhor teria feito o convite lá para que todos participassem. Que evento era esse? E aconteceu o evento?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Qual evento?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que aconteceria, seria realizado no dia 18 do mês de agosto de 1999, na sede do Pari, da distribuidora Panarello.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Esse foi um **e-mail** da Panarello.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, isso faz parte da ata, Sr. Nilson! Ata que, aliás, o senhor leu melhor do que a gente, porque, inclusive, corrigiu.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu sei que a Panarello soltou um comunicado pra toda indústria, dizendo que no dia 18 estava anunciada a minha entrada na Panarello.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah, era esse o evento...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Que eu fui desligado no dia 16 de agosto e no dia 18 de agosto eu fui publicamente anunciado pela indústria na Panarello.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então o evento que os demais foram convidados a participar era o seu... a formalização do seu ingresso.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Isso, feito pela Panarello.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito. Foi esse o questionamento que eu fiz a V.Sa.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Aí foi um evento da Panarello.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O segundo evento que se refere à ata seria a próxima reunião daquele grupo, que deveria ocorrer no dia 10 do mês de setembro. Essa reunião aconteceu?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O que dizia o evento? Só pra me lembrar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Seria um novo evento, o que o senhor prefere chamar de confraternização e todos nós sabemos que é uma reunião.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certo. Não sei...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A próxima seria dia 10, do mês de setembro.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Certamente o meu nome foi tirado do mail list.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas por que o seu nome foi tirado?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim, eu não estava mais na indústria.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, mas aqui a ata diz claramente que daquela reunião participaria duas distribuidoras: Santa Cruz e Panarello.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ah, é outra coisa. Então não era reunião do grupo. O que eu estou dizendo é o seguinte: como o grupo entendeu no final — o grupo mais experiente — que deveria chamar as distribuidoras pra tentar salvar as distribuidoras, ver o nível de serviço que elas estavam fazendo, que poderia ajudá-los na sobrevivência do mercado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois não.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Essa era a situação. Então que todas as distribuidoras seriam convocadas pelo grupo pra fazer uma exposição de programa de crescimento, como é que vai, quais são as suas dificuldades, o que pode ajudar. Essa era a reunião de tentativa de ajudar a distribuidora.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A reunião aconteceu?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não aconteceu.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E não eram todas. Aqui cita duas distribuidoras: a Santa Cruz e a Panarello. Apenas que as duas, uma participaria pelo período da manhã e outra pelo período da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputada Vanessa, quero informar a V.Exa. que já ocupou dez minutos e tem dois para encerrar sua intervenção. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor tem conhecimento de que a empresa que o senhor trabalha, a Panarello, a distribuidora, ela está indiciada em inquérito fiscal?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, isso não é do meu conhecimento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não é do seu conhecimento.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não sabe do que se trata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nem o motivo

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Isso não é do seu conhecimento?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não sabe do que se trata.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nem o motivo do indiciamento?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E nem se a distribuidora já recebeu alguma sanção ou alguma penalidade?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não sei.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor, como gerente comercial, não... A diretoria não lhe passou as informações relativas à empresa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. Estou iniciando o meu processo de conhecimento de uma empresa. Uma empresa com três mil funcionários, 11 filiais. Quer dizer, muitas das pessoas eu ainda nem conheço, e estou especificamente voltado pra dois projetos, que é o projeto de reorganização, de "cepeamento" de clientes pra atender um maior número de farmácias no Brasil e o segundo projeto que é formar uma equipe pra trabalhar com os genéricos. Esses são os dois projetos que eu estou trabalhando.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor, em resposta ao Deputado Zuppo, disse que recebeu um salário de aproximadamente 11 mil. Pediu demissão, foi para uma outra empresa ganhando 3 mil reais, que teria algumas outras gratificações que compensariam.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Difícil pra qualquer cidadão entender como alguém larga um salário fixo de 11 mil pra receber um outro fixo de 3 mil. Mas, enfim, o senhor recebeu alguma indenização, no momento do seu desligamento da empresa Janssen-Cilag?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Com certeza, a Janssen foi muito patriota nesse aspecto e me desligou dentro do processo de demissão voluntária. Então, eu recebi. A Janssen me...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor recebeu quanto da Janssen? O senhor recebeu quanto da Janssen?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu recebi 24 salários.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Multiplicado por 11 mil, é isso o que o senhor está querendo dizer, né?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Isso. Isso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A Distribuidora Panarello distribui medicamentos pra Região Centro-Oeste, perfeito?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor, mesmo depois de ter ingressado na Panarello, continua — e a Panarello tem sua sede em Goiás — o senhor continua em São Paulo.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O que o senhor faz em São Paulo?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Então, essa foi uma das razões específicas porque da Panarello, que eu coloco que é uma das melhores oportunidades, porque eu não tive que deslocar nenhum dos meus familiares de São Paulo. Eu tive várias outras propostas pra deixar a empresa e ir pra outras distribuidoras, inclusive, mas teria que sair de São Paulo. A Panarello não mexeu comigo. Então, eu estou dentro de São Paulo, reestruturando a parte comercial da Panarello, e a parte comercial certamente vai estar toda dentro de São Paulo, que está muito mais próximo do mercado como um todo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, a Panarello pretende deslocar a sua área de atuação.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A minha área de atuação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, a área dela, porque ela distribuiu pro Centro-Oeste.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. A área comercial da Panarello ficar sediada em São Paulo. Comercial.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu esto concluindo, Sr. Presidente. Apenas um último questionamento, que na ata também está muito claro, explicitado que os senhores deveriam orientar as diretorias das referidas empresas — isso tudo em uma reunião de confraternização — pra fazer uma campanha: "não troque essa receita". Não troque essa receita. E nós sabemos que, não troque essa receita, que isso está previsto na Lei dos Genéricos, a regulamentação que prevê e permite a intercambiabilidade dos produtos, dos medicamentos. Mas isso está lá. E o senhor certamente concorda com isso, porque fez revisão da ata e não alterou o que ali está escrito, porque ela aparece na primeira ata e na ata corrigida por V.Sa. De que forma as empresas estão levando a cabo ou levaram, até que o senhor ficou lá, essa campanha "não troque a receita". A sua, em que o senhor trabalhava, em especial, a Janssen?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não tenho nenhum conhecimento do que está sendo feito pelas empresas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor não sabe nem dos adesivos, dos carimbos? Isso o senhor desconhece?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Vi pela televisão.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Só pela televisão.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Só, só.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Como gerente de vendas de uma empresa grande e, hoje de uma distribuidora, o senhor só viu pela televisão?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Só.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não trabalho mais na Janssen.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. e ao depoente. Com a palavra, se não desistir, o nobre Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não só não vou desistir, Sr. Presidente, como inclusive apresentei um requerimento de pedido de acareação entre os dois depoentes. Eu pediria só que o senhor desse respostas rápidas, como tentarei fazer nas perguntas, porque aí nós iremos rápido. Eu gostaria que as respostas viessem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Curtas e respostas rápidas então!

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... do senhor, sem a manifestação do seu advogado, a não ser que seja pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero advertir o nobre Deputado que eu assegurei aqui que o depoente tem direito de consultar ou ter assessoria do advogado. Quem está depondo é o depoente; ele trouxe o assistente e é regulamentar que seja assim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas eu pergunto a V. Exa. se no seu entendimento... Gostaria primeiro que segurasse o tempo, Sr. Presidente. Se no seu entendimento, o advogado pode, a cada resposta do depoente, assoprá-la como ela deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ele pode prestar informações ao depoente, desde que não interrompa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, eu recorro da decisão de V.Exa. à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O advogado tem liberdade. V.Exa., nobre Deputado, acaba fazendo....

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Porque aqui o advogado pode assisti-lo e não responder pelo seu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu decidi, está decidido. Vou recorrer... V.Exa. vai usar a palavra nos termos que acabo de decidir. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quem organizou a reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Fui eu.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor organizou?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O porquê que foi feita a ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E quem pediu para que o Sr. Ney fizesse a ata?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ninguém pediu; foi decisão pessoal dele.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E por que ele diz que foi o senhor?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Isso é a afirmação dele. A minha afirmação...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A afirmação dele então, pelo senhor, é mentirosa? Ele faltou com a verdade a esta Comissão?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A afirmação que eu digo é a seguinte: eu não solicitei que fizesse ata.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não solicitou. Ele disse que o senhor lhe afirmou e reafirmou incisivamente, por várias vezes, que o senhor mandou ele fazer a ata.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não pedi pra fazer ata.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, ele mentiu à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não pedi pra fazer ata.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Se o senhor não pediu pra fazer a ata, o senhor não concorda com a ata, como o senhor disse, por que o senhor a corrigiu?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu, de acordo com o meu posicionamento, já disse: eu julgava que aquilo eram anotações pessoais. E eu fiz uma alteração específica.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Por que anotações pessoais? Por que o senhor corrigiria anotações pessoais dele?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Foi solicitação dele.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que justificativa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Pra dar uma olhada, dar uma revisada, só isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que justificativa? Que justificativa?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, ele só pediu pra eu dar uma revisada, e eu fiz uma correção de um termo que eu acho que ninguém poderia ter dito isso lá.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E por que o senhor corrigiu aquilo se o senhor não concordava com aquilo que estava sendo feito.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - De novo: eu achava que eram anotações pessoais dele, não era uma ata pra ser publicada.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quantas reuniões tiveram desse tipo?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ah, não consigo precisar em 4 anos o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas foram várias.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Foram várias.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - De quantas o Sr. Ney participou?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Também não sei precisar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mais de uma?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Porque em outras também eu não estava.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mais de uma que o senhor estava?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, de outras reuniões eu também não participei. Dos 4 anos, algumas também eu não fui.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A pergunta que eu faço pro senhor então — o senhor não está querendo entender — é a seguinte: existiram algumas outras reuniões em que o senhor esteve e que o senhor Ney também esteve?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quantas?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei precisar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então também não é verdadeira a afirmação dele de que só existiu e só participou dessa reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ele já esteve em outras.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor o convocou para essa reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Pelo mesmo **e-mail** foram convocadas todas as pessoas do grupo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ele fazia parte do grupo por quê?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Porque ele já tinha participado de outras reuniões.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Levado por quem?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Levado por mim inclusive.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pelo senhor.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor disse que a ata não foi feita pelo senhor, que aliás o senhor corrigiu como anotações pessoais e que a ata nunca existiu como ata na sua maneira de ver. Como é que o senhor pode corrigir um documento que inclusive ia ser registrado em cartório sem ter conhecimento do mesmo?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu desconheço esse registro de cartório. Estou tomando conhecimento agora também.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Está aqui o carimbo de registro de cartório. Se o senhor tiver dúvidas, eu posso, posteriormente, passar às mãos do senhor. O senhor, respondendo a um colega aqui que eu não lembro quem foi, o senhor disse que a Distribuidora Panarello fazia distribuições de remédios da Teuto. Eu tenho em mãos aqui um documento da Teuto dizendo que não, que não só não distribuía, que, quando comprou uma outra empresa, também por ser multinacional, parou de comprar. Esta outra empresa, que era uma grande compradora, parou de comprar. Por quê?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Essa situação eu já afirmei, a outra distribuidora que comprou, que é a Majela.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Desculpe, eu pediria pro senhor afirmar, mesmo que o senhor já tenha alguma das minhas perguntas respondidas para outro Parlamentar.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Majela não foi comprada. Teuto continua vendendo pra Majela. Trabalhamos com Teuto, sim. Teuto é dona do Andrômaco, e está escrito Andrômaco Divisão Teuto. Então, nós trabalhamos com Teuto

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, o senhor acha que este documento que a Teuto encaminhou para a CPI também não é verdadeiro?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Nós trabalhamos com Andrômaco. Andrômaco é uma divisão de Teuto Brasileiro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor diz que não sabia da ata, que o Sr. Ney está mentindo. O senhor conhece o Sr. Cláudio Furlan?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Conheço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que que ele é?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - É um gerente do Roche.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E o Sr. Lourival Stange Júnior?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Lourival foi funcionário da Bayer.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então vamos repetir exatamente o que eles disseram. Sr. Cláudio Furlan esclareceu: "que Nilson avisou que seria elaborado um resumo dos assuntos discutidos para enviar, posteriormente, aos participantes. Que o Nilson falou que Ney Pauletto ficaria encarregado de tomar nota dos trechos que entendessem interessantes." Como é que o senhor explica isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não disse isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então esse senhor também está mentindo?!

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não disse isso que ele afirma. Está colocando na boca.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O Sr. Lourival Stange(?) Júnior declarou: "que, no início da reunião, Nilson mencionou que seria elaborada uma dos assuntos discutidos". Eu preciso dizer exatamente o que está entre aspas. Todos

nós subentendemos que é ata, porém... Repito: "que, no início da reunião, Nilson mencionou que seria elaborado uma dos assuntos discutidos, que ouviu participante não identificado mencionar que os laboratórios representados na reunião não deveriam vender para os distribuidores de empresas Teuto e Neoquímica". Como é que o senhor explica também esta explicação?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei. Eu não disse isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor leu as anotações? O senhor chama de anotações, na verdade a ata. O senhor leu?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A que Ney fez, li.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor leu? E o que o senhor pode me explicar em que contexto o senhor entendeu que estavam as palavras "varejo" e "pressão"?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - De novo eu afirmo: eu não estava preocupado em interpretar o que ele escreveu. Eu não interpretei.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor não interpretou?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, eu li.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas não se assustou com isso; se assustou com o...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, eu li.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Se assustou com o ponto... mas isso era normal: pressão, varejo. Oh, vamos fazer pressão no varejo, não vamos deixar não sei o quê. Isso tudo é normal! A única coisa que o senhor sentiu estranheza foi o que o senhor corrigiu?!

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Esse, com certeza, porque ninguém poderia ter afirmado um negócio desses, acredito eu.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, todo o resto... Vejam bem, Srs. Deputados, todo o resto do conteúdo da ata, para o Sr. Nilson, são absolutamente normais. Todos os constantes na ata são absolutamente normais. Que a única anormalidade que o Sr. Nilson entendeu foi inclusive corrigida pelo mesmo.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - São anotações pessoais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Que o senhor concordava. Eu quero só fazer aqui, Sr. Presidente, uma colocação da própria Polícia Federal em cima de informações que vieram a esta Comissão. "Não há ata adulterada, conforme preocupação da ABIFARMA. Constante no Expediente apenso 4º, a primeira versão

é de autoria de Ney Pauletto e a segunda, transmitida por **e-mail** aos participantes da reunião, é de Nilson Ribeiro." Dr. Nilson, se não existisse uma reunião altamente feita pro um aspecto grave e sigiloso, não estaria escrito isso na convocação? Se não fosse algo... Se fosse algo informal, como os senhores querem dizer, não seria em sala fechada; seria como outras em bares, restaurantes ou em lugares públicos que se pudesse conversar à vontade. Se fosse uma reunião informal, não teria sequer se preestabelecido e contratado um serviço de **coffee break**, que é contratado quando se há reuniões formais, como o senhor obviamente, diretor de empresa, sabe disso. Eu quero fazer uma outra pergunta pro senhor. A empresa que o senhor está hoje já esteve vinculada com problema de roubo de remédios?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Podia explicar melhor o que que é...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Foram roubadas algumas cargas da empresa distribuidora?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quantas cargas?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Todos os dias tem roubo em qualquer distribuidora, e na Panarello, também.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor poderia encaminhar todos os roubos que foram feitos e declarados, obviamente, com prestação de depoimento na polícia de queixa de roubo?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Tem uma grande carga roubada recentemente, inclusive com consulta à própria indústria farmacêutica para saber que procedimento a distribuidora tinha que adotar porque envolveria outras distribuidoras do País inteiro por causa de lote do medicamento. E isso está avisado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor foi aonde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quero avisar ao nobre Deputado que já gastou dez minutos do seu tempo; tem dois para concluir. Tem a palavra V.Exa.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Isso foi em São Paulo, no dia 15 de novembro.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor poderia encaminhar a queixa-crime?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu vou conversar com o Paulo Panarello.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A segunda pergunta que eu faço a respeito disso pro senhor. Em algum momento a sua empresa teve algum caminhão fiscalizado, aonde teve problema de nota fiscal dos produtos que lá constavam?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Desconheço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor desconhece? Nunca houve um problema nesse sentido?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, eu desconheço; não estou dizendo que não teve. Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Mas pode ter havido; o senhor não conhece.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor sabe algum dia houve problema na empresa que o senhor trabalha? Estava distribuindo remédios e que chegou a informação que seriam remédios falsificados?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Também desconheço.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu agradeço, Sr. Presidente, a tolerância do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nenhuma tolerância, V.Exa. esteve dentro do tempo regulamentar. Eu quero dizer a V.Exa. apenas que indeferi o requerimento quanto à minha decisão, e V.Exa. não deve recorrer à Comissão de Justiça. Mas é regimental que recorra diretamente ao Presidente da Câmara, expondo a sua inconformidade com o comportamento deste Presidente. Muito obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu faço o recurso regimental cabível.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria inicialmente saber do depoente o faturamento-ano da Janssen-Cilag.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Que ano? 99? 98?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - 99... 98!.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - 99 eu não tenho, certo?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - 98.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Em 98 a Janssen-Cilag deve ter faturado por ordem de 160 milhões de dólares, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Cento de sessenta milhões de dólares. No **ranking** do...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Pelo meu conhecimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim. No **ranking** dessas multinacionais que agem no Brasil, como está classificada a Janssen-Cilag?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ela é a sexta, sétima distribuidora, sétimo laboratório. Isto não muda muito, também. Toda a fusão que tem, muda a empresa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Que o senhor informasse aqui à CPI os principais produtos vendidos pela Janssen-Cilag.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sporanox, Nizoral, Stugeron, Pantelmin, Imosec.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Nesse momento, ou até quando o senhor participou da Janssen-Cilag, ela estava representada na ABIFARMA?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Por quem?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - O próprio Presidente, Antonio Carlos Saliba, era um dos conselheiros da ABIFARMA.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Um dos conselheiros?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Mas não exerce cargo na direção da entidade além de ser conselheiro?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Os principais fornecedores da Panarello... O senhor tem agora, exercendo esse cargo de gerente comercial, o senhor deve saber quais são os principais fornecedores da Panarello, pela ordem de compra.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Posso lhe mandar uma relação mais precisa de todos os fornecedores, mas, com certeza, o Ache é um grande fornecedor, a Roche é fornecedor, Novartis, HMR, agora a Vents, que também se tornou uma grande empresa, a própria a Janssen-Cilag.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Janssen-Cilag. É uma das maiores, a Janssen-Cilag ?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - É uma das maiores. Sétima posição no mercado é uma grande empresa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - E também é uma das grandes fornecedoras da Panarello.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Também é. A Panarello trabalha com a Janssen-Cilag

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor vem afirmando que a Panarello estava trabalhando com a Teuto.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Desde quando?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Desde que eles lançaram o laboratório Andrômaco no mercado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Quando foi isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu não sei a data precisa, mas nós estamos trabalhando.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Quando o senhor entrou na Panarello, já trabalhava?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não trabalhava. Deve ter uns sessenta dias. Sessenta a noventa dias. Foi quando nós começamos a fazer a distribuição da Andrômaco. Que foi quando lançaram no mercado agora também, não é?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Foi lançamento agora, não é?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Foi lançamento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Portanto, não... Com genéricos a Panarello não trabalha. Trabalha somente com esse ramo da Teuto.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A Panarello trabalha com uma centena de similares no mercado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não, estou perguntando especificamente da Teuto.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não, não trabalha com o Teuto e Neoquímica.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Com genérico, não?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não. Não trabalha com Teuto e Neoquímica, com os dois laboratórios. Com os similares você tem... Agora, que a Panarello está fazendo, e essa é uma resposta verdade: Nilson precisa montar uma estrutura de trabalho com genéricos. E assim que os genéricos estiverem no mercado, nós vamos ser, talvez, o maior distribuidor nacional também de genéricos. Esta é uma grande oportunidade pra a Panarello, e nós estamos enxergando isso como oportunidade.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - No **ranking** das distribuidoras no Brasil, onde é que o senhor classifica a Panarello?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A Panarello, dependendo... No **ranking** nacional é a primeira distribuidora.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É a primeira distribuidora do Brasil.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - É a primeira. Em áreas, não. Tem distribuidoras muito mais fortes em determinadas áreas do que a Panarello.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Mas em vendas...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Mas, no total nacional, é a primeira distribuidora.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Em vendas é a primeira.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - É a primeira.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Queria, dentro dessas perguntas que já foram feitas anteriormente, sobre a questão da política de ressarcimento de gastos, de gerentes, do corpo gerencial. Qual é a política de ressarcimento? Porque há contradições aqui nesta CPI. O gerente de **marketing** fala que foi ressarcido dessa reunião, e o senhor nega isso e diz que não foi ressarcido. Eu quero saber qual é a política de...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Eu disse eu. Depende da consciência de cada um o que debita ou não debita. Eu tenho liberdade para fazer isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor tem liberdade, como gerente de apresentar uma despesa...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sem dúvida, eu tenho liberdade para fazer. Se passar muito de um determinado limite...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - A consciência é de ter feito uma ação com o trabalho... Aquelas despesas terem sido a trabalho ou não trabalho. Isso?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Exatamente. Confraternização ou não confraternização?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - A consciência do senhor diz que não foi a trabalho, e a consciência do seu Ney disse que foi a trabalho.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Para mim, para mim foi confraternização.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - E a do outro gerente disse que não, e a empresa pagou.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Para mim foi confraternização.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor não apresentou?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria saber do senhor os benefícios. O senhor como gerente, do corpo gerencial, o que a Janssen fornece de benefício? Planos de saúde, os salários indiretos.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Gerente tem parte de plano de saúde, porque ele paga o plano de saúde. O gerente do plano... O gerente paga plano. Tem participação em lucros, tem décimo terceiro, certo?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Décimo terceiro...

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim, tem participação em lucros, tem carro da empresa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Carro.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Tá certo? Parte do plano de saúde, que você opta por um plano de executivo ou não. Então, você paga parte do plano de saúde. São os benefícios específicos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - De previdência?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Previdência privada.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim, também.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Também?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - A empresa tem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Mais alguma coisa que o senhor se lembra?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Vou usar a Panarello, então. Os benefícios da Panarello?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Benefícios da Panarello?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Despesa paga, também pela Panarello, despesa de viagem. E aí o automóvel é pago, paga a despesa; o carro é meu, vem da Panarello. Participação nas vendas e um salário fixo. Essa é a parte da Panarello.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Há um diferencial enorme entre um e outro.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Não sei. Depende de quanto eu conseguir vender na Panarello. O resultado é variável. Quem vai fazer o meu resultado na Panarello sou eu mesmo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sim, estou falando dos benefícios, não é?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Os benefícios são diferentes. É o acesso aos benefícios que são diferentes.

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - OK, são totalmente diferentes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Totalmente diferentes. O Diretor Rubens Rochini, que é o diretor comercial. Ele sabia dessa reunião?

O SR. NILSON RIBEIRO DA SILVA - Ele sabia.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sabia da reunião. E qual a... dentro da... O diretor comercial, Rubens Rochini, ele afirma categoricamente aqui numa carta... E nós temos que chamá-lo, Sr. Presidente, porque na carta, uma carta encaminhada à divisão... Uma carta que trata desse assunto, o diretor comercial é categórico: "A Janssen-Cilag não reconhece e lamenta o conteúdo das questões discutidas na reunião. Vez que sequer sua diretoria comercial, única responsável em estabelecer e fazer cumprir as regras básicas que regem nossas práticas comerciais, tinha conhecimento do evento, nem tampouco autorizou seus funcionários a tratar de assuntos tomados a termo." Portanto, aqui fica demonstrado

que esta correspondência que chegou à CPI, que foi trazida pelo delegado da Polícia Federal que esteve aqui depondo sobre esse inquérito, ele nos trouxe essa carta que faz parte do inquérito. Portanto, nós temos que ouvir e... Querendo concluir, Sr. Presidente, eu queria ver o tempo.

O SR. PRESIDENTE - V.Exa. está, nobre Deputado, ocupou quase nove minutos. Tem três minutos para encaminhar sua... Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria só fazer umas considerações finais aqui sobre esse breve interrogatório que fizemos. Está claro de que a Janssen-Cilag, ela participa efetivamente de uma... do cartel. O Sr. Nilson, ele é um dos elementos, qualificados, e muito qualificado, pela sua experiência, por toda a vivência dentro do ramo farmacêutico. Ele tem essa... teve ao longo de algum tempo essa missão de elaborar esse papel. Eu acho que está claro que o cartel, ele não age somente na distribuição; é um dos braços do cartel, que é esse que nós estamos aqui a avaliar neste momento. Eu acho que esta CPI ganha outra dimensão a partir de hoje também, principalmente no tocante à cartelização, de como ela funciona. Portanto, eu queria deixar isso registrado, tendo a convicção de que as contradições dos depoentes que aconteceram hoje, apesar da busca dos depoentes de se livrarem das conseqüências que esta CPI ou o próprio inquérito na Polícia Federal podem causar, mas não tenho dúvida de que a Janssen-Cilag deve informações a esta CPI por ser a mentora. Não é a... não são os gerentes de comercial nem de **marketing**. É a Janssen-Cilag, o núcleo, um dos núcleos do cartel no Brasil. Portanto, nós temos que investigar essa empresa, em função dessas informações que foram prestadas hoje, com mais profundidade; a primeira empresa que nós devemos investigar com mais profundidade, porque é de lá que está emanando ordens para a realização desse cartel no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa., nobre Deputado Sérgio Novais. Desde logo concedo a palavra ao Deputado Luiz Bittencourt. (Pausa.) Ausente S. Exa., Deputado Vicente Caropreso. (Pausa.) Ausente S.Exa., Deputado Eduardo Jorge. (Pausa.) Ausente S.Exa. Não há mais oradores inscritos. Portanto, eu vou encerrar esta reunião, agradecendo a presença do Sr. Nilson Ribeiro da Silva, dos Srs. Parlamentares, evidentemente, e convoco uma outra reunião para a próxima terça-feira, às 14h, para ouvirmos o Dr. Presidente do Banco Central, Arminio Fraga. Agradecendo a presença, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião. Muito obrigado a todos.

